



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E
ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**



TATIANE LEAL BASTOS

**O COOPERATIVISMO COMO BASE DE APOIO À AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TURVO - PR**

**MARINGÁ-PR
2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**

TATIANE LEAL BASTOS

**O COOPERATIVISMO COMO BASE DE APOIO À AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TURVO - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

**MARINGÁ-PR
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B327c Bastos, Tatiane Leal
O cooperativismo como base de apoio à agricultura familiar no município de Turvo - PR / Tatiane Leal Bastos. -- Maringá, 2014.
140 f. : il. color., figs., fotos, tabs. + Apêndices, Anexo

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

1. Geografia humana - Geografia agrária. Agroecologia - Faxinais. 2. Cooperativa familiar. 3. Agricultura familiar - Turvo (PR). 4. Florestas - Agroecologia. I. Serra, Elpídio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 338.1

MN-001396

O COOPERATIVISMO COMO BASE DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE TURVO -PR

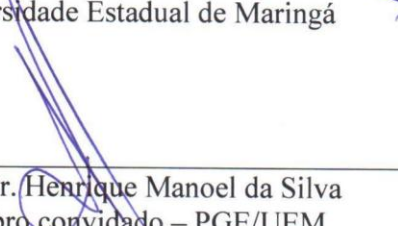
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **25 de abril de 2014.**

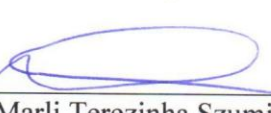
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado – PGE/UEM



Prof.ª Dr.ª Marli Terezinha Szumilo Schlosser
Membro convidado – UNIOESTE/M.C.R.

Dedico este trabalho aos agricultores
familiares de Turvo-PR que compartilharam
seus conhecimentos em favor desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer aqueles que contribuíram para a conclusão deste trabalho é mais uma tarefa difícil. São inúmeros os amigos, familiares, professores e agricultores, que de alguma forma, mesmo com um pequeno gesto, contribuíram para que as energias se renovassem e fossem depositadas na elaboração desta dissertação.

Gostaria de agradecer a princípio aos membros da minha família que acompanharam esse processo e puderam compreender a minha ausência em virtude da conclusão deste trabalho, em especial à minha filha Karolina.

Devo manifestar aqui o meu especial agradecimento ao professor Elpídio Serra, meu orientador, sem o qual eu não seria capaz de desenvolver o discernimento acerca dos estudos realizados e as responsabilidades que implicam na construção de uma dissertação.

Deposito aqui também um agradecimento especial aos amigos que contribuíram para que eu pudesse desenvolver os meus estudos. Alguns estiveram mais próximos do trabalho desenvolvido, outros fizeram companhia e ofereceram um pouco de atenção.

Existem alguns amigos, sem as quais, talvez esse trajeto não tenha sido tão intenso e proveitoso. Sem eles eu não teria aprendido a acreditar nessa tal amizade, e nos elementos que ela carrega consigo e faz os amigos se tornarem tão especiais. Agradeço a todos pelos conselhos, pela companhia, pela troca de idéias e até mesmo pelas broncas.

Alguns destes companheiros, mesmo longe me deram forças por meio das manifestações de amizade do passado, que ficarão guardadas na lembrança daquilo que eles me fizeram sentir. Outros conheci há pouco, no entanto, já conquistaram um espaço importante nesta fase da minha vida e merecem meus agradecimentos.

Dentre aqueles que eu jamais poderia deixar de citar o nome estão: Fernando Veronezzi, Karoline Bueno, Felipe Alexandre (vulgo Capanema), Greiciane Zagonel, Jadelson Lucas, Anderson Santos (vulgo Palmeirense), Gilmar do Amaral, Patrícia dos Santos, Wilson Leal Bastos, Katiuse Kalsing, Simone Fachin, Glaucio Kaminski e à professora Cecília Hauresko.

Gostaria de agradecer também às instituições de ensino que me proporcionaram os conhecimentos que eu possuo hoje para a conclusão deste trabalho. A UNICENTRO, na qual eu realizei a minha graduação e que despertou em mim o desejo pela busca do conhecimento científico, e a UEM, que foi a instituição, na qual eu realizei o mestrado e onde eu pude aperfeiçoar os meus conhecimentos acerca da ciência geográfica.

Manifesto aqui também os meus agradecimentos aos colegas de estudos das disciplinas realizadas, que enriqueceram os meus conhecimentos através das discussões realizadas ao longo das aulas.

Não poderia deixar de agradecer aos professores da área de Geografia que tive ao longo desses anos de estudo, tanto os membros da UNICENTRO, quanto da UEM. Foram esses profissionais que despertaram em mim um caminho a ser seguido através de seus passos.

Dentre os professores da UNICENTRO, devo agradecer especialmente ao professor Sergio Fajardo que foi meu orientador durante o período da graduação.

Não poderia deixar de agradecer à CAPES por conceder o apoio financeiro necessário através da bolsa de estudos.

Agradeço também aos agricultores familiares de Turvo que concederam informações importantíssimas para a consolidação deste estudo, informações que fundamentaram os aspectos empíricos dessa pesquisa.

Foram diversas famílias que abriram as portas de suas casas e gentilmente relatam suas histórias de vida, suas dificuldades e suas alegrias na vivência dentro da área rural do município de Turvo. Por entre essas histórias pude identificar aspectos que cumpriram alguns dos objetivos propostos por esse trabalho.

Devo agradecer especialmente o Sr. Neri do Faxinal Saudade Santa Anita, a Dona Roseli, Amadeu, Silvia Maria, Sr. Sidiney, e os demais agricultores que entre uma conversa e outra esclareceram os aspectos da permanência da agricultura familiar em Turvo.

Considero importante agradecer a Deus pela oportunidade de realizar mais uma conquista através da vontade que essa força divina me concede e alimenta o entusiasmo, que algumas vezes se inibe aqui dentro diante das adversidades encontradas pelo caminho.

Finalizo estes agradecimentos lembrando que o entusiasmo é a capacidade de acreditar em si mesmo. O entusiasta não possui somente a capacidade de acreditar, como faz o otimista, o entusiasta acredita e age em prol de suas crenças e seus objetivos, fazendo brotar dentro de si um elemento chave para o SUCESSO!

*“Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade”
Raul Seixas*

RESUMO

O município de Turvo, localizado na mesorregião Centro-Sul do Paraná, apresenta características ambientais bastante relevantes, como os remanescentes florestais repletos de araucárias. Além disso, Turvo também se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades agrícolas introduzidas no município por imigrantes europeus, ainda no início de sua ocupação. Esses imigrantes cultivavam além de lavouras, um modelo produtivo, social e cultural característico, representado pelo sistema faxinal, que esteve vinculado à um processo produtivo sustentável. Apesar disso, atividades econômicas como a extração de madeira e a modernização de técnicas agrícolas reduziram as matas nativas da região. Nesse contexto foi fundado o IAF- Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort, que tinha, e tem ainda hoje, como principal objetivo recuperar e preservar os remanescentes florestais da região. A ideia de preservação ambiental foi estendida aos agricultores familiares de Turvo, os quais já possuíam uma tendência à produção sustentável devido à existência dos faxinais na região. Dessa forma, foi criada a Coopaflores – Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo, que em parceria com o IAF, proporciona aos agricultores familiares a oportunidade de cultivar e comercializar produtos sustentáveis. A partir disso, pode-se observar a criação de iniciativas que procuram promover a permanência da agricultura familiar, diante do avanço da modernização de técnicas agrícolas, por meio da difusão e aplicação de modelos de produção sustentáveis peculiarmente compatíveis aos aspectos naturais regionais.

Palavras-chave: Agroecologia. Cooperativismo. Agricultura familiar. Remanescentes florestais.

ABSTRACT

The municipality of Turvo located in the mesoregion Center-South of Parana, presents environmental characteristics very relevant, as the remaining forest filled with araucarias. In addition, Turvo also is characterized by the development of agricultural activities introduced in the municipality by European immigrants, even at the beginning of their occupation. These immigrants generally cultivated in addition to plowing, a model productive social and cultural characteristic, represented by system faxinal, that was linked to the sustainable production process. Despite this, economic activities such as the extraction of wood and the modernization of agricultural techniques have reduced the native forests of the region. In this context was founded the IAF- Institute Agroflorestal Bernardo Hakvoort, who had, and still has, as its main objective recover and preserve the forest remnants of the region. The idea of environmental preservation was extended to family farmers of Turvo, which already had a tendency to sustainable production due to existence of faxinais in the region. This form was created to Coopaflores - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo, who in partnership with the IAF, gives the family farmers the opportunity to cultivate and sell sustainable products. From this, we can observe the creation initiatives that seek to promote the permanence of family farming, faced with the advance of the modernization of agricultural techniques, through the dissemination and implementation of sustainable production models inherently compatible with the regional natural aspects.

Keywords: Agroecology. Cooperativism. Family Agriculture. Forest remnants.

Lista de Figuras

Figura 1 – Município de Turvo e seus vizinhos	18
Figura 2 – Localização do Município do Turvo-PR	19
Figura 3 - Avanço da economia ervateira no Paraná	25
Figura 4 - Redução da cobertura florestal no Paraná de 1850 à 1990	59
Figura 5 - IAF – Banner Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort	65
Figura 6 - Matas mistas com ocorrências de faxinais no Centro-Sul do Paraná	71
Figura 7 - Distribuição das matas mistas com ocorrências de faxinais	74
Figura 8 - Uso de terras nos faxinais	79
Figura 9 - Produtos/Espécies comercializadas pela Coopaflores	80
Figura 10 - Selo de certificação orgânica da ECOCERT	91

Lista de Quadro

Quadro 1 - Relação de plantas medicinais, preço, rendimento por hectare, demanda e produção das famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo	97
--	----

Lista de Fotos

Foto 1 - Área de preservação permanente – Área rural de Turvo	33
Foto 2 – Araucárias centenárias do município do Turvo	57
Foto 3 - Vestígios de matas das Araucárias – Turvo	61
Foto 4 – Remanescentes florestais - Área rural do município do Turvo	62
Foto 5 – Placa Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort	66
Foto 6 – Sede da Coopaflora	67
Foto 7 - Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo	72
Foto 8 - Produção de erva-mate – Faxinal Saudade Santa Anita	75
Foto 9 - Cultivo de feijão e criação de animais em conjunto com matas nativas	76
Foto 10 - Tambores de compostagem de adubos orgânicos.....	82
Foto 11 - Produção de Alcachofra e feijão em conjunto	82
Foto 12 - Estoque de plantas medicinais secas – Sede Coopaflora	83
Foto 13 - Máquina de moer plantas	84
Foto 14 - Estufa para secagem de plantas medicinais e condimentos	85
Foto 15 – Estufa de secagem de plantas medicinais/Sede Coopaflora	85
Foto 16 – Estufa de secagem de plantas medicinais/Sede Coopaflora	86
Foto 17 - Seleção de plantas	87
Foto 18 - Agroindústria Coopaflora	88
Foto 19 - Embalagens de produtos beneficiados	89
Foto 20 - Produtos da Natura fabricados com espécies da Coopaflora	92
Foto 21 – Produtos de Marca Francesa/Cliente Coopaflora	95

Lista de Tabelas

Tabela 1 – IDH Paraná e municípios vizinhos de Turvo	21
Tabela 2 – Empresas do ramo madeireiro presentes em Turvo	26
Tabela 3 – População ocupada segundo as atividades econômicas – município do Turvo-PR – 2010	27
Tabela 4 – Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os setores econômicos - município de Turvo	28
Tabela 5 – Número de estabelecimentos por setor econômico – município de Turvo – 2010	28
Tabela 6 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola – município de Turvo – 2010	29
Tabela 7 – Estabelecimentos rurais de acordo com a área- município de Turvo – 2000	30
Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor – 2006	31
Tabela 9 – Utilização de terras hectares – Turvo - 1996.....	32
Tabela 10 – Utilização de terras hectares – Turvo – 2006.....	32
Tabela 11 – Comparativa entre cooperativa e associação	50
Tabela 12 – Diferenças entre agricultura sustentável e agricultura familiar ...	54
Tabela 13 – Aumento de famílias atendidas pelo IAF de 1998 à 2009	90
Tabela 14 – Principais clientes e cidades brasileiras destinatárias dos produtos da Coopaflora	94
Tabela 15 – Dívidas contraídas pela Coopaflora	99

Lista de Siglas

AGAECO – Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo

APF – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

ASSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

CAI – Complexos Agroindustriais

CERCOPA – Cercopa Beneficiamento e Comercialização de Produtos Alimentícios

COOPAFLOTA - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo

CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Food and Agricultural Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

IAF – Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCON – Indústria de Condimentos Ltda

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MASA – Movimento Aprendizes da Sabedoria

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo

TNC – The Nature Conservancy

SUMÁRIO

RESUMO	8
Introdução	16
1. ESPAÇO DE REFERÊNCIA E SÍNTESE GEOHISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE TURVO E SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO DA COOPAFLORA	18
1.1 OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO	22
1.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE TURVO	24
1.3 ESTRUTURA AGRÁRIA	30
2. AGRICULTURA FAMILIAR	35
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUALIZAÇÃO	36
2.2 OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	39
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E A FIXAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO	42
2.4 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TURVO	44
2.5 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO: MECANISMOS DE APOIO E GERAÇÃO DE RENDA À AGRICULTORES FAMILIARES	48
2.6 AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLOESTAS: ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL À AGRICULTURA FAMILIAR	52
2.7 REMANESCENTES FLORESTAIS	56
3. A ATUAÇÃO DA COOPAFLORA E DO IAF NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE TURVO	63
3.1 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA COOPAFLORA	64
3.2 O SISTEMA FAXINAL E SUA RELAÇÃO COM A COOPAFLORA E O IAF.....	70
3.3 PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS ESPÉCIES	80
3.4 PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES	91
3.5 GESTÃO DA COOPERATIVA	98
Considerações finais	103
REFERÊNCIAS	107

Introdução

Este trabalho, dentro de seu recorte espacial (área rural do município de Turvo-PR), objetiva averiguar as condições da agricultura familiar no contexto agrário atual. Para tanto, buscou-se informações referentes ao município, desde o início do seu processo de ocupação, que se deu no final do XVIII e início do século XIX, até o ano de 2013. O trabalho ainda visa compreender como os agricultores familiares, que persistem nas áreas rurais, agem para poder sobreviver e permanecer nessas áreas, mesmo com o avanço da modernização agrícola.

Em alguns casos a persistência da agricultura familiar no campo está ligada à modelos produtivos sustentáveis que acabam, algumas vezes, se tornando mais viáveis economicamente devido ao diferencial da sustentabilidade. Considerando estes aspectos, a preservação da agricultura familiar no campo, favorece também a preservação dos recursos naturais, além de manter as características socioculturais do local.

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu ainda na graduação, por meio de uma pesquisa de Iniciação Científica que abordava as condições dos agricultores familiares e suas dificuldades de fixação no campo.

No decorrer dessa busca encontrou-se a Coopaflores - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo e o IAF - Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort, organizações que procuram promover a fixação do agricultor familiar no campo, aliando esse processo à produção sustentável.

O IAF que trabalha em parceria com a Coopaflores, desenvolve atividades no sentido de orientar o agricultor familiar na realização de culturas sustentáveis e promover a preservação e conservação principalmente dos remanescentes florestais da região. Essa iniciativa partiu de um imigrante holandês chamado Bernardo Hakvoort, que encantado com as matas nativas da região, promoveu em 1995, a criação do Instituto que levou o seu nome. Mais de dez anos depois, em 2006 foi criada a Coopaflores, a partir da mediação do IAF. Isso devido ao fato dos agricultores familiares locais dividirem espaços de cultivo e criação de animais com as áreas de matas,

produzindo principalmente erva-mate. Esses aspectos de produção são características marcantes dos sistemas faxinal ainda presentes em Turvo.

Dessa forma, se constrói um contexto espacial ao redor da agricultura familiar do município, repleto de peculiaridades, que ao mesmo tempo resgata modelos produtivos tradicionalmente familiares e transforma a agricultura familiar, devido à adoção de novas técnicas, alternativas e iniciativas, para que haja a geração de renda e assim o agricultor familiar possa continuar vivendo e trabalhando no campo.

O IAF e a Coopaflora propõem promover a manutenção de culturas e tradições locais, bem como a preservação e recuperação das matas nativas, por meio dos sistemas agroflorestais, que se encaixam no perfil produtivo já desenvolvido na região pelo sistema faxinal.

Para compreender como se desencadeou a constituição da cooperativa, bem como a sua atuação, o desenvolvimento deste trabalho se baseou em coleta de dados acerca da Coopaflora, do IAF e dados referentes ao município de Turvo, em específico sobre a área rural do município. Além disso, buscou-se obras que pudessem elucidar os aspectos conceituais do tema desenvolvido, e principalmente, o trabalho se baseou em entrevistas realizadas com agricultores familiares cooperados, membros da diretoria da cooperativa e técnicos do IAF.

No que se refere à organização do trabalho, no primeiro capítulo são apresentados aspectos gerais do município, a sua localização, seus aspectos econômicos e a sua estrutura agrária, o que revela a importância da agricultura familiar em Turvo desde o seu processo de ocupação.

No segundo capítulo, desenvolve-se a conceitualização da agricultura familiar, além de abordar as suas condições diante do avanço da modernização das técnicas agrícolas, em específico, as condições dos agricultores familiares do município, a partir da identificação de suas demandas e das iniciativas de apoio à agricultura familiar ali presentes.

O terceiro capítulo se desenvolve a partir da análise da atuação da Coopaflora e do IAF, o que mostra as demandas dos agricultores familiares cooperados, as condições de organização e gestão da cooperativa e do instituto, e os possíveis benefícios que essas iniciativas procuram promover tanto aos agricultores, quanto ao ambiente natural.

1. ESPAÇO DE REFERÊNCIA E SÍNTESE GEOHISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE TURVO

O município de Turvo faz divisa ao norte com os municípios de Cândido de Abreu e Boa Ventura de São Roque; ao sul com Guarapuava e Campina do Simão; a leste com Prudentópolis; e a oeste com Santa Maria do Oeste (figura 1).

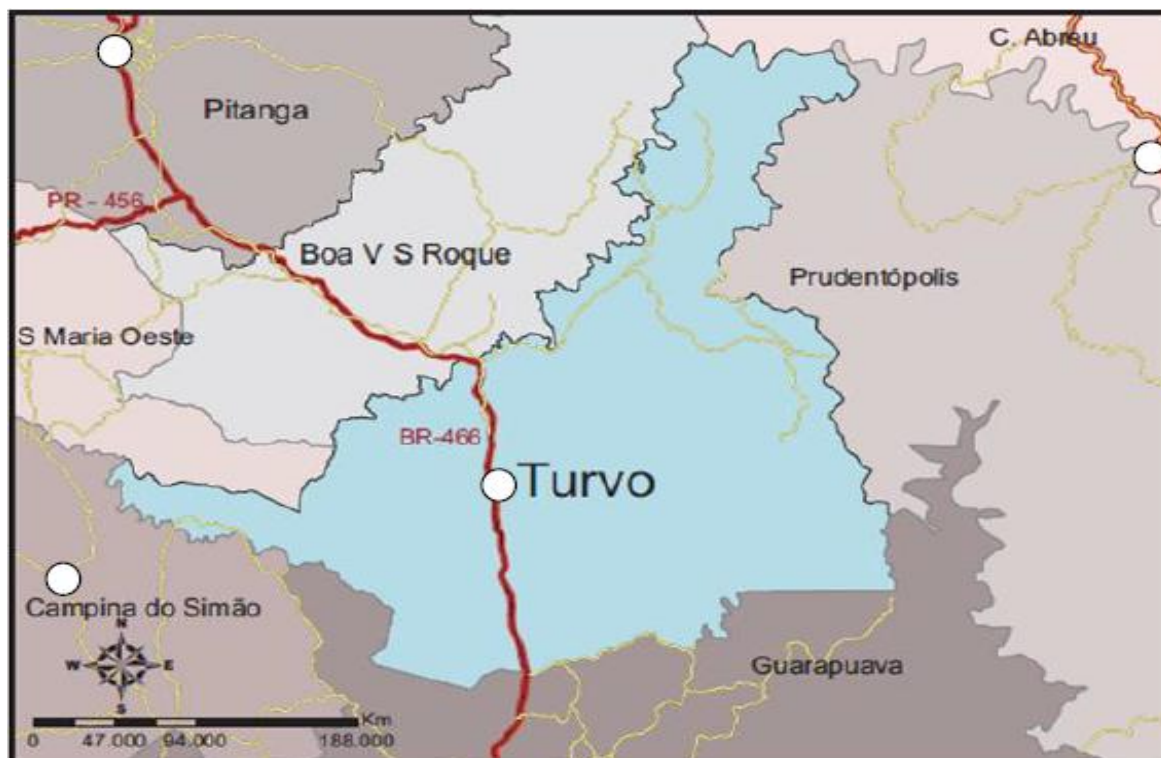


Figura 1 – Município de Turvo e seus vizinhos.

Fonte: CALEGARI, 2012.

O município possui uma população residente de 13.811 pessoas, sendo que destes 8.763 residem na área rural, e 5.048 na área urbana, em uma área territorial de 916.415 km² (IBGE, 2010).

Pelos dados apresentados, evidencia-se que predomina a concentração da população na área rural, com uma economia voltada às atividades agropecuárias, tanto em pequena quanto em grande escala.

Turvo está localizado na microrregião de Guarapuava, região central do Estado do Paraná, conforme mostra a figura 2, situado a cerca de 40 quilômetros do município de Guarapuava.

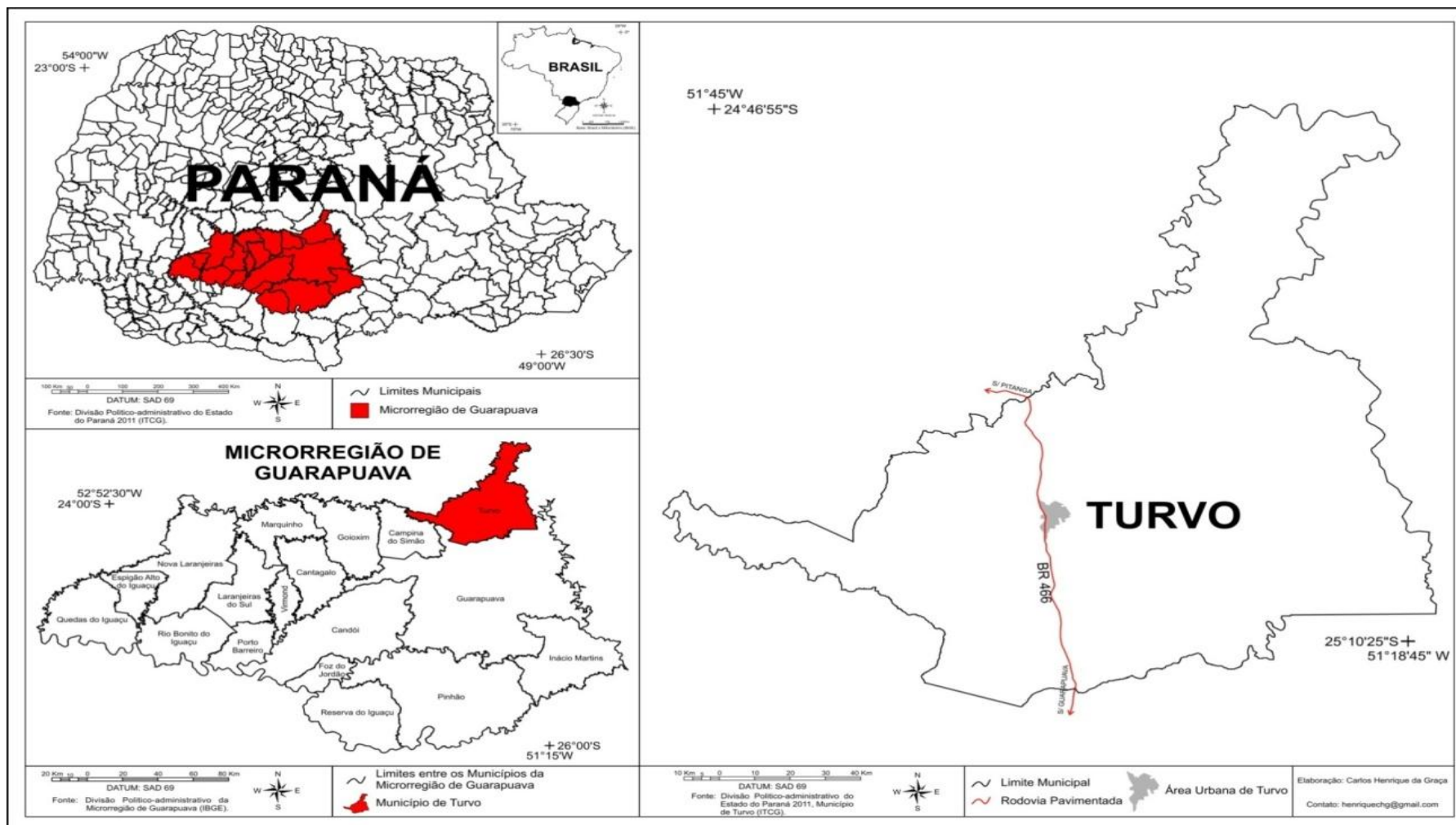


Figura 2 – Localização do Município do Turvo-PR.

Fonte: Divisão Político-administrativo do Estado do Paraná (ITCG)/ Divisão Político-administrativo da Microrregião de Guarapuava (IBGE), 2011.

Turvo está inserido no contexto regional (região central do Paraná) marcado pelo avanço das técnicas modernas de produção agrícola. Com isso, direta ou indiretamente, considerável parte da população rural do município acaba sendo afetada por esse processo. Como no caso do cooperado 5, que reside em Boa Ventura de São Roque, município que faz divisa com Turvo. Ele relata o seu descontentamento com o avanço das culturas modernas ao afirmar que, algumas vezes, as substâncias químicas aplicadas nessas lavouras acabam atingindo à sua propriedade. “[...] esses tempos atrás tem um rapaz aqui que plantou soja [...] eu tive que ir lá “prosear” com ele [...] eu disse você não me “ponhe” veneno a favor do vento que vai me prejudicar aqui [...] (COOPERADO 5, 2013)”¹.

Estes aspectos revelam algumas características dos rumos que a economia da região seguiu. Sabe-se que esta região se caracterizou durante muitos anos pela extração de erva-mate e pela economia madeireira, atividades basicamente extrativistas.

Essas atividades econômicas se remontam aos primórdios da exploração do capital nessa região e tornam-se fatores economicamente determinantes (IPARDES, 2006).

Segundo Druciak (2009) a medida que os ciclos econômicos surgiam, surgiram consigo as cidades. Aliados a esse crescimento das cidades, há também uma consolidação dos arranjos espaciais em conjunto com o crescimento populacional, espacial e econômico do território paranaense. Toda essa dinâmica é perpassada pelo setor econômico.

O mesmo autor ainda afirma que colonização e formação das relações produtivas, fez surgir na região central do Estado uma rarefação econômica e uma desarticulação econômica e espacial.

O município de Turvo, inserido nesse contexto, participou desse processo e, com isso, acabou sendo afetado pelas condições precárias de desenvolvimento econômico estabelecidas nessa região.

Considerando que o desenvolvimento da economia afetou direta ou indiretamente os aspectos sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano Médio – IDHM de Turvo se apresenta abaixo da média estadual.

¹ Neste trabalho os relatos dos agricultores familiares foram brevemente alterados, com o intuito de melhor compreender as informações transmitidas por esses agricultores. Além disso,

Tabela 1 - IDH MÉDIO PARANÁ E MUNICÍPIOS VIZINHOS DE TURVO

	1991	2000	2010
Guarapuava	0,473	0,632	0,731
Cândido de Abreu	0,287	0,460	0,629
Boa Ventura de São Roque	0,208	0,515	0,655
Santa Maria do Oeste	0,282	0,475	0,609
Campina do Simão	0,247	0,419	0,630
Turvo	0,336	0,419	0,672
Paraná	0,507	0,650	0,749

Fonte IBGE, 2010

Org. BASTOS, T. L.

A partir da análise da tabela 1, considera-se que a região em que está inserido o município de Turvo, apresenta evolução no IDH ao longo dos anos, porém permanece abaixo da média do Estado, com exceção do município de Guarapuava². Além disso, Turvo apresenta taxa de pobreza de 47% que ultrapassa a média estadual de 20,9% (IPARDES, 2007), o que pode ser reflexo do baixo potencial econômico do município.

Esses municípios (exceto Guarapuava), com suas economias essencialmente agropecuárias, incorporam muitas famílias de descendentes de europeus, principalmente os que se estabeleceram, desenvolvendo atividades de cunho agropecuário e familiar, tanto para o consumo próprio como para comercialização.

Nesse contexto, a produção de erva-mate no município de Turvo passou a ser um considerável elemento de reprodução econômica. O município foi durante muito tempo importante região de extração de erva-mate, atividade econômica que perdura ainda hoje entre os agricultores familiares da região.

A exploração madeireira, também exerceu durante muitos anos grande importância para o setor econômico. Porém essa atividade, (re)configurou os aspectos ambientais locais devido à redução das espécies florestais nativas.

Atualmente, apesar da existência e da relevância que a atividade madeireira ainda possui no município, se desenvolve em Turvo a ideia de

² Apesar de estar isolada e dispersa no território paranaense, Guarapuava possui uma localização estratégica intermediária entre importantes centros de relevância do Estado (IPARDES, 2006).

preservação e recuperação ambiental, por meio, inclusive de iniciativas de apoio à produção rural sustentável. Isso porque Turvo apresenta diversas paisagens, que revelam seu potencial natural, com distintas representações, dentre elas as matas com araucárias (CALEGARI, 2012).

Embora a presença da atividade madeireira tenha causado impactos ambientais e a redução da cobertura vegetal local durante, principalmente, a década de 1940, a própria ocupação do município de Turvo ocorreu em um contexto ambiental diferenciado, que tendia à uma organização social em conjunto com o equilíbrio do ambiente natural, e da manutenção de características específicas socioeconômicas, produtivas e culturais. Considerando esses fatores, surgiu na região o chamado sistema faxinal³.

A origem do sistema faxinal esteve atrelada à chegada dos imigrantes europeus e eslavos na região de Turvo. Sendo assim, o contato desses imigrantes com as áreas naturais regionais, os povos e costumes que aqui já se consolidavam, moldava o sistema faxinal na região e o perfil do processo de ocupação do município de Turvo.

1.1 OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO

O território em que hoje é o município de Turvo fazia parte dos “sertões”⁴, que eram terras devolutas⁵, onde viviam caboclos dispersos pelas matas e que se baseavam em uma economia de autoconsumo (SOUZA, 2001).

Esses caboclos exerceram um importante papel inicial ao processo de ocupação da região Centro-Sul do Paraná.

[...] ao adentrarem as matas, os caboclos derrubaram parte dela, fizeram pequenas plantações de milho ou feijão, construíram pequenas casas de pinheiro lascado e organizaram mangueirões – sistema de criação que se

³ Este termo será trabalhado capítulo 3, item 3.2.

⁴ A colonização dos sertões de Guarapuava foi lenta, marcada pela atividade pecuária e ervateira, criou rotas de passagem pelo Centro-Sul do Brasil em direção às Repúblicas do Prata, possibilitando novas ocupações de espaço articulados à mercados internos e com países vizinhos, alocando remanescentes indígenas, migrantes e imigrantes europeus (LEITE, 2008).

⁵ São terras públicas, que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado (www.justica.sp.gov.br).

manteve e foi adotado, mais tarde, pelos colonos (HAURESKO, 2012, p. 65).

Os caboclos deram os passos iniciais no processo de ocupação dessa região, estabelecendo influências no modo de trabalhar e desenvolver culturas em contato com os aspectos naturais regionais.

Considerando o município de Turvo no contexto espacial destes acontecimentos, o seu território começa a ser ocupado e transformado pelos primeiros povos que aqui se estabeleceram e plantaram suas culturas, tais como: os caboclos que por aqui residiram e deixaram suas influências sobre os povos precedentes, os imigrantes europeus.

Esses imigrantes passaram a investir seus esforços em sistemas agrícolas tradicionais, como o sistema faxinal.

O sistema faxinal se estabeleceu como resultado da “interação entre caboclos e colonos” (HAURESKO, 2012). Segundo Souza (2011) esse sistema agrícola perdurou por mais de meio século, garantindo, assim, a sustentabilidade socioambiental da produção familiar com o ambiente florestal, permitindo uma relativa autonomia aos agricultores.

Na década de 1920, o município incorporava muitas famílias pioneiras, as quais foram desenvolvendo atividades agropecuárias tais como pequenas plantações de milho e feijão, juntamente com a criação de suínos (CALEGARI, 2012).

Ao longo dos anos o surgimento de cidades próximas ao território que hoje é Turvo, também possibilitou a expansão do processo de ocupação do município, como a fundação do município de Pitanga.

Por volta de 1950, havia uma estrada que permitia o acesso de Pitanga à Guarapuava, essa estrada passava por Boa Ventura de São Roque e pelo território onde hoje é o município, oportunizando a passagem de famílias de imigrantes eslavos, alemães e italianos (TURVO, 1987). Sendo assim, o processo de ocupação do município se intensificou por meio da passagem desses povos eslavos pela região, que aos poucos iam estabelecendo suas atividades agrícolas no território.

Dessa forma, foi com o desenvolvimento das atividades agropecuárias de pequeno porte que a localidade foi elevada ao nível de distrito “em 23 de dezembro de 1953, por meio da Lei nº 232” (TURVO, 1987).

Quase vinte anos depois, em 1972 foi iniciado o primeiro movimento de pró-emancipação político-administrativa do Distrito de Turvo. Sua emancipação dependeria da realização de um plebiscito, o qual foi aprovado pela comissão de Redação e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado. Esse Plebiscito aconteceu no dia 2 de maio de 1982 e pela Lei Estadual nº 7.576, de 12 de maio de 1982, Turvo foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado de Guarapuava (TURVO, 1987).

Turvo ainda se fundamenta em atividades econômicas que serviram de base para o seu processo de ocupação. Observa-se que a região incorpora ainda muitas madeiras, cultivo de erva-mate, e a agricultura familiar em seu contexto econômico.

1.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE TURVO

O município de Turvo em seu contexto regional teve como principais atividades econômicas desenvolvidas a extração de erva-mate e a exploração de madeira.

De acordo com Padis (2006), a atividade ervateira se desenvolveu no Paraná, ao longo de 1850 a 1931, adquirindo representatividade com a possibilidade de exportação, consolidando a região ervateira, que se expandiu por boa parte do território paranaense, englobando a região central do Estado (figura 3).

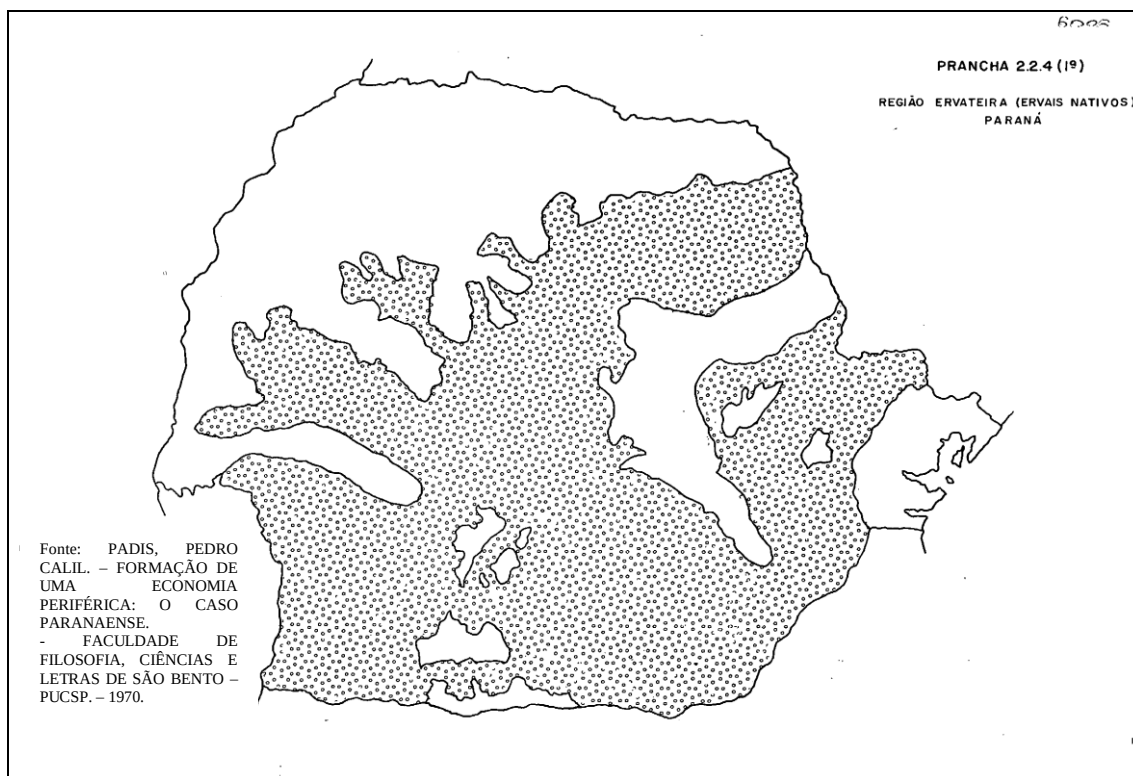


Figura 3 - **Avanço da economia ervateira no Paraná.**

Fonte: PADIS, 2006.

A extração de erva-mate representa considerável relação econômica com a formação do sistema faxinal na região Centro-Sul, a princípio pelos caboclos e depois pelos colonos (eslavos). A interação entre imigrantes e caboclos caracterizou o sistema faxinal na região Centro-Sul do Paraná⁶.

Além da erva-mate, a atividade madeireira foi responsável por caracterizar profundamente a região Centro-Sul do Paraná do final do século XIX, até a década de 1940, se consolidando por meio do apoio financeiro de grupos estrangeiros principalmente ingleses e norte-americanos (PADIS, 2006).

Em Turvo essa atividade se intensificou nos anos 1940, quando foi fundada a Ibema, empresa que possuía como principal fonte de matéria-prima a madeira. A Ibema, ao longo dos anos foi avançando e criando entrepostos em diversas cidades paranaenses, passando inclusive a exportar as madeiras industrializadas. Mais tarde, em 1981 foi fundada a Madeireira Princesa dos Campos, que também representou importante contribuição econômica para

⁶ O processo de interação entre caboclos e colonos europeus será detalhado no terceiro capítulo no item 3.2.

ramo madeireiro na região (TURVO, 1987). Outras madeireiras foram surgindo na região, como a madeireira Esplanada e Princesa dos Campos, ambas pertencentes à família Rickili.

Atualmente existem mais de 40 empresas do ramo madeireiro no município de Turvo, as quais atuam no processo de extração de madeira e serrarias (TURVO, 2014). A tabela 2 destaca algumas das principais empresas do ramo madeireiro presentes no município.

Tabela 2 – EMPRESAS DO RAMO MADEIREIRO PRESENTES EM TURVO

Nome	Atividade
IBEMA – Cia brasileira de papel	Serraria com desdobramento de papel.
J J A Reflorestadora	Extração de madeira em florestas plantadas, extração de madeira em florestas nativas, conservação de florestas nativas
F. Paulowski LTDA	Serrarias com desdobramento de madeira
Madorso comércio de madeiras	Serrarias com desdobramento de madeiras
Diomar T. Pauloviski & Cia LTDA	Serrarias com desdobramento de madeira
Madeiras Bruger	Serrarias com desdobramento de madeiras
MS madeiras	Serrarias com desdobramento de madeiras
Madeira Turvo	Serraria com desdobramento de madeiras
C. Schornobay & Cia LTDA	Serraria com desdobramento de madeiras
Madeira São José	Serraria com desdobramento de madeiras

Fonte: Prefeitura municipal de Turvo, 2014.
Org. BASTOS, T. L.

Tanto a erva-mate quanto a madeira representaram elementos característicos da região e importantes para a configuração econômica atual do Estado do Paraná em seu processo inicial.

Atualmente, o município ainda possui uma grande parcela da população voltada às atividades agropecuárias, como mostra a tabela 3.

Tabela 3 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – MUNICÍPIO DO TURVO-PR – 2010

Atividades econômicas	Nº de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.248
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	962
Indústria de transformação	936

Fonte: IPARDES, 2012.

Org. BASTOS, T. L.

A partir da tabela 3 pode-se perceber que cerca de 2.250 pessoas se ocupam com atividades como agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, enquanto que, aproximadamente, 940 estão ocupadas com atividades industriais e em torno de 900 pessoas com atividades comerciais (IPARDES, 2012).

Assim sendo, Turvo é um município que concentra trabalhadores muito mais na área rural do que na área urbana. Isso demonstra a importância exercida pelas atividades agrícolas à população turvense, devido inclusive ao fato de mais de 50% da população do município estar concentrada na área rural, em pequenas propriedades familiares.

A tabela 4 apresenta os valores adicionados brutos, segundo os setores da economia em Turvo, o que revela que o setor de serviços vem despontando nesses últimos anos.

Tabela 4 - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS - MUNICÍPIO TURVO

Setor econômico	Valor (R\$ 1000,00) - 2009	Valor (R\$ 1000,00) - 2011
Agropecuária	29.224	43.245
Indústria	47.145	49.105
Serviços	57. 130	70.950

Fonte: IBGE, 2013.
Org. BASTOS, T. L.

Embora o crescimento do setor agropecuário tenha sido bastante significativo do ano de 2009 até o ano de 2011, os setores de serviços e comércio estão à frente do valor adicionado à produção agropecuária, como mostra a tabela 4.

Esse quadro econômico pode ser remetido à história do município, com a indicação de que o seu potencial industrial, a princípio, esteve atrelado à extração madeireira, principalmente ao longo da década de 1980, quando surgiram as suas principais madeireiras (TURVO, 1987). Ao longo dos anos outras atividades econômicas foram se consolidando e o setor de comércio e serviços se intensificou como mostra a tabela 5.

Tabela 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETOR ECONÔMICO – MUNICÍPIO DE TURVO - 2010

Setor	Número de estabelecimentos
Indústria	32
Comércio e serviços	161
Agropecuário	57

Fonte: IPARDES, 2012.

Considerando a tabela 5, no ano de 2010 o setor de comércio e serviços é o que possuía mais estabelecimentos. Nesse segmento, merece destaque o comércio varejista que registra um total de 97 estabelecimentos (IPARDES, 2012).

Quanto à produção agropecuária, sabe-se que a década de 1980 em Turvo foi marcada pela adoção da agricultura mecanizada, promovendo o aumento do plantio de soja, trigo e milho (CALEGARI, 2012). Nesse sentido, na

tabela 6 verifica-se que a maior participação, no que se refere aos produtos agropecuários, é proveniente do cultivo de milho soja e trigo.

Tabela 6 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ⁷ – MUNICÍPIO DE TURVO – 2010

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$ 1000,00)
Feijão	1.450	1.540	1.062	1.283
Milho	5.110	24.240	4.744	6.205
Soja	6.800	17.340	2.550	8.851
Trigo	1.300	4.090	3.146	1.771

Fonte: IPARDES, 2012.
Org. BASTOS, T. L.

Essas culturas ocupam as maiores áreas e promovem maior lucro, portanto, apesar de existirem muitas pequenas propriedades na área rural do município, essas lavouras avançaram e usufruíram de grandes áreas, apoiadas no processo de desenvolvimento puramente econômico.

No entanto, na década de 1990 houve modificação no desenvolvimento de atividades agropecuárias no município. Essa modificação esteve no aumento da pecuária de corte e na introdução de animais apropriados para a produção leiteira, por meio do trabalho de agricultores familiares (CALEGARI, 2012).

Além disso, na década de 1990, um grupo de pessoas do município de Turvo passou a se preocupar com a preservação das florestas e dos faxinais. Com isso, buscou-se alternativas para viabilizar economicamente a preservação de espécies florestais, e foi nesse contexto que foi criado o IAF⁸ (CALEGARI, 2012).

Como será apresentado no capítulo 2 e 3, iniciativas como o IAF e a Coopaflores se estabeleceram com intuito de promover a permanência da agricultura familiar em Turvo, por meio da produção de plantas medicinais que se tornou um viés econômico aos agricultores familiares.

⁷ Produtos que apresentam maior rentabilidade.

⁸ O contexto em que foi criado o IAF está detalhado no item 3.1 do terceiro capítulo deste trabalho.

A partir da análise das atividades econômicas estabelecidas em Turvo, desde o seu processo de ocupação, pode-se considerar que a atual estrutura agrária do município é composta por áreas de produção familiar, áreas de grandes lavouras mecanizadas e importantes remanescentes florestais que se estendem ao longo de muitas pequenas propriedades familiares, coexistindo há muitos anos com estas atividades agrícolas de pequeno porte.

1.3 ESTRUTURA AGRÁRIA

Em 2000 a maior parte das propriedades rurais do município de Turvo eram de 5 ha a 20 ha, conforme demonstra a tabela 7, ou seja, a maioria das propriedades eram pequenas, considerando que cada módulo fiscal em Turvo corresponde à 18 ha⁹ (IAP, 2013).

Tabela 7 - **ESTABELECIMENTOS RURAIS DE ACORDO COM A ÁREA – MUNICÍPIO DE TURVO - 2000**

ÁREA	PORCENTAGEM	FAMÍLIAS
Até 5 há	31,6	453
5 a menos de 20 ha	34,6	496
20 a menos de 50 ha	17,4	250
50 a menos de 100 ha	7,53	108
Mais de 100 ha	8,92	128

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.
Org. BASTOS, T. L.

A tabela 7 revela que a maioria dos agricultores familiares se concentra em pequenas propriedades, enquanto nas áreas maiores há menor concentração de pessoas. Portanto, embora o processo de modernização da agricultura esteja avançando em Turvo, o município ainda abriga muitas famílias trabalhando e vivendo na área rural, estas concentradas principalmente em pequenas propriedades.

⁹O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. A pequena propriedade é o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade é o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais (<http://www.incra.gov.br>).

Quando analisadas as condições do produtor rural dentro do território brasileiro (tabela 8), nota-se que há significativa presença da agricultura familiar, na região Sul, no Paraná e no Centro-Sul paranaense.

Tabela 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE ACORDO COM A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 2006

País, Região, Estado, Mesorregião, Município	Agricultura Familiar	%	Agricultura não Familiar	%	Total de Estabelecimentos
Brasil	4.367.902	84,4	807.587	15,6	5.175.489
Sul	849.997	84,48	156.184	15,52	1.006.181
Paraná	302.907	81,63	68.144	18,37	371.051
Centro-Sul	33.588	81,19	7.780	18,81	41.368
Turvo	1.408	83,7	274	16,3	1.682

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006.
Org. BASTOS, T. L.

A tabela 8 mostra a expressiva diferença entre a agricultura familiar e a agricultura não familiar desenvolvidas no município de Turvo, com a grande maioria representada pela agricultura familiar.

Esses agricultores familiares, ainda cultivam práticas, costumes e culturas que caracterizam os espaços físicos e sociais da área rural do município, como por exemplo, o envolvimento das comunidades faxinalenses com a preservação dos remanescentes florestais, o que compõe uma respeitável mostra da Floresta Ombrófila Mista.

Nas tabelas 9 e 10, que correspondem ao censo agropecuário de 1996 e 2006 respectivamente, nota-se que em 1996 as áreas destinadas às matas nativas correspondiam a um total de 20.885 hectares, e matas de floresta plantada 4.092 hectares. Já em 2006 as áreas de matas e/ou florestas naturais ultrapassam 30.000 hectares e as áreas de florestas plantadas mais de 6.000 hectares.

Tabela 9 - **UTILIZAÇÃO DE TERRAS HECTARES – TURVO - 1996**

Lavouras temporárias	4.622
Matas de floresta naturais	20.885
Matas de florestas plantadas	4.092
Produtivas não utilizadas	6.475

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 1996.
Org. BASTOS, T. L.

Tabela 10 - **UTILIZAÇÃO DE TERRAS HECTARES – TURVO - 2006**

Lavouras temporárias	12.811
Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	26.433
Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	4.591
Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	6.486

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006.
Org. BASTOS, T. L.

Esse aumento das áreas de florestas nos últimos dez anos representa um dos fatores que revelam a intensificação da importância dada ao processo de recuperação e preservação das áreas florestadas do município de Turvo.

Além das áreas de matas e florestas, as tabelas 9 e 10 apresentam a quantidade de terras ocupadas com lavouras temporárias. Em 1996 as lavouras temporárias ocupavam 4.622 hectares e em 2006 12.811 hectares. Considerando que as lavouras temporárias podem ser representadas pelas lavouras de soja e milho, por exemplo, atribui-se este aspecto à absorção da agricultura mecanizada no município de Turvo.

Assim, Turvo apresenta uma estrutura agrária diversificada, com áreas naturais florestadas, florestas plantadas (pinus e eucaliptos), áreas de pastagens, bem como áreas destinadas às grandes lavouras.

Nesse contexto ambiental, as áreas de matas nativas destinadas à Preservação Permanente¹⁰ e Reserva Legal¹¹, muitas vezes encontram-se ameaçadas por espécies exóticas como pinus e eucaliptos que fazem parte das novas culturas que se expandem pela área rural do município.

A foto1 representa parte da propriedade de uma das cooperadas da Coopafloresta. A imagem demonstra a presença de espécies exóticas, como os eucaliptos, próximas à mata ciliar e à margem do rio. A cooperada relata que os agricultores atuam no sentido de recuperar preservar as matas nativas. Porém a significativa presença de madeireiras na área rural do município dificulta esse processo e as espécies de pinus e eucaliptos avançam cada vez mais para o interior das matas nativas e de suas propriedades.



Foto 1 - Área de preservação permanente – Área rural de Turvo.
Fonte: Bastos, T. L. 2013.

¹⁰É uma área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. São áreas de Preservação Permanente os terrenos ao redor de lagos, rios e nascentes (mata ciliar) e também os topos de morro e encostas com declive superior a 45° (<http://www.iap.pr.gov.br>).

¹¹É uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, destinada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas (<http://www.iap.pr.gov.br>).

Observa-se em Turvo que, embora haja leis ambientais que defendam a manutenção e preservação de matas ciliares, ainda existem muitas irregularidades que continuam a prejudicar o ambiente local.

No município o processo de preservação e recuperação dessas áreas naturais conta com o apoio dos agricultores familiares que convivem com essas áreas de matas. Esses agricultores atualmente encontram-se envoltos em um contexto caracterizado por remanescentes florestais e áreas de grandes lavouras, fruto do avanço da modernização das técnicas produtivas do campo.

Levando em consideração os aspectos que foram apresentados até o presente momento acerca do município de Turvo, constata-se a princípio que o município possui suas raízes históricas engendradas no desenvolvimento de atividades agropecuárias de pequeno porte, seguida do desenvolvimento de atividades econômicas que não foram capazes de desencadear o desenvolvimento local em longo prazo. Além de afetar negativamente os aspectos ambientais por meio da exploração predatória de madeira.

Esses aspectos refletiram na atual condição de sua estrutura agrária, que com o tempo também incorporou grandes lavouras a partir do avanço da mecanização da agricultura. Dessa forma, se consolidou no município uma estrutura agrária com áreas de cultivo de espécies exóticas, como pinus e eucaliptos, áreas de grandes lavouras, áreas de preservação e recuperação de matas nativas que convivem com o desenvolvimento da agricultura familiar dentro deste contexto espacial.

2. AGRICULTURA FAMILIAR

Ao abordar o conceito de agricultura familiar, faz-se necessário identificar as principais características e adversidades encontradas pelos agricultores, no contexto espacial, histórico e econômico em que vivem.

As adversidades encontradas pelos agricultores são inúmeras, tais como a mecanização das técnicas produtivas agrícolas, o domínio dos grandes proprietários de terras e o avanço de culturas que interferem no desenvolvimento do trabalho desses agricultores. Os desafios enfrentados por esses agricultores, bem como as formas de superar as possíveis adversidades são variadas e podem estar associadas às suas características específicas locais.

Nesse sentido, destacam-se nesse capítulo iniciativas e alternativas que objetivam promover a fixação do agricultor familiar no campo. As possíveis iniciativas, neste trabalho, são vistas a partir do cooperativismo e do associativismo. Esses mecanismos possuem grande representatividade no que se refere à possível reintegração do agricultor familiar no mercado e na importância que possui o trabalho e o produto do trabalhador familiar do campo.

Algumas iniciativas de fixação dos agricultores familiares no campo giram em torno da adoção de modelos de produção sustentáveis que geram produtos com um atrativo diferente, levando consigo a certificação de produto agroecológico.

Na área rural do município de Turvo são utilizados modelos de produção sustentáveis entre algumas famílias de agricultores. Isso devido à presença de importantes áreas de remanescentes florestais que existem dentro das propriedades desses agricultores.

Ao considerar esses aspectos, procura-se realizar uma breve caracterização da agricultura familiar em Turvo e seus principais aspectos, considerando a Coopaflores e o IAF como instrumentos que caminham no sentido de gerar renda, de maneira sustentável por meio da organização cooperativa e inserindo o agricultor familiar no mercado, considerando sua realidade socioeconômica e cultural.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUALIZAÇÃO

Segundo Tedesco (2001) a definição de agricultura familiar é bastante abrangente. Ele considera a família como proprietária dos meios de produção, responsável pelo trabalho na terra, pelas modalidades de produção e manifestação de valores e tradições em torno da família e para a família. Seguindo a mesma linha, o autor ainda destaca que a agricultura familiar envolve as relações de trabalho no sentido, de agrupamento e de multifuncionalidade em espaços de trabalhos diferenciados.

Para Wanderley (2001) a agricultura familiar é uma forma de produção, na qual, a família, além de ser dona da terra, é responsável pelo trabalho desenvolvido em sua propriedade. A autora salienta que, o caráter familiar, não é apenas uma forma de se caracterizar tal atividade, esse caráter possui a capacidade de revelar suas características econômicas e sociais.

De acordo com Buianain (2003) a agricultura familiar é um modelo de agricultura em que o trabalho é coordenado pela própria família, sendo ela a principal responsável pela produção.

Considerando as afirmações dos referidos autores acerca da definição de agricultura familiar, pode-se constatar como ponto importante, o fato de que a família é dona da terra e é esta que desenvolve o trabalho em sua propriedade. O agricultor familiar possui um perfil constituído de potencialidades e habilidades produtivas que emergem de seus costumes e tradições e, muitas vezes, possui um caráter multifuncional em espaços diversos, apontando para a flexibilidade de adaptação dessas comunidades.

Com relação ao agricultor familiar enquanto sujeito, Montoya e Guilhoto (2001) afirmam que ele é, com a ajuda de sua família, aquele que cuida de uma pequena área de terras, cuja produção, é parcialmente, ou totalmente destinada ao mercado.

Ao longo dos anos as atividades agrícolas se transformaram, esse processo afetou as relações sociais e produtivas da população rural.

No contexto do município de Turvo, as formas de adaptação podem ser diversas, tais como a incorporação de novas técnicas que possam intensificar o processo produtivo e a adoção de práticas de cultivo sustentáveis (que podem garantir a renda do agricultor por meio do diferencial do produto orgânico).

Abramovay (1998) explica que a agricultura familiar deve ser interpretada como uma ferramenta ao desenvolvimento proporcionando melhores condições de vida, direcionada ao desenvolvimento sustentável e como instrumento de luta contra a pobreza.

Em Turvo a agricultura familiar possui esse caráter definido por Abramovay (1998), pois o modo como esta atividade é desenvolvida no município mostra que ela está associada ao desenvolvimento sustentável, usando esse processo como mecanismo de geração de renda, por meio da produção de plantas medicinais no caso da Coopaflores.

De acordo com o INCRA (1994), a agricultura familiar possui seu potencial compreendido pela importância dada à família, considerando que, a administração, organização das atividades e o destino da produção são definidos pela própria família.

O INCRA ainda indica três modalidades para classificar o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo elas a agricultura familiar consolidada, a agricultura familiar de transição e a agricultura familiar periférica.

A agricultura familiar consolidada consiste em um modelo no qual os produtores estão integrados ao mercado, possuindo acesso às inovações tecnológicas e políticas públicas. Além disso, a maioria dos seus estabelecimentos funciona com características e em padrões empresariais.

A agricultura familiar de transição é composta por agricultores que não estão efetivamente integrados ao mercado e estão parcialmente atrelados às inovações tecnológicas, sem acesso à maioria das políticas públicas e programas do governo que trabalham em favor da agricultura familiar.

Com relação à agricultura familiar definida como periférica, a manutenção de seu funcionamento é viabilizado economicamente, constituída por aproximadamente 50% dos estabelecimentos rurais que formam a agricultura familiar no Brasil (FAO/INCRA, 1994).

Tendo em vista os referidos “estágios” em que a agricultura familiar pode estar apresentada e o contexto histórico atual da agricultura brasileira, observa-se que esta tem apresentado algumas características inovadoras dentro do seu foco de desenvolvimento.

Nesse sentido, os agricultores associados da Coopaflores em Turvo, desenvolvem uma agricultura familiar consolidada, pois é possível perceber

que esses agricultores procuram novas formas de se inserirem no mercado, e muitas vezes esses meios estão associados à novas técnicas de produção que envolvem algum tipo de tecnologia, como por exemplo as estufas de secagem de plantas medicinais existentes na sede da Coopaflora¹².

Medeiros (2007) concebe a agricultura familiar como sendo uma atividade renovada, porém preservando a essência da produção familiar. Segundo ele:

[...] Essas unidades de produção familiar são distintas da empresa capitalista típica, pois buscam se reproduzir social e economicamente – considerando o meio físico e socioeconômico no qual se inserem –, assim como organizar e/ou realizar sua produção por meio da força de trabalho familiar (MEDEIROS, 2007, p. 169).

Podem-se associar os aspectos mencionados por Medeiros à agricultura familiar em Turvo, pois, de acordo com o que foi observado em campo, os agricultores buscam produzir levando em consideração os aspectos naturais, suas limitações e seus potenciais, ao mesmo tempo em que se renovam através da adoção de novas técnicas produtivas. Além disso, a ligação desses agricultores com os aspectos sociais é bastante expressiva, podendo ser representada pela importância que estes atribuem à preservação do sistema faxinal.

Porém, mesmo havendo mecanismos de apoio à agricultura familiar e a consolidação desta atividade por meio da adoção de técnicas diferenciadas, não só em Turvo, mas em diversos municípios que ainda incorporam a agricultura familiar, esta atividade enfrenta inúmeros desafios para poder promover a sua fixação nas áreas rurais.

¹² As imagens das estufas, bem como o processo de secagem de plantas serão apresentados no capítulo 3, item 3.3.

2.2 OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A introdução do modo de produção industrial no campo trouxe diversas transformações no setor agropecuário, principalmente depois do surgimento dos Complexos Agroindustriais.

As novas e modernas técnicas de produção agrícola no Brasil tiveram seu auge a partir da segunda metade da década de 1960, quando o modelo definido como Complexo Agroindustrial¹³ se inseriu dentro da economia brasileira (MAZZALI, 2000).

Considerando as condições socioeconômicas da agricultura familiar, compreende-se que esta sofreu grandes alterações em sua atuação devido à incorporação dessas novas técnicas modernas. Em Turvo, muitos agricultores se desfizeram de suas propriedades, muitos incorporam novos elementos ao seu processo produtivo e organizacional, outros arrendam suas terras para ser incorporadas principalmente às áreas de produção de pinus e eucaliptos. Enfim, o uso da terra após este processo se modificou, mexendo com os ambientes e as organizações sociais do campo, afetando a atuação da agricultura familiar nestas áreas rurais.

Com o tempo, o modelo definido como CAI - Complexo Agroindustrial tornou-se insuficiente para explicar o complexo processo inaugurado no Brasil em meados da década de 1960. Isso porque a partir dos anos 1990, as relações comerciais relacionadas aos produtos agroindustrializados se tornaram mais flexíveis. A partir disso surge um novo modelo de organização e articulação entre as relações do setor agroindustrial, a organização em rede (MAZZALI, 2000).

Essa organização em rede só veio favorecer o avanço da modernização da agricultura, expandindo-a para novas áreas, otimizando a produção e comercialização dos produtos agroindustrializados por meio de redes de contatos fortemente estabelecidas entre empresas do ramo.

Para Pedrão (2004), o avanço do capitalismo no campo proporcionou a “mercantilização das terras” e o controle de agregação de valor sobre os produtos agropecuários, cujos interesses, são controlados pelo capital

¹³ Segundo Mazzali (2000) o Complexo Agroindustrial é a articulação entre agricultura, indústria produtora de insumos, e indústria processadora de produtos agrícolas.

internacional, tornando assim, o meio rural, como uma área cada vez mais controlada pelo setor bancário. Nessa conjuntura, o autor ainda afirma que os agronegócios representam a perspectiva econômica para o capital no campo.

Essas condições capitalistas, acrescidas da internacionalização das técnicas, capitais e das estruturas de produção no campo, foram transformando a estrutura agrária brasileira em um espaço muito mais econômico do que social.

Pedraão (2004) afirma que a nova internacionalização do capital, a partir da produção industrial, passou a controlar a comercialização de insumos e equipamentos agrícolas e, até mesmo, o consumo da população da área rural. Isso fez com que se ampliasse a participação do capital mercantil internacional, que antes era voltada a algumas mercadorias específicas e agora abrangem diversos outros produtos agrícolas. Esses produtos são geralmente aqueles que proporcionam mais lucros e estão ligados à modernização da comercialização.

A nova agricultura empresarial cria um campo sem árvores, coberto de monoculturas de ciclo curto, determinando a necessidade de outros segmentos de produção rural que respondam pelo suprimento de alimentos variados (PEDRAÃO, 2004, p. 821).

O autor avalia o novo contexto da agricultura no Brasil como um negócio que vem crescendo e abrangendo diversas áreas por meio da ampliação do capital internacional, interessado nos produtos que proporcionam maior lucro, transformando o meio rural em um ambiente padronizado pelas culturas mecanizadas.

Esse processo acarretou em diversos pontos negativos principalmente nos aspectos sociais e ambientais nas áreas rurais. Em Turvo é possível observar esse processo, considerando a existência de várias áreas recobertas com a produção de espécies florestais exóticas, tais como os pinus e eucaliptos, como já foi mencionado.

Espécies exóticas podem ser encontradas até mesmo dentro de áreas de faxinais, como afirma o cooperado 7 membro da comunidade Saudade Santa Anita. Ele diz que, algumas vezes, os faxinalenses são ludibriados pela

possibilidade de obtenção de renda por meio do arrendamento de suas terras para a produção dessas espécies, mas a maioria dos agricultores acaba se arrependendo, pois o tempo de espera para obtenção de lucro é muito longo¹⁴. Além disso, o avanço da agricultura mecanizada acaba necessitando de áreas cada vez maiores, com isso acaba pressionando, direta ou indiretamente os agricultores familiares.

A cooperada 1 relata que os grandes produtores interferem no espaço produtivo dos agricultores familiares a medida que começam a incorporar as pequenas propriedades às suas áreas de produção aumentando a concentração de terras.

[...] esses grandes proprietários começam a comprar as pequenas propriedades para aumentar ainda mais as suas [...] e o espaço do pequeno produtor diminui [...] isso é ruim porque quem fornece alimento são os pequenos, os grandes trabalham para exportação [...] nós aqui, por exemplo, diversificamos a produção [...] tem que aproveitar bem o espaço que nós temos e cultivar de tudo um pouco [...] (COOPERADA 1).

Nesse contexto, o processo de modernização da agricultura impõe aos agricultores recorrerem à formas de se adaptar a esse novo contexto rural. Com isso, estes produtores precisam criar iniciativas e encontrar alternativas para que possam continuar a viver e trabalhar no campo, com modelos de produção específicos, preservando os aspectos socioeconômicos e culturais no meio rural.

No que se refere ao processo produtivo, a agricultura familiar apresenta características específicas de um modelo de produção, cuja base, não depende exclusivamente de um capital que sustente o processo produtivo. A atividade envolve os membros da família, que cultivam o alimento, e/ou praticam pecuária extensiva basicamente para manter sua vivência e suprir suas reais necessidades.

Assim, entende-se que as relações de trabalho no campo mudaram significativamente nas últimas décadas no Brasil, devido à inserção do modo de produção industrial no meio rural e otimização da comercialização dos

¹⁴ Dados coletados em conversa informal com cooperado faxinalense.

produtos da agricultura moderna.

A intensificação da produção agrícola agroindustrial atingiu a população rural que trabalhava, vivia no campo e do campo, que acabou tendo que ceder espaço aos proprietários das agroindústrias geradoras de capital. Diante disso, as perspectivas dos agricultores familiares, de manter uma vida digna no espaço rural diminuíram imensamente.

Atualmente, em Turvo, devido a esse processo, os agricultores familiares perceberam a necessidade de se reinventar diante dessa situação, contudo, mantendo os princípios característicos da agricultura familiar. Assim, muitos produtores rurais do município se reúnem em associações e cooperativas com o objetivo de melhorar suas condições de trabalho e vivência.

Essas iniciativas podem ser compreendidas através do desenvolvimento de estruturas de trabalho dentro de suas pequenas propriedades, que visam aperfeiçoar o processo produtivo, como no caso de alguns cooperados da Coopaflores que constroem estruturas de secagem de plantas medicinais em suas propriedades, como isso, agregam valor ao produto repassado para a cooperativa.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E A FIXAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO

Atualmente, a problemática da permanência da agricultura familiar no campo tem sido mais discutida, em geral relacionada a modelos produtivos que visam o trabalho coletivo e à sustentabilidade.

No que se refere especificamente ao fortalecimento agricultura familiar, foi criado em 1996 o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar¹⁵.

No ano de 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)

¹⁵ O PRONAF financia projetos coletivos ou individuais para agricultores familiares. A princípio é necessário que a família analise suas demandas. Após verificar as necessidades para a produção da família ou do grupo de agricultores familiares, deve-se procurar o sindicato rural ou EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, para adquirir a declaração de aptidão do PRONAF, que vai conceder o crédito de acordo com a renda e as atividades exploradas pelo agricultor (www.mda.gov.br).

instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), voltado ao atendimento de produtores rurais com áreas não superiores a quatro módulos fiscais e que possuíssem até dois trabalhadores contratados (HESPANHOL, 2008, p. 83).

Apesar da existência de políticas públicas que beneficiam o agricultor familiar para que ele obtenha melhores vantagens, são os produtos provenientes da agricultura patronal os mais visados pelo mercado mundial.

O mercado de produtos agrícolas não tem oferecido boas alternativas de renda à agricultura familiar: As cadeias produtivas que estão em expansão atualmente, dadas as condições favoráveis do mercado nacional e, principalmente, do mercado internacional, são as ligadas aos complexos da soja e sucroalcooleiro, onde não há grande espaço para a participação da agricultura família, dado ao elevado padrão tecnológico (HESPANHOL, 2008, p. 86).

Tendo em vista esse contexto, em 1999 o Governo Federal lançou um documento intitulado Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local Para um Novo Mundo Rural, que buscava promover uma transformação no meio rural, no qual, houvesse uma maior valorização da agricultura familiar, do desenvolvimento local e sustentável e promovesse uma reforma agrária (ALENTEJANO, 2000).

Alentejano (2000) identifica aspectos incoerentes em relação às propostas governamentais, tendo em vista a persistência da concentração fundiária, do êxodo rural, a predominância do pensamento capitalista no campo e o consequente empobrecimento dos agricultores familiares. O autor observa ainda que a política governamental expõe formulações teóricas impulsionadas por pressões de um novo modelo agrário, que se consolida, na verdade, em favor do contexto estabelecido pelo modelo capitalista de produção, desvinculado das organizações sociais rurais.

Nesse sentido, as verdadeiras iniciativas e alternativas para a fixação do agricultor familiar no campo, muitas vezes partem das próprias comunidades de agricultores, por meio de associações, cooperativas, desenvolvimento sustentável, dentre outras possibilidades, buscando resistir social e economicamente no meio rural dentro de um cenário cujos protagonistas são

os detentores do capital rural.

Para Hespanhol (2008)

[a] associação a outros pequenos produtores rurais, preferencialmente àqueles que se dedicam aos mesmos segmentos produtivos, se constitui num dos caminhos mais importantes para superação de problemas comuns (p.87).

Algumas vezes parcerias com empresas ou organizações não governamentais podem apresentar mecanismos de fixação do homem no campo, como forma de desenvolvimento de projetos subsidiados por empresas e demais instituições.

No caso da Coopaflora, em Turvo, há uma parceria com o IAF que é uma ONG, além disso, tanto a cooperativa quanto a ONG, ao longo dos anos elaboravam projetos em benefício dos agricultores familiares, que eram subsidiados por empresas parceiras, como a Natura por exemplo¹⁶.

A agricultura familiar em Turvo possui certas particularidades, que acabam sendo um reflexo dos aspectos naturais, socioeconômicos e ocupacionais estabelecidos no município e região, onde existem vastas florestas naturais que deram origem a uma agricultura já vinculada à produção sustentável, formando um aspecto socioeconômico muito ligado ao sistema faxinal.

2.4 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TURVO

O município do Turvo pode ser caracterizado como um dos “refúgios” que recebia pequenos agricultores por não conseguirem se encaixar dentro do novo contexto produtivo e econômico rural, o qual o Paraná passou a incorporar a partir da década de 1970.

O processo histórico de ocupação do município do Turvo revela que esse processo ocorreu a partir da fixação de imigrantes europeus que estabeleceram-se no município desenvolvendo a agricultura familiar em pequenas propriedades.

¹⁶ A relação da Natura com a Coopaflora e IAF será detalhada no capítulo 3, item 3.4.

Além disso, o município foi efetivamente emancipado na década de oitenta, momento em que a região Centro-Sul se tornava uma alternativa aos pequenos agricultores que não se encaixavam nos novos modelos de produção agrícola, aumentando, assim, o número de estabelecimentos agropecuários familiares na região.

Atualmente na área rural do município existem algumas entidades que trabalham em prol da defesa e permanência da agricultura familiar em Turvo. Tal como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo – STR, fundado em fevereiro de 1986 e organizado a partir de grupos de agricultores familiares do município que lutam em favor de melhores condições de sobrevivência para os agricultores familiares no que diz respeito ao acesso à terra, habitação, saúde, crédito, entre outras demandas sociais locais (AMARAL, 2012).

No município existe também a AGAECO - Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo, fundada em 2001, que é uma organização criada por grupos de agricultores ecologistas. Essa associação possui sete grupos organizados responsáveis por avaliar a qualidade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e garantir a certificação das propriedades. Os grupos reúnem-se a cada mês para avaliar e planejar as ações do trabalho.

Perante a AGAECO o grupo tem o compromisso de participar com pelo menos um representante na reunião mensal da associação, um representante na reunião referente à comercialização (Comissão-feira), participar dos encontros de formação, além da participação efetiva na feira. A cada feira dois grupos são responsáveis pela venda dos produtos na feira [...]. O bom funcionamento da AGAECO depende do bom desempenho de cada grupo, garantido pela construção e efetivação de laços de confiança, cooperação e solidariedade (BERTUSSI, 2005, p. 46).

A AGAECO atua desde 2003 em parceria com o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, que beneficia cerca de 2.400 crianças turvenses (AMARAL, 2013).

Apesar da parceria com o PAA, os agricultores familiares do município criticam a falta de apoio principalmente por parte dos governos, especialmente no que se refere ao transporte, vias de circulação, comunicação, lazer, dentre outros.

[...] o problema hoje é infraestrutura, o pessoal não fica porque não tem *internet*, não tem telefone, não tem um espaço pra jogar bola, um espaço para uma dança. As políticas públicas hoje não são voltadas para a comunidade rural, nas cidades o tem vários centros e canchas, isso se torna um atrativo, pra puxar a população pra lá [...]. Eu acho que não só o governo, mas a própria sociedade tem que repensar o modelo, porque se você não melhorar a infraestrutura, o acesso a isso nas comunidades, você vai estar tirando, e aí a minha pergunta: quem vai produzir comida? (COOPERADA 2, 2013).

A falta de infraestrutura dificulta a vida de quem persiste em viver no campo e causa a evasão principalmente da população rural jovem. Ressalta-se que uma das principais demandas dos agricultores familiares da região é a criação de políticas públicas voltadas para a população rural, investindo em infra-estrutura de transporte, educação, saúde e lazer, para que os jovens possam representar a “renovação” da população rural, se isso não ocorrer, a população rural irá continuar reduzindo pouco a pouco.

Se essas estruturas existissem os jovens voltariam [...] e a mão de obra hoje tem que ser renovada no meio rural, porque quem permanece são as pessoas de mais idade, e muitos desses têm benefícios sociais, aposentados ou tem bolsa família, [esse] é um pessoal que não está muito ligado ao trabalho no campo (COOPERADA 2, 2013).

De fato programas governamentais como Bolsa Família, por exemplo, estão bastante presentes entre a população turvense, De acordo com Marques (2005) em Turvo mais de 3.300 pessoas são beneficiadas pelo programa, anualmente o programa Bolsa Família destina ao município mais de R\$ 760.0000.

[...] o Bolsa Família cria algumas dependências porque não tem nada que exija dele [o beneficiado] estar envolvido em um processo de geração de renda [...] então uma grande parte dos beneficiados do Bolsa Família ficaram no comodismo. O programa trabalhase (*sic*) um outro lado, de capacitação para receber a renda e a participação como exigência para poder obter a renda (COOPERADA 2, 2013).

Sendo assim, muitos agricultores familiares do município acabam se acomodando devido ao subsídio de programas sociais que ao invés de

subsidiar formas de geração de renda, aplicam recursos em programas assistencialistas¹⁷, que, bem na verdade, surgem como uma forma de promover uma “falsa solução” em curto prazo, que não pode ser considerada uma solução viável de permanência do agricultor no campo.

Das iniciativas realizadas pelos agricultores familiares, muitas estão voltadas à preservação dos ambientes naturais. Em Turvo a agricultura familiar se desenvolve simultaneamente ao avanço da modernização. Dessa forma, os agricultores familiares estão inseridos em um contexto espacial repleto de matas nativas e áreas transformadas pela modernização da agricultura.

Essa conjuntura revela as características sociais das comunidades de agricultores familiares existentes no município, como os faxinais que demonstram sua relação com a natureza por meio de costumes passados de geração em geração¹⁸. Essas condições de desenvolvimento geram demandas como a criação de iniciativas de fixação do homem no campo considerando a preservação das culturas e costumes das comunidades de agricultores familiares.

Tendo em vista as atuais circunstâncias da agricultura familiar em Turvo, os caminhos para a fixação dos agricultores em suas terras, estão no apoio principalmente, financeiro a partir de mecanismos de geração de renda. Nesse contexto, as cooperativas e associações podem representar o apoio necessário à permanência desses agricultores no campo, embora ambas sejam organizações sem fins lucrativos, são capazes de promover direta, ou indiretamente a geração de renda.

¹⁷ Essa é uma crítica que apenas a cooperada 2 faz, aplicada apenas à situação dos agricultores familiares em Turvo, não se aplica às demais situações em que o programa Bolsa Família atua.

¹⁸ Informações coletadas em conversas com agricultores faxinalenses do município de Turvo.¹⁹ As condições em que a Coopaflora foi fundada e a sua trajetória até os dias de hoje serão expostos no decorrer do capítulo terceiro deste trabalho.

2.5 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO: MECANISMOS DE APOIO E GERAÇÃO DE RENDA À AGRICULTORES FAMILIARES

O associativismo rural se apresenta como um importante aliado à permanência do agricultor familiar no campo, pois por meio da união entre esses agricultores é possível desenvolver o pensamento político destas comunidades, processo articulado por reuniões e discussões de suas demandas em conjunto.

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência (BRASIL, 2012, p. 23).

O associativismo entre agricultores significa reunir a produção e os meios de produção, bem como promover negociações em conjunto. Assim, essas ações podem intensificar a produção e aumentar o percentual da renda obtida, considerando que esse processo pode reduzir o número de atravessadores na comercialização dos produtos rurais.

Por meio de associações, eles podem conseguir: a) comprar insumos químicos a preços mais baixos, em virtude da aquisição se dar em maior quantidade; b) fazer uso temporário de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, cujos custos unitários são elevados; c) ter acesso à assistência técnica oficial ou particular; d) negociar em melhores condições a produção, pois a oferta em maior quantidade de produtos reduz o custo operacional das empresas e elimina a ação dos atravessadores; e) ter acesso a mercados preferenciais, principalmente para o atendimento de demandas públicas tais como o abastecimento de creches, escolas, asilos, presídios, etc (HESPANHOL, 2008, p. 87).

As associações atuam no sentido de reunir os agricultores, sua produção, demandas econômicas e produtivas, a partir dessas ações coletivas obterem melhores resultados econômicos.

O associativismo rural apresenta-se como um dos mais importantes

mecanismos de fixação do homem no campo, pois envolve elementos significativamente importantes e tem promovido a permanência do agricultor familiar no meio rural, principalmente por meio da reunião da produção dos associados, o que possibilita atribuir melhores preços aos produtos, e das aquisições de insumos realizadas em maior quantidade devido ao agrupamento desses associados para suprir suas demandas.

Para Singer (2002), esta cooperação é a única forma que os indivíduos comuns dispõem para superar seus problemas financeiros, em períodos de crise, considerando que estão, inclusive, mais expostos à ela. A ação cooperativa é uma ação coletiva e solidária. Uma alternativa em políticas públicas de desenvolvimento estratégico dominante para aqueles que se encontram numa situação de desemprego e pobreza, pois com essa atuação há grandes possibilidades de reinserção no mercado.

Nesse sentido, o cooperativismo está focado na organização financeira e econômica, não apenas promovendo a união e a ação coletiva, mas também institucionalizando a geração de renda por meio da comercialização dos produtos cultivados pelos associados.

De acordo com Santos e Rodriguez,

O cooperativismo considera que o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com os princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado (2005, p. 36).

Duarte e Wehrmann (2006), afirmam que as cooperativas não representam apenas a ligação entre a agricultura familiar, as novas técnicas e elementos do modo de produção moderno, elas são capazes de articular produtores, instituições públicas e mercado consumidor.

Deste modo entende-se que o cooperativismo possui uma área de ação mais abrangente que a do associativismo, com uma dinâmica articuladora capaz de dar garantia ao produtor no mercado de produtos agrícolas.

Considera-se que o associativismo e o cooperativismo, embora possuam aspectos semelhantes em sua atuação, apresentam características distintas, no que se refere à definição, à área de ação, objetivos, amparo legal, entre outros.

Tabela 11 – COMPARATIVA ENTRE COOPERATIVA E ASSOCIAÇÃO

	Cooperativa	Associação
Definição	Sociedade simples sem fins econômicos	União de pessoas sem fins econômicos
Amparo legal	Código civil e Lei 5.764 de 16-12-1971	Código civil
Nº mínimo de pessoas para constituição	Mais de 20 pessoas	Não existe um mínimo legal
Área de ação	Limitadas em relação ao controle de operações e reuniões	Não há limitações
Formação do capital	Através das quotas-partes dos cooperados	Não há formação de capital
Receita	Taxas de serviços sobre as operações dos cooperados	Contribuições dos associados, doações, legados, subvenções e taxas de serviços
Comercialização	Feita diretamente pela cooperativa	Feita diretamente pelos associados
Registro	Junta Comercial, Receita Federal, Prefeitura Municipal, INSS, Posto Fiscal, entre outros.	Cartório Civil de Títulos e Documentos, Receita Federal, Prefeitura Municipal, INSS, Posto Fiscal, entre outros
Dissolução e/ou da pessoa jurídica	Deliberação em Assembleia Geral. O saldo do patrimônio reverterá ao Banco do Brasil	Deliberação em Assembleia Geral. O saldo do patrimônio reverterá às instituições congêneres

Fonte: **Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA)**.
Org. BASTOS, T. L. 2013.

Assim, compreende-se que as cooperativas são entidades que apresentam maior rigor e limitações nos aspectos funcionais e “administrativos”, tendo em vista a responsabilidade financeira que é atribuída a elas.

Nesse sentido, pode-se compreender que às cooperativas é incumbido o papel de assegurar o comércio da produção familiar, desse modo, apresentam garantias quanto à comercialização desses produtos e geração de

renda.

Em Turvo a Coopaflora se responsabiliza pelo processo de comercialização das espécies de plantas medicinais produzidas pelos agricultores familiares cooperados, criando canais comerciais que promovem a inserção desses agricultores nos mercados nacional e internacional de plantas medicinais. No entanto, a Coopaflora possui algumas particularidades em seu processo de consolidação e atuação, que podem ter promovido desequilíbrios financeiros para a cooperativa e para os cooperados, comprometendo, algumas vezes, o processo de geração de renda aos agricultores associados.

19

As associações geram renda por meio da união e organização dos agricultores e seus produtos, enquanto que nas cooperativas esses produtos passam a ser comercializados pela cooperativa, e, dessa forma, surge a oportunidade de beneficiar o produto, agregar valor, bem como estabelecer contatos comerciais e negociações mais sólidas.

Tanto as associações quanto as cooperativas, representam importantes ferramentas de apoio que viabilizam a geração de renda entre os agricultores familiares. Algumas vezes estas iniciativas se associam à modelos de produção que são vistos como alternativas para que os agricultores familiares possam se inserir no mercado.

Essas alternativas podem ser representadas pela aplicação de modelos de desenvolvimento rurais sustentáveis como a agroecologia e os sistemas agroflorestais, que no caso da Coopaflora representam os elementos que viabilizam a produção sustentável realizada pelos cooperados.

¹⁹ As condições em que a Coopaflora foi fundada e a sua trajetória até os dias de hoje serão expostos no decorrer do capítulo terceiro deste trabalho.

2.6 AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLOESTAIS: ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL À AGRICULTURA FAMILIAR.

Os modelos de produção convencionais, caracterizados pelo processo de modernização da agricultura, estão centrados na intensificação da produção e lucros, mantendo os aspectos ambientais e ecológicos distantes de suas prioridades. Sendo assim, não é difícil constatar que os maiores prejudicados com este processo foram os agricultores familiares, tendo em vista os seus modelos de produção e organização social que se reproduz por meio de cultivos sustentáveis.

Saquet (2008) afirma que

O Brasil constitui-se entre os países que ainda estão muito dependentes do sistema convencional de produção agrícola. [...] Percebe-se, entretanto, no país, uma crescente sensibilização, tanto por parte de pesquisadores, produtores, governos, como da comunidade em geral, sobre a importância de se produzir alimentos mais saudáveis não esquecendo também a preservação do meio ambiente e dos ecossistemas em geral. A agroecologia torna-se, dessa forma, uma alternativa em potencial ao sistema tradicional de produção agrícola (p. 152).

O aumento da sensibilização ecológica foi impulsionado por críticas de ambientalistas acerca da nocividade do pacote tecnológico da Revolução Verde, aos ambientes naturais e a saúde do homem. Com isso, esses modelos de produção tornam-se mais significativos principalmente entre os consumidores mais sensibilizados com os problemas ambientais, com maior grau de escolarização e com maior poder aquisitivo (HESPANHOL, 2008).

Diante desses aspectos, modelos de desenvolvimento rural sustentável²⁰ podem ser considerados alternativas viáveis à produção de

²⁰ “Para Almeida e Navarro a expressão “desenvolvimento rural sustentável” englobaria as propostas que prometem um novo padrão produtivo, alternativo às formas de desenvolvimento econômico convencional, devido ao fato de estas serem altamente dispendiosa, tanto na produção quanto na recuperação de impactos ambientais já ocorridos” (CANDIOTTO, 2008, p.215).

alimentos orgânicos e à preservação dos ambientes naturais. Esses modelos podem ser concebidos por meio da agroecologia e de sistemas de produção sustentáveis como os sistemas agroflorestais.

Nesse contexto a agricultura familiar possui uma importante relação com a agroecologia, considerando que o trabalho desenvolvido pela agricultura familiar no campo está voltado ao uso de adubos orgânicos, muitas vezes, adquiridos e preparados dentro das propriedades. Nesse sentido, de acordo com Assis e Romeiro (2005) a agroecologia resgata os conhecimentos tradicionais da agricultura, que foram deixados pra trás pela agricultura modernizada.

Os agricultores familiares podem ser compreendidos como os sujeitos apropriados ao desenvolvimento de modelos produtivos sustentáveis, a própria conjuntura do desenvolvimento da agricultura familiar, em algumas regiões, já se estabelecia adotando um modelo sustentável, como é o caso do sistema faxinal em Turvo.

O ambiente em que esses agricultores vivem representa, além de tudo, uma forma de conectar-se com a natureza, compreendendo que os seres vivos fazem parte de um mesmo conjunto, relacionados uns aos outros, dependem uns dos outros, formando uma “rede” biológica interconectada.

Segundo Saquet (2008) o sistema de produção convencional é restrito no que diz respeito à biodiversidade das espécies, focado em monoculturas. As propriedades são administradas de forma mais liberada e há um maior uso de insumos e energia. A prioridade nesse processo é o volume de produção para grandes mercados.

Na tabela 12 observa-se as principais diferenças entre a agricultura sustentável e a agricultura convencional.

Tabela 12 - **DIFERENÇAS ENTRE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA CONVENCIONAL**

	Agricultura Sustentável	Agricultura Convencional
Aspectos tecnológicos	Adapta-se as diversas condições regionais aproveitando-se dos recursos locais, atua considerando o agrossistema como um todo, o manejo do solo visa sua movimentação mínima, conservando a fauna e a flora e as práticas adotadas visam estimular a atividade biológica do solo.	Desconsidera-se as condições locais, atua diretamente sobre os indivíduos produtivos e o manejo do solo com intensa movimentação, desconsidera sua atividade orgânica e biológica.
Aspectos ecológicos	Grande diversificação, policultura e/ou rotação de culturas, integra; sustenta e intensifica as interações biológicas, possui um agrossistema formado por indivíduos de potencial produtivo alto ou médio, e com relativa resistência a variações das condições ambientais.	Pouca diversificação com predominância de monoculturas, reduz e simplifica as interações biológicas, possui sistemas pouco estáveis com possibilidade de desequilíbrios e é formado por indivíduos com alto potencial produtivo e altamente suscetíveis à variações ambientais
Aspectos socioeconômicos	Retorno econômico em médio e longo prazo, com elevado objetivo social, relação capital/homem baixa, alta eficiência energética, alimentos de alto valor biológico e sem resíduos químicos	Rápido retorno econômico com objetivo social de classe, maior relação capital/homem, baixa eficiência energética, alimentos com menor valor biológico e com resíduos químicos

Fonte: HESPANHOL, 2008.

Conforme a tabela 12, a agricultura sustentável procura levar em consideração os aspectos regionais, adaptando-se aos aspectos físicos/naturais locais, ao contrário da agricultura convencional que promove a intensificação da produção independente das limitações do ambiente natural.

A agricultura sustentável é desenvolvida incorporando uma diversidade de espécies produtivas, já a agricultura convencional se limita à produção de

monoculturas que promovem maior lucro.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, a agricultura convencional apresenta, sem dúvida, um rápido retorno econômico. Em contraponto ao dinamismo econômico intenso, esta produz alimentos contaminados por resíduos químicos, provenientes de pesticidas e fertilizantes artificiais e com valor biológico reduzido comparado à agricultura sustentável.

Assim sendo, enquanto os modelos convencionais dinamizam e intensificam a produção e ao mesmo tempo reduzem as espécies produtivas, os modelos sustentáveis buscam diversificar a produção contando com as potencialidades e recursos naturais locais.

Nesse processo, a agroecologia e os sistemas agroflorestais agem como modelos de desenvolvimento rural sustentável, pois o desenvolvimento de suas ações é caracterizado pela preservação e recuperação do ambiente natural em conjunto com atividades agropecuárias. Nos sistemas agroflorestais, por exemplo, procura-se cultivar lavouras e a criação de animais em contato com as matas, procurando preservá-las e recuperá-las.

De acordo com Wiersum apud Gliessman (2001), o termo agroflorestas foi dado às práticas que intencionalmente mantêm ou recompõem a cobertura florestal, isto é, herbácea e arbórea, em terras usadas para agricultura ou pastoreio (CANDIOTTO, et al, 2008), a exemplo de como atuam os sistemas faxinais existentes na região Centro-Sul do Paraná.

Os sistemas agroflorestais representam a combinação de cultivos simultâneos ou em sequência de espécies de árvores nativas incorporadas com culturas agrícolas ou criação de animais (RODIGHERÍ, 1997). Esses sistemas estão dentro dos moldes da agroecologia, pois dentre os seus aspectos, a agroecologia visa produzir preservando e recuperando os recursos naturais.

Segundo Altieri (1989), no trabalho agroecológico está implícita a ideia de que, pela compreensão das relações e processos ecológicos, os agroecossistemas podem ser manipulados de forma a melhorar produtivamente e produzir de modo mais sustentável, com menos impactos ambientais e sociais negativos e com menor utilização de insumos externos.

A agroecologia destacou-se no contexto das agriculturas sustentáveis, pois vem de um processo que além de produzir sem agrotóxicos, promove a

qualidade de vida do agricultor e sua família não excluindo as possibilidades de inserção no mercado de produtos agroecológicos, atuando com relações mais solidárias.

Para Gliessman (2005, p. 54)

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura [...]. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum de sustentabilidade.

A agroecologia, além de promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio da produção orgânica e por meio de sistemas, como as agroflorestas, ainda engloba, em seu contexto, elementos típicos característicos de culturas e costumes locais.

A produção orgânica, agroecológica e os sistemas agroflorestais, são elementos que apresentam um importante diferencial na produção rural, revelando um modelo de produção, no qual, a biodiversidade local pode e deve ser preservada. Porém, algumas vezes, apenas o modelo de produção sustentável não consolida a agricultura familiar no campo e, com isso, são necessários outros elementos de apoio a esses agricultores. É nesse contexto que cabe o papel das cooperativas e associações. Essas organizações unidas a um modelo produtivo sustentável e à adoção de determinadas técnicas de produção, podem de fato dar sustentação econômica aos agricultores familiares.

2.7 REMANESCENTES FLORESTAIS

Turvo possui muitas araucárias que fazem parte dos remanescentes florestais de matas nativas presentes na região. Algumas dessas são espécies centenárias (foto 2) que, hoje, representam importantes elementos da paisagem natural da área rural do município e fazem parte dos elementos geoturísticos presentes no município (CALEGARI, 2012).

No decorrer dos anos as atividades econômicas acabaram transformando e remodelando as paisagens naturais, isso implicou na redução das espécies florestais na área rural do município.



Foto 2 – **Araucárias centenárias do município do Turvo.**
Fonte: CALEGARI, 2012.

Há mais de 100 anos as espécies de araucárias presentes em Turvo atraíam colonos para a região. Nesse período havia intensa exploração de sua madeira. Hoje essas espécies são preservadas e respeitadas (TERRA DOS PINHEIRAIS, 2013). “As araucárias centenárias acrescentam conteúdo histórico, cultural e científico ao seu ambiente natural, cuja divulgação deve ser apresentada como produto turístico e patrimonial” (CALEGARI, 2012, p. 80).

A intensa devastação do ambiente natural, que em Turvo pode ser representada pelo período do extrativismo de espécies florestais nativas, principalmente as araucárias, indica que muitas vezes a exploração dos recursos naturais ultrapassa as necessidades da população, atendendo muito mais ao sistema capitalista. Foi o que ocorreu com a economia madeireira que sucumbiu com o potencial florestal do Estado do Paraná durante o ciclo da madeira. Isso ocorreu devido a estímulos governamentais que concederam apoio financeiro mediante a isenção de impostos provinciais e municipais, além de conseguir tarifas especiais para o transporte de madeira pela estrada de ferro (BALHANA, 1969).

A Floresta Ombrófila Mista, termo utilizado para designar o bioma, tem como característica marcante a presença de matas com araucária associadas à presença de erva-mate, imbuia, canela e pinheiro-bravo, entre outras espécies, compondo uma vegetação de abundante biodiversidade (IBGE, 1990).

Maack (1968), ao realizar seus estudos acerca da Geografia Física do Paraná, observou que o terceiro planalto paranaense apresenta um clima subtropical úmido, propiciando a constituição de floresta com araucária, compondo, assim, uma parte essencial da mata pluvial-subtropical. O autor também averiguou que dentro de alguns anos após a sua investigação, a vegetação nativa paranaense poderia estar seriamente comprometida, dando lugar a outras culturas e matas secundárias.

Considerando a trajetória histórico-econômica do Paraná, muitas espécies florestais encontram-se hoje ameaçadas, comprovando a previsão de Maack em relação à devastação da vegetação nativa do Estado. Isso devido às transformações espaciais que o Estado sofreu ao longo do seu processo de ocupação, passando por diversos ciclos econômicos, os quais desgastaram os recursos naturais locais.

No Paraná, observa-se que as matas nativas já não ocupam grandes extensões territoriais. A floresta com araucária ocupava 37% do território paranaense antes da exploração econômica da madeira. Só na região Sudoeste existiam mais de seis milhões de espécies (SEMA, 2009).

A partir do século XIX houve a ampliação do mercado de madeira. Com isso, criou-se a necessidade da construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá em 1883, intensificando a instalação de madeireiras no Estado do Paraná sob o amparo do governo do Estado. No entanto, foi no período entre as duas grandes guerras mundiais que houve efetivamente a consolidação da economia madeireira e ervateira no Estado. Em 1939/1940 a industrialização de madeira e alimentos representavam os principais ramos industriais paranaenses (PADIS, 1981).

Esse processo promoveu a intensa diminuição das florestas no Paraná, reduzindo, inclusive as araucárias, conforme mostra a figura 4.

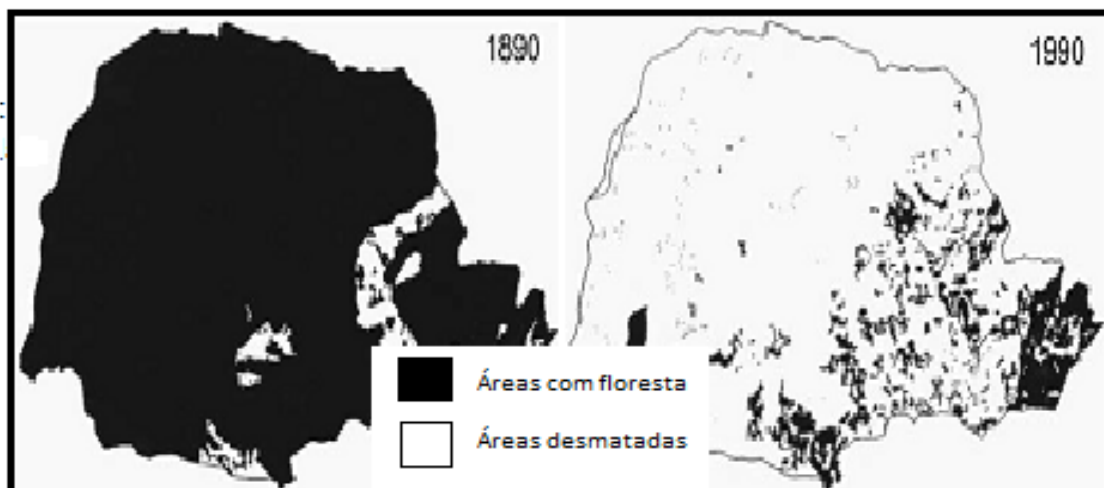


Figura 4 - Redução da cobertura florestal no Paraná de 1850 à 1990.

Fonte: ITCG. Org. BASTOS. T. L. 2013.

De acordo com a figura 4, as áreas que primeiro foram exploradas, são áreas que corresponde a parte da região Centro-Sul, parte do Sul do Estado e uma faixa que ocupa parte da região Centro-Oeste e Noroeste do Paraná. Ao longo de um século as matas nativas foram reduzidas drasticamente, restando apenas alguns remanescentes isolados.

Não foi somente a atividade madeireira que contribuiu para a redução da cobertura florestal no Estado, as atividades agrícolas de grande porte também tiveram forte contribuição.

Favorecendo a ocupação extensiva de grandes porções de terras, a conjuntura político-econômica da época da ocupação do município de Turvo concedia grandes porções de terras devolutas às companhias particulares exploradoras de erva-mate e madeira, mantendo uma exploração predatória, retirando, assim, as melhores madeiras. Como parte final do processo de devastação, as companhias realizavam as queimadas, processo que acabava por exterminar as espécies florestais restantes. Depois de terminado o processo as áreas eram ocupadas, tornando-se terras agrícolas tradicionais (BALHANA *et al.*, 1969).

Contudo, mesmo que tardiamente, atentou-se à problemática gerada pela redução dos remanescentes florestais. Nos primeiros anos do século XX, foi elaborado um Código Florestal, na tentativa de conter a devastação das florestas (MARTINS, 1944).

[Em] 23 de janeiro de 1934, aprova o primeiro Código Florestal Brasileiro, de grande importância para a história legislativa florestal brasileira, eis que, ineditamente, uma norma jurídica prega que as florestas existentes no território nacional constituem bem de interesse coletivo de todos os habitantes do País, impondo-se assim limitações ao direito de propriedade (PIRES, 2003).

Deste modo, apesar da intensa exploração, ainda existem remanescentes de florestas com araucárias, muitos destes remanescentes concentrados na região central do Estado, nas áreas que correspondem ao Terceiro Planalto Paranaense, onde está localizado o município de Turvo.

Os maiores remanescentes contíguos de Floresta com Araucária no Estado do Paraná estão localizados aí [terceiro planalto paranaense], devido à altitude, predomínio de solos muito rasos e relevo forte ondulado, ou seja, estão numa região que apresenta baixa aptidão agrícola. Isto explica, em parte, a permanência de uma porção bastante significativa de remanescentes florestais, mas que vem sofrendo uma pressão intensa visando à extração madeireira. (BRIETZ, 2007, p. 40).

Existem muitas áreas com araucárias, e muitos destes remanescentes encontram-se no interior das unidades de produção rural, protegidas por leis que defendem a preservação destas espécies, embora ainda hajam muitas madeiras na região.

A foto 3 apresenta a estrada de acesso à atual sede da Coopaflo, na foto verifica-se vestígios de matas com araucárias e a presença de algumas madeiras que ficam ao redor da sede da cooperativa, constituindo dentro de uma mesma área um contraste local, onde ainda há a exploração de madeira, mesmo que de reflorestamento, ao mesmo tempo que há a preservação das espécies nativas através da Coopaflo.



Foto 3 - **Vestígios de matas das Araucárias – Turvo.**
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Quando se remete ao passado histórico da ocupação local, é possível considerar que durante o manejo da terra, buscava-se produzir alimentos e erva-mate no contexto das matas nativas, tal como as comunidades faxinalenses exercem ainda hoje.

Em Turvo, esse processo de cultivo está relacionado com a produção agroecológica e os sistemas agroflorestais, quando analisado a partir da atuação da Coopaflores.

A foto 4 demonstra a significativa presença de espécies de araucárias na área rural de Turvo, e por entre as matas estão as moradias dos agricultores familiares que há muito convivem com esse ambiente natural.



Foto 4 – Remanescentes florestais - Área rural do município do Turvo.

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Para as comunidades de agricultores familiares o espaço rural representa, além de um meio de sobrevivência econômica, uma forma de se conectar com a natureza, compreendendo que todos os seres fazem parte de um mesmo conjunto relacionados uns com os outros

Devido às potencialidades naturais que o município apresenta, a Coopaflores e Instituto Agroflorestal utilizam-se desses recursos com o objetivo de preservar/conservar o meio ambiente e promover a geração de renda por meio do desenvolvimento de técnicas agroecológicas.

O trabalho do IAF surgiu a partir do anseio de preservação das matas com araucária do holandês Bernardo Hakvoort que chegou ao município de Turvo por volta da década de 1980 e ficou vislumbrado com os remanescentes florestais existentes no local, em especial as araucárias²¹.

Embora a atividade madeireira tenha produzido um relevante fator econômico para Turvo, assim como para toda a região Centro-Sul do Paraná, as florestas ainda existem e formam um dos mais importantes remanescentes florestais da região Sul do Brasil, fazendo com que o município seja conhecido como a “Terra dos Pinheirais” (Turvo, 1983).

²¹ Informações coletadas em conversas com agricultores familiares cooperados da Coopaflores.

3. A ATUAÇÃO DA COOPAFLORE E DO IAF NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE TURVO

Considerando os dados e informações apresentadas até o momento neste trabalho, o presente capítulo visa contemplar a atuação e o funcionamento da Coopaflore, destacando os papéis dos elementos que fazem parte da constituição e gestão da cooperativa.

A princípio procura-se compreender como ocorreu o processo de constituição da cooperativa, que logo no início revela a presença do IAF atuando em conjunto com a Coopaflore, considerando que a cooperativa, de fato, foi constituída a partir do IAF.

O contexto em que foi fundado o IAF demonstra a relevante presença dos faxinais em Turvo. Considerando esses aspectos, a segunda parte deste capítulo trata da relação do sistema faxinal com a atuação da Coopaflore e consequentemente do IAF. Os aspectos apresentados ao longo deste item indicam que a relação dos cooperados com modelos produtivos sustentáveis, como a agroecologia e os sistemas agroflorestais, perpassam a consolidação dos faxinais na região.

Em seguida são apresentados dados e informações referentes ao processo de produção das espécies comercializadas pela Coopaflore. A análise desse processo procura demonstrar quais são as principais espécies produzidas pelos cooperados, além de procurar identificar, nesse processo, a adoção da agroecologia e dos sistemas agroflorestais. A adoção desses modelos faz parte do papel do Instituto no processo de geração de renda, são os técnicos do IAF que promovem a orientação quanto ao processo de produção sustentável realizado pelos cooperados.

Este item ainda traz as principais etapas de produção até o produto final, pronto para a comercialização. Observa-se que o processo produtivo dessas espécies acabou incorporando algumas técnicas diferenciadas, com intuito de intensificar o processo produtivo, de alguma forma, para que com isso se possa também intensificar a geração de renda.

Quanto ao processo de comercialização, observa-se que a atuação da Coopaflore em conjunto com o IAF promoveu a abertura de canais comerciais aos produtos da cooperativa. Além disso, nota-se a importância da certificação

orgânica desses produtos e o fundamental papel do apoio de parceiros como a Natura²² no processo de comercialização.

Considerando o atípico processo de constituição e atuação da Coopaflores, que foi criada a partir de uma ONG (o IAF), busca-se examinar como se deu, ao longo dos anos, a atuação da Coopaflores em conjunto com o IAF. Esse processo de atuação em conjunto, de acordo com algumas informações coletadas, acabou indicando alguns problemas, que somados à um grave acidente em uma das unidades de secagem da cooperativa, acarretaram em sérios problemas financeiros.

Diante dessas circunstâncias, procura-se averiguar quais são os benefícios, os pontos positivos e negativos da atuação da cooperativa e do Instituto e como se configura a Coopaflores atualmente frente ao papel que ela possui, em prol do meio ambiente e dos agricultores familiares.

3.1 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA COOPAFLORES

As bases fundadoras da Coopaflores se consolidaram a partir da fundação do IAF, que foi criada em 1995, constituída, como já foi mencionado, a partir da iniciativa do holandês Bernardo Hakvoort. Ao chegar em de Turvo, Hakvoort percebeu a abundante riqueza natural que o município apresentava, assim, procurou promover a preservação e recuperação dos remanescentes florestais do município e região por meio da consolidação do IAF.

A figura 5 demonstra os principais princípios norteadores da atuação do IAF, que destaca como missão promover a conservação e enriquecimento dos remanescentes de florestas com araucária, recuperar os ambientes já degradados, melhorar as condições de vida dos agricultores familiares e produzir e viver através do desenvolvimento sustentável.

²² A Natura teve um papel importante na divulgação dos produtos agroecológicos da Coopaflores criando o *marketing* ambiental em torno da cooperativa.



Figura 5 - IAF – Banner Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort.
Fonte: PLEIN, 2012.

O IAF, nos primeiros anos de atuação, possuía um “enfoque puramente ambiental”, como afirma a cooperada 2 (2013). Ela explica que houve a necessidade de se repensar a missão do IAF, levando em consideração a existência de famílias de agricultores que dividiam o seu espaço de produção e vivência com as espécies florestais que o IAF procurava preservar. Com isso, dentre os objetivos da ONG foram introduzidas iniciativas de organização e geração de renda entre os agricultores familiares, mantendo o enfoque ambiental (COOPERADA 2, 2013).



Foto 5 – Placa Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort.

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Considerando estes objetivos, anos mais tarde, em 2006, a Coopaflores é constituída a partir da incorporação de agricultores familiares da região aos objetivos do IAF de preservação e recuperação das florestas nativas. Esse processo ocorreu com o intuito de promover apoio à sustentação da agricultura familiar em Turvo, focando nas demandas das pequenas propriedades familiares regionais e da promoção de uma agricultura sustentável.

A relevante existência de pequenas propriedades na área rural de Turvo, pertencentes à agricultores familiares, implicou no redirecionamento do enfoque ambiental do IAF. Essas pequenas propriedades englobam importantes reservas naturais que precisam ser preservadas. Assim, para que os agricultores possam produzir sem afetar essas áreas naturais, surgiu à possibilidade de extração e produção de plantas medicinais, considerando que estas espécies são nativas da região e sua produção e extração não causam impactos ambientais.

A Coopaflores foi consolidada como uma cooperativa da agricultura familiar, e desde a sua fundação está filiada à União de Cooperativas da

Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná - UNICAFES PARANÁ, que possui como objetivo:

Tornar o cooperativismo um instrumento de desenvolvimento local sustentável dos agricultores e das agricultoras familiares, promovendo a inclusão social articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida, da manutenção da biodiversidade e da diminuição das desigualdades (UNICAFES,2013).

Com isso, a Coopaflores constitui-se apoiada por organizações que visam, dentre outras coisas, ajudar o agricultor familiar nos aspectos econômicos e sociais, por meio do desenvolvimento rural sustentável introduzido pela atuação conjunta com o Instituto Agroflorestal.

Nos primeiros anos de atuação da cooperativa, a sua sede estava situada no perímetro urbano do município de Turvo. Anos mais tarde a sede foi transferida para a área rural (foto 6), com o intuito de aproximar os cooperados da sede da cooperativa que é onde são realizadas as reuniões e assembleias²³



Foto 6 –**Sede da Coopaflores** – área rural do município do Turvo.

Fonte: BASTOS, T. L. 2

²³ Informações coletadas em conversas informais com agricultores cooperados da Coopaflores.

Coopaflora prevê como alguns de seus objetivos, o da cooperação a organização de trabalhadores da agricultura familiar, sem distinção de raça, cor e credo político ou religioso, por meio da produção e comercialização de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e erva-mate (COOPAFLOA, 2013). Além disso, a cooperativa visa a promoção de educação profissional a seus cooperados, por meio da assistência técnica, defesa aos aspectos sociais e econômicos dos cooperados e a representação destes frente ao poder público.

De acordo com a cooperada 2 (2013), o processo produtivo introduzido pelo IAF se caracteriza pela “ideia de totalidade”, na qual, possa existir uma relação saudável entre sociedade e natureza e uma relação de solidariedade entre os membros da comunidade.

Esses aspectos são ainda hoje bastante visíveis, principalmente no que se refere aos faxinalenses envolvidos com a cooperativa. A cooperada 2 (2013) afirma que a produção de plantas medicinais veio a calhar, porque além de serem nativas e não necessitarem de alterações no ambiente para o seu cultivo, são parte do conhecimento empírico da região, pois muitas mulheres, membros de faxinais locais há muito tempo fazem uso de plantas com propriedades medicinais para tratar de pequenos males. Essas mulheres são chamadas de “benzedeiras”, porque ao mesmo tempo em que tratam de males como dor de barriga, dor de cabeça, ou até mesmo sintomas psicológicos como medos ou manias (principalmente em crianças), elas realizam rezas, abençoando a pessoa, isso na visão das benzedeiras facilita a cura por meio da fé²⁴

Apesar de esta atividade promover benefícios à população, as benzedeiras sofrem repressão de membros de igrejas, pessoas ligadas a órgãos de saúde e pessoas que simplesmente desacreditam desta prática. Além disso, essas mulheres enfrentam dificuldades como ameaças e perseguições e até mesmo a contaminação de plantas medicinais pelos “venenos” aplicados nas culturas modernas, que atingem essas espécies de plantas por meio de enxurradas. Em virtude do reconhecimento das benzedeiras e defesa de suas práticas, a MASA – Movimento Aprendiz da

²⁴ Informações coletadas em conversas informais com cooperadas membro de faxinais em Turvo.

Sabedoria²⁵, elaborou A Carta de Autoidentificação que promove o reconhecimento dessa prática (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2010).

Tendo em vista que uma das dificuldades enfrentadas pelas benzedeiras é a contaminação das plantas medicinais por agrotóxicos, a Coopaflores apresenta-se como um elemento de cooperação com as atividades realizadas por elas, uma vez que a cooperativa foi criada em um processo de conscientização e preservação ecológica, ligada aos costumes e tradições dos faxinalenses que se tornariam parte da área de abrangência dessa cooperativa.

Os agricultores familiares da Coopaflores produzem em uma área total de aproximadamente 765 hectares, destes 380 hectares são sistemas agroflorestais. Com um quadro de 85 agricultores familiares cooperados, que incluem famílias, funcionários e prestadores de serviços, a cooperativa hoje abrange mais de 430 pessoas que procuram trabalhar com o modelo agroecológico de produção (COOPAFLORES, 2013).

Nesse contexto, o papel da cooperativa está em organizar o processo de comercialização das espécies de plantas medicinais produzidas pelos cooperados. A cooperativa se responsabiliza pelo transporte das espécies desde as propriedades dos cooperados até a sede da Coopaflores.

Ao IAF compete exercer o apoio técnico na realização da produção agroecológica. Os técnicos do IAF auxiliam os agricultores familiares na produção de adubos orgânicos, orientam sobre meios de conservação da água e do solo e a preservação das áreas florestadas existentes nas propriedades dos agricultores familiares, além de incentivar o auxílio mútuo dentre os cooperados membros da comunidade rural.

Nesse processo, entende-se, que o papel do agricultor familiar consiste em manter a produção, participar de reuniões, assembleias, programas de treinamento e orientação para produção no campo, bem como repassar à

²⁵ O MASA foi criado durante o I Encontro das Benzedeiras do Centro-Sul do Paraná realizado em setembro de 2008 na cidade de Irati, espaço de organização dos Detentores de Ofícios Tradicionais de Cura, objetivando a Luta contra o descaso dos órgãos governamentais e demais instituições da sociedade, que historicamente excluíram as práticas tradicionais de cura, colocando em risco o repasse dos conhecimentos e saberes tradicionais às gerações futuras, ocasionando a perda da cultura tradicional e uso sustentável dos recursos naturais, conhecimentos estes, detidos pelas Benzedeiras (enxurradas (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2010).

cooperativa a sua produção. Os agricultores familiares são os “fatores principais” dentro do processo, como define a cooperada 2 (2013).

A cooperativa não atende somente agricultores familiares do município de Turvo, mas também de municípios vizinhos como retrata a cooperada 2 (2013) “[...] nós temos cooperados em Turvo, Boa Ventura de São Roque, Guarapuava, Santa Maria do Oeste, Iretama e Palmital”.

Levando em consideração que o IAF foi fundado com o objetivo de recuperar e preservar as araucárias existentes na região, e o fato destas espécies estarem dividindo espaço com agricultores familiares, dentre eles faxinalenses, emergiu a necessidade da organização dessa convivência. Diante disso, o IAF e a Coopaflores se apresentam como viabilizadores dessa relação do agricultor com o meio natural, por meio de treinamentos acerca do processo de produção agroecológico.

Tendo em vista os objetivos ambientais do IAF e da Coopaflores e seus métodos de atuação, a incorporação dos faxinalenses à cooperativa promoveu de certa forma, um (re) fortalecimento do sistema faxinal, pois dentre as ações da cooperativa e do IAF estão o apoio à “preservação” do sistema faxinal na região em que se encontra o município de Turvo.

3.2 O SISTEMA FAXINAL E SUA RELAÇÃO COM A COOPAFLORES E O IAF

Pode-se dizer que o sistema faxinal está presente no Paraná desde o século XIX aproximadamente, atrelado à chegada de imigrantes ucranianos e poloneses no Estado.

Esses povos se estabeleciam às margens das grandes fazendas (NERONE, 2000), desenvolvendo uma agricultura de base familiar, e adaptando-se as condições naturais oferecidas pelo ambiente na época, ocupando principalmente as áreas de matas localizadas no Centro-Sul do Paraná (figura 6).

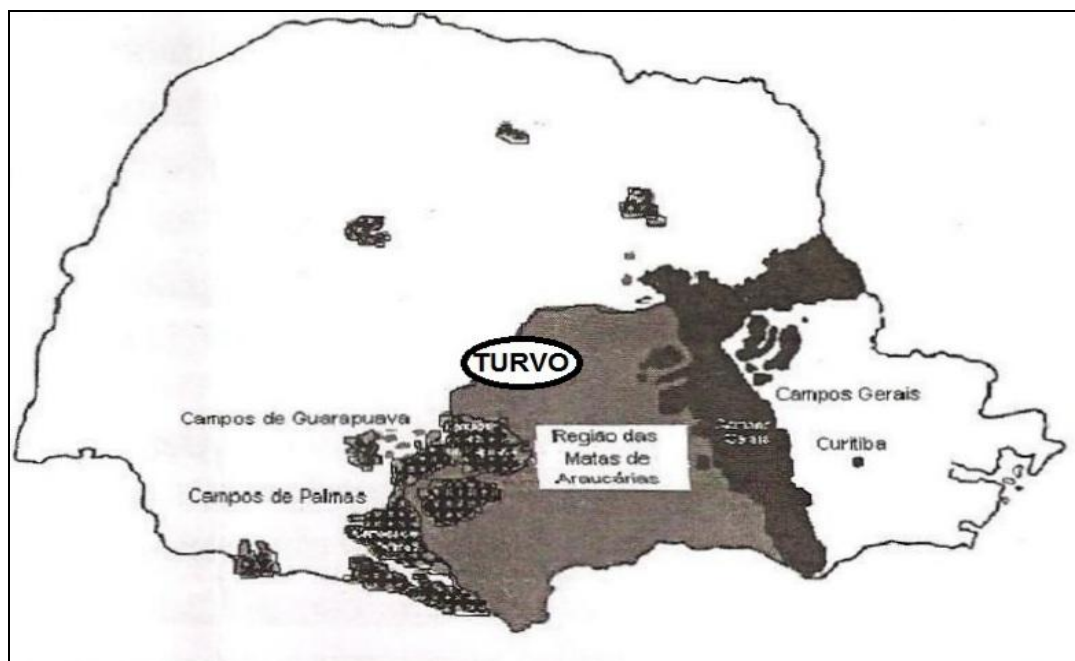


Figura 6 - **Matas mistas com ocorrências de faxinais no Centro-Sul do Paraná.**
 Fonte: ALBUQUERQUE, 2005. Org. BASTOS, T. L.

O sistema faxinal, no Paraná, se consolidou por meio das pequenas propriedades ocupadas por imigrantes europeus, que apresentavam características como o apego à terra (implicando nesse sentido o respeito pelo equilíbrio do ambiente natural) às tradições, à religião, e os fortes laços de sociais entre os moradores destas comunidades. Além disso, se revelaram de mais fácil adaptação ao mundo agrícola que aqui se estabeleceu a partir da chegada dos colonos (HAURESKO, 2012).

A interação dos imigrantes eslavos com os caboclos presentes no Estado, também ajudou a caracterizar o sistema faxinal, a partir de ações tradicionais²⁶ realizadas no contexto apresentado. (HAURESKO, 2012).

Os caboclos se caracterizavam pelo agrupamento de negros, mulatos, índios e mestiços, os quais trabalhavam em atividades como mineração pecuária e agricultura de subsistência. Aos poucos esses povos foram se agregando à coleta de erva-mate no Centro-Sul do Paraná, estabelecendo nos ervais sua economia de subsistência (CHANG, 1988).

²⁶ De acordo com Giddens (2007) *apud* Hauresko (2012) as raízes da palavra “tradição” tem origem no termo latino *tradere* que significa transmitir ou confiar algo a alguém. Essas ações tradicionais refletem no surgimento de “objetos naturais como produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos artificiais seriam produzidos a partir de uma elaboração social” (HAURESKO, 2012, p.122).

Ao final do século XIX e início do século XX, os imigrantes europeus começaram a se fixar nas terras da região central do Paraná. Nesse período, os europeus recém chegados, encontram dificuldades em desenvolver suas culturas tal como faziam em seus países de origem, isso devido as diferenças físico-climáticas com as quais eles se depararam. Portanto esses imigrantes tiveram que se adaptar aos modelos de produção dos nativos (CHANG, 1988).

Esses povos nativos podem ser reconhecidos entre os caboclos que trabalhavam na região antes da chegada dos imigrantes europeus. Os europeus adotaram algumas das técnicas de produção estabelecidas pelos caboclos e passaram inclusive a cultivar erva-mate. Assim por meio da interação entre imigrantes europeus e caboclos nasce as raízes da consolidação do sistema faxinal na região.

Pode-se compreender que a constituição do sistema faxinal no Paraná ocorreu como reflexo do contexto físico e humano, tendo em vista a influência do ambiente repleto de matas e os povos que o consolidaram, produzindo um modelo cultural, econômico e social.

No município de Turvo existe o Faxinal Saudade Santa Anita²⁷ (foto 7) uma das comunidades faxinalenses que ainda conserva diversos aspectos tradicionais dos faxinais.



Foto 7 - Faxinal Saudade Santa Anita - Turvo.

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

²⁷ O Faxinal Saudade Santa Anita é um dos faxinais atendidos pela Coopaflores, parte da erva-mate produzida em seu interior é destinada à cooperativa e comercializada por meio dela.

Por meio da observação deste faxinal (Faxinal Saudade Santa Anita) foi possível perceber vários elementos sociais tipicamente regionais, adaptados aos aspectos físicos naturais da região. Tais como a produção de erva-mate no contexto das matas nativas, a presença de benzedeiros que fazem uso de plantas medicinais para realizar curas, a criação de animais no contexto das matas, cultivo de alimentos para consumo próprio e a presença de várias espécies de árvores frutíferas.

Os membros das comunidades faxinalenses procuram usufruir do potencial natural produtivo da região. Nesse sentido, o produto que fornece maior renda entre os agricultores familiares faxinalenses é a erva-mate.

Os faxinais incorporam um conjunto de elementos favoráveis à manutenção da diversidade produtiva no campo contextualizando sua produção inclusive com as espécies de vegetação natural, tais como as florestas com araucárias.

[...] Na busca da sustentabilidade, é importante salientar que os Faxinais proporcionam uma fusão de biodiversidade, preservação dos recursos naturais, retenção das famílias rurais em seus ambientes apropriados, além de realizar a manutenção dos valores regionais, culturais e sociais, diferente de outras localidades, as quais extinguem estes valores (ARVOREDO BRASIL, 2012).

O sistema faxinal se configurara como uma organização, na qual, os membros da comunidade procuram realizar tarefas como a construção de uma cerca ou o próprio trabalho na lavoura de maneira coletiva²⁸.

No Paraná os faxinais revelam uma intrínseca relação com a extração e cultivo de erva-mate entre as áreas de matas. A figura 7 revela a dimensão da distribuição de matas nativas no Estado do Paraná, englobando a região do município de Turvo dentro desse contexto espacial.

²⁸ Informações coletadas em conversas informais com cooperados faxinalenses.

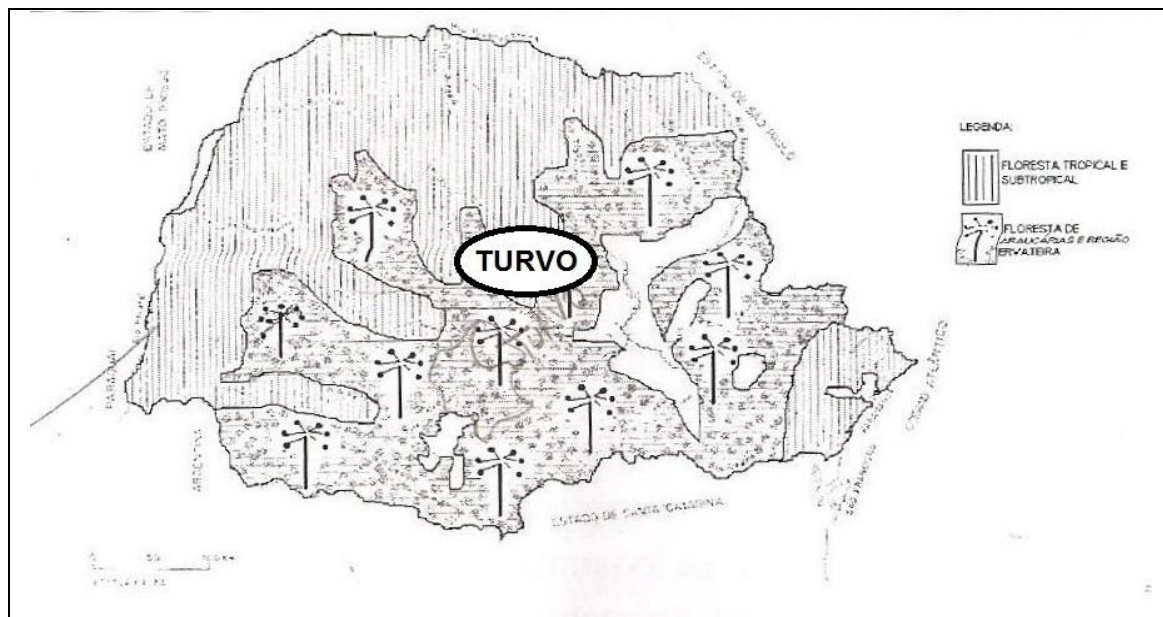


Figura 7 - **Distribuição das matas mistas com ocorrências de faxinais.**

Fonte: ALBUQUERQUE, 2005. Org. BASTOS, T. L

A erva-mate representou e ainda representa uma fonte de renda compatível ao contexto das matas de araucária existentes em Turvo, revelando um dos principais aspectos econômicos da consolidação dos faxinais na região.

A estruturação inicial dos lugares faxinalenses teve relação direta com as atividades realizadas na região das matas. [...] Portanto a organização das comunidades faxinalenses no Paraná, sem dúvida, foi movida pelo processo de domínio e apropriação dos recursos naturais, em particular a erva-mate, madeira e da pastagem natural (HAURESKO, 2012).

Em Turvo o sistema faxinal ainda hoje demonstra essa forte relação com a produção de erva-mate e a convivência com as matas nativas. Os faxinalenses do município, apesar de produzirem alimentos como feijão e milho, por exemplo, com excedente para comércio, atualmente concebem a erva-mate como a sua maior fonte de renda.

A foto 8 demonstra a forma como a erva-mate é cultivada nos faxinais. As áreas de cultivo de erva-mate são rodeadas por espécies nativas regionais, das espécies de erva-mate são coletadas as folhas, os “pés” de erva-mate

permanecem na área de produção até a próxima poda que deve ocorrer a cada 2 anos aproximadamente²⁹.

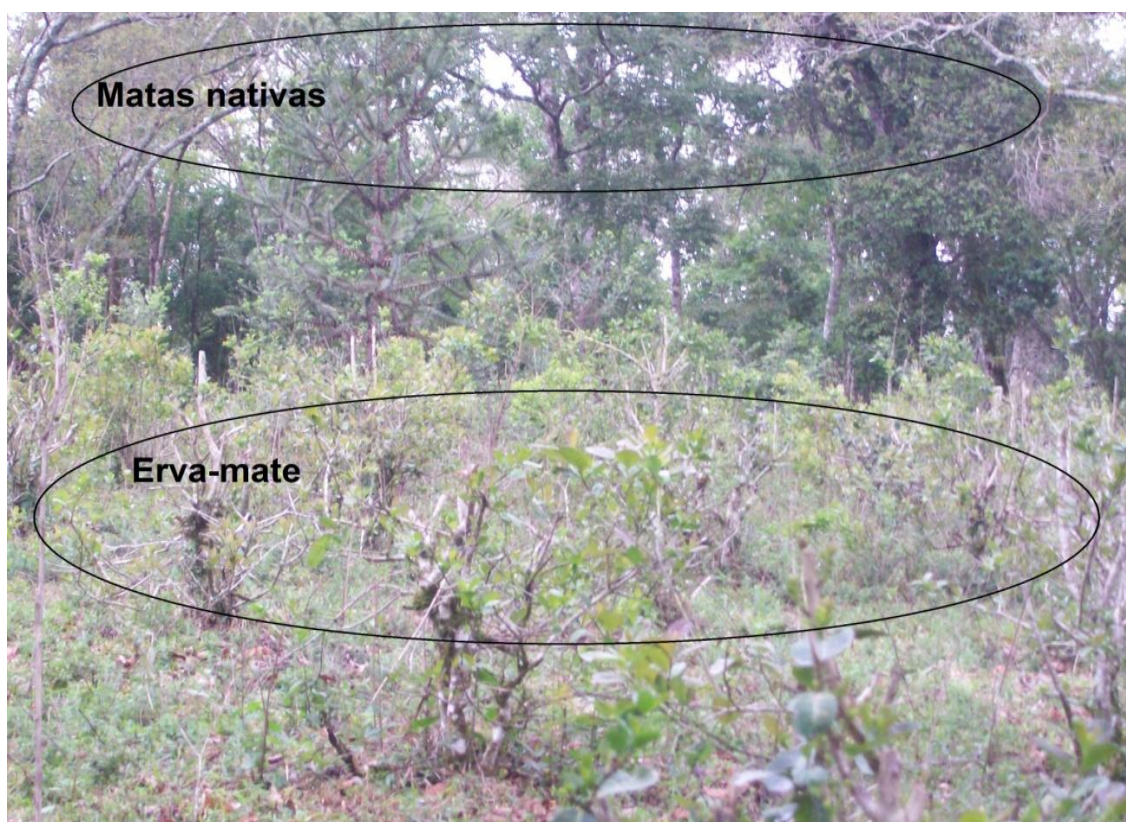


Foto 8 - **Produção de erva-mate – Faxinal Saudade Santa Anita.**

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Seguindo o modelo de produção agroflorestal que, segundo Rodigheri (1997), representa a combinação de cultivos simultâneos ou em sequência de espécies de árvores nativas incorporadas com culturas agrícolas ou criação de animais, os faxinalenses cooperados cultivam ainda alimentos para o consumo próprio e o excedente para a venda, além da criação de animais soltos pela mata, como porcos e galinhas (foto 9).

²⁹ Informações coletadas em conversas informais com faxinalense cooperadas da Coopaflora.



Foto 9 - Cultivo de feijão e criação de animais em conjunto com matas nativas (propriedade do cooperado 8, faxinal Saudade Santa Anita – Turvo).

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

De acordo com o cooperado 8 (2013), membro da comunidade faxinal Saudade Santa Anita, em sua propriedade se produz erva-mate e plantas medicinais, que são entregues à Coopafloa. Além disso, são produzidos alimentos como batata doce, milho, mandioca e feijão, para o consumo da família. No entanto, sempre sobra um excedente para ser comercializado. Ainda segundo o produtor existe uma consciência ambiental bastante difundida entre as comunidades faxinalenses, como um dos elementos que fazem parte das tradições que são repassadas às futuras gerações.

Dentre essas tradições, está incluso o trabalho em mutirão, que é o ato de realizar tarefas coletivas, e os aspectos culturais, que podem ser representados pelas características organizacionais dos faxinais e suas crenças.

O sistema faxinal, ao longo dos anos, enfrentou algumas dificuldades, para se manter suas características tradicionais. De acordo com o cooperado 7³⁰ (2013), dentre essas dificuldades está a equivocada identificação das

³⁰ Cooperado da Coopafloa e membro do Faxinal Saudade Santa Anita.

comunidades faxinalenses existentes no Paraná, no que diz respeito ao próprio reconhecimento das terras de faxinais. O cooperado afirma que a contagem de terras de faxinais não revelava o total de faxinais que existiam ao certo no Paraná.

Diante destes aspectos, do ano de 2005 ao ano de 2009, os povos faxinalenses do Paraná passaram a realizar encontros anuais visando superar as dificuldades encontradas para a manutenção desses faxinais.

Na medida em que os agentes sociais que vivem e trabalham nos chamados faxinais utilizam a identidade de faxinalense para se auto definir ou para categorizar-se a si mesmo ou a outros com fins de interação, formam movimentos no sentido político-organizativo. Através desta forma organizativa, que recebe a designação de Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, desde setembro de 2005, é que tem ocorrido a interlocução política com os aparatos de poder. A capacidade mobilizatória dos faxinalenses tem como uma de suas maiores conquistas a Lei n.15.673 de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o reconhecimento dos faxinais e sua territorialidade pelo Estado do Paraná (NETO, *et al*, 2009)

A APF - Articulação Puxirão³¹ dos Povos Faxinalenses, um movimento criado pelos faxinalenses com o propósito de reivindicar direitos territoriais e construir bases mais sólidas de identidade coletiva, auxiliou muito no processo de organização dos faxinais, inclusive em Turvo.

O cooperado 7 (2013), afirma que a APF ajudou os faxinalenses da região a se articular para realizar o levantamento de suas demandas e assim poder manter um arranjo social e político mais organizado. Além disso, ele explica que essa organização promoveu a identificação mais precisa da quantidade de faxinais existentes no Estado do Paraná.

E agora houve um fortalecimento dos faxinais e da questão ambiental por meio da cartografia social que buscou identificar as comunidades tradicionais que existem no Paraná, dentre elas os faxinais, que foram identificados e mapeados através deste trabalho de cartografia social, porque antes se dizia que o sistema faxinal estava se acabando, mas depois desse

³¹ *Puxirão* é um termo típico do Sul do Brasil relacionado ao término da colheita e a idéia de solidariedade e ação coletiva, o mesmo que *mutirão* (<http://www.cese.org.br>).

trabalho foram identificados muitos mais faxinais no Paraná (COOPERADO 7, 2013).

Assim, por meio destas investigações e coleta de dados, foram identificados ao todo 227 faxinais no Paraná (SOUZA, 2009). Destes, os que mais se destacam no município de Turvo são o Faxinal Saudade Santa Anita, Faxinal Carriel e Faxinal dos Kruger, que de acordo com os cooperados faxinalenses são os que apresentam maiores características da preservação do sistema faxinal em Turvo.

Desse trabalho resultou o “Mapeamento Social dos Faxinais do Paraná”, realizado pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

Conforme observado em Turvo, os faxinais possuem um modo de vida e organização social, que representa a forma como a agricultura familiar se organiza, revelando as raízes das comunidades de agricultores familiares presentes no município, caracterizadas pelo trabalho comunitário em que cada família trabalha em suas propriedades particulares e de seus vizinhos, concebendo o fruto desse trabalho de maneira compartilhada.

De acordo com o cooperado 8 (2013), no processo de criação dos animais houve uma mudança, pois antes eles eram criados soltos e de maneira comunitária, atualmente a maioria dos animais fica nas propriedades dos donos e são isolados das áreas de plantação e jardins.

[...] as atividades desenvolvidas pelas famílias são realizadas nos ambientes: *terra* [roça ou lavoura de alimentos], *floresta* [(o extrativismo da erva-mate, e criadouro comunitário)] e *casa*, [(onde é realizado o planejamento de todas as atividades, lugar de descanso e lazer das famílias)] (HAURESKO, 2012, p. 113).

Dentro do sistema faxinal procura-se organizar o uso da terra de maneira que essa possa ser bem aproveitada. A figura 8 representa uma organização esquemática de como os faxinalenses organizam suas terras em contato com as florestas. As “roças” ficam próximo às áreas de matas nativas e são construídas cercas para separar os animais das áreas de cultivo e plantação de flores.

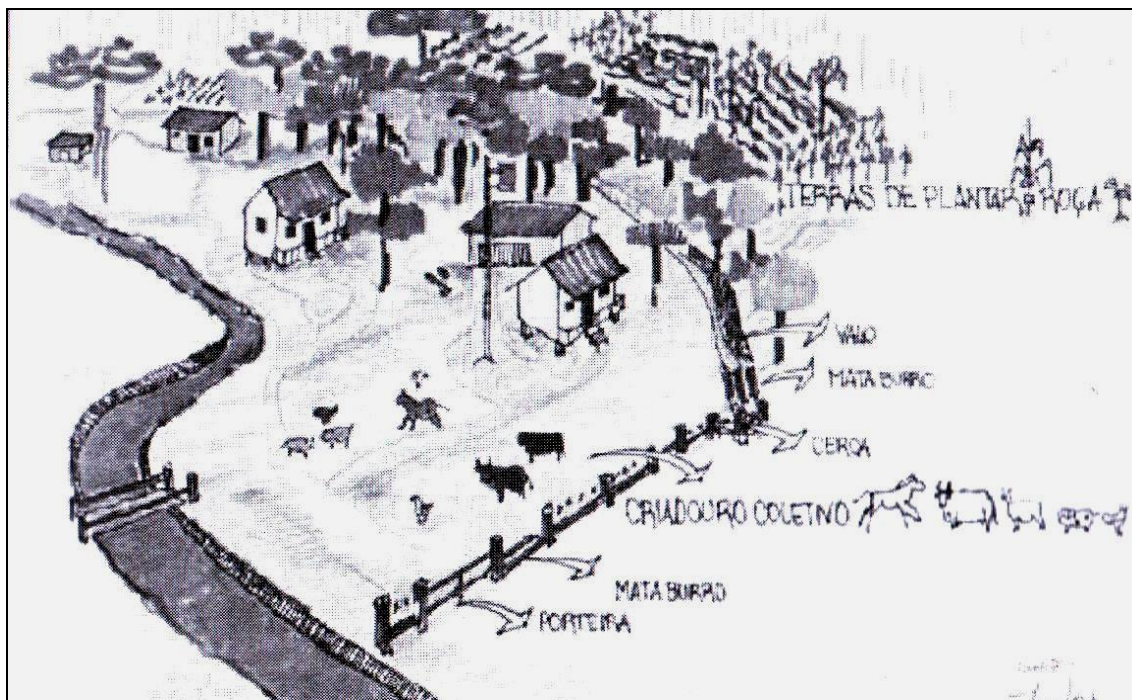


Figura 8 - **Uso de terras nos faxinais.**

Fonte: HAURESKO *apud* LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003.

Os faxinais perduram há mais de 100 anos na região, e é considerado uma “importante experiência social, cultural e histórica” (ARVOREDO BRASIL, 2013), que vai ao encontro da proposta do IAF de manutenção da cobertura florestal que ainda resta na região.

Muitos dos cooperados da Coopaflores vivenciam ainda o modelo de produção e organização faxinalense, esses mesmo antes da existência da cooperativa, já trabalhavam com a produção de leite e extração de erva-mate característicos do sistema faxinal na região (ARVOREDO BRASIL, 2012). Segundo o cooperado 8 (2013), dentre as famílias de agricultores associados à Coopaflores, 10 delas pertencem às comunidades faxinalenses. Segundo o produtor, a erva-mate representa uma fonte de renda estável, tendo em vista que a erva-mate, dentro os produtos oferecidos pela Coopaflores³², atualmente é o carro-chefe³³ da cooperativa.

Com isso, é possível compreender que a Coopaflores e o IAF atuam em favor da manutenção dos sistemas faxinal em Turvo e região, pois é da organização comercial realizada pela Coopaflores e do apoio técnico oferecido pelo IAF, que os faxinalenses cooperados podem obter renda, por meio,

³² A descrição dos demais produtos da Coopaflores será apresentada no item 3.3 deste capítulo.

³³ Informação coletada em entrevista com cooperado 6, vice-presidente da Coopaflores.

principalmente, da erva-mate e ao mesmo tempo conservando os seus costumes e tradições.

3.3 PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS ESPÉCIES

A maioria dos agricultores familiares que fazem parte da Coopaflores mora e trabalha nas proximidades da sede da cooperativa, onde são desenvolvidas e institucionalizadas as atividades do Instituto e da Coopaflores. As espécies coletadas nas propriedades dos cooperados são estocadas na cooperativa, beneficiadas e depois comercializadas. Essas espécies são em geral plantas medicinais, incluindo ervas condimentares e aromáticas também nativas da região (figura 9).

Alcachofra (<i>Cynara scolymus</i>)	Macela (<i>Achyrocline satureoides</i>)
Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i>)	Manjeriço (<i>Ocimum basilicum</i>)
Alfazema (<i>Lavandula</i> sp.)	Manjerona (<i>Origanum majorana</i>)
Calêndula (<i>Calendula officinalis</i>)	Maracujá (<i>Passiflora</i> sp.)
Camomila (<i>Camomila recutita</i>)	Melissa (<i>Melissa officinalis</i>)
Capim limão (<i>Cymbopogon citratus</i>)	Menta pipenta (<i>Mentha piperita</i>)
Carqueja (<i>Baccharis trimera</i>)	Orégano (<i>Origanum vulgare</i>)
Cavalinha (<i>Equisetum arvense</i> L.)	Pata de vaca (<i>Bauhinia forficata</i>)
Chapéu de couro (<i>Echinodorus grandiflorus</i>)	Perpétua (<i>Gomphrena globosa</i>)
Endro (<i>Angelica archangelica</i>)	Pitanga (<i>Eugenia uniflora</i> L.)
Equinácea (<i>Echinacea purpurea</i>)	Poejo (<i>Mentha pulegium</i> L.)
Erva-mate (<i>Ilex paraguayensis</i>)	Sálvia (<i>Salvia officinalis</i>)
Espinheira santa (<i>Maytenus ilicifolia</i>)	Sete sangrias (<i>Cuphea glutinosa</i>)
Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i>)	Tansagem (<i>Plantago major</i>)
Guaco (<i>Mikania glomerata</i>)	Tomilho (<i>Tymus vulgaris</i>)
Lippia alba (<i>Lippia alba</i>)	

Figura 9 - **Produtos/Espécies comercializadas pela Coopaflores.**

Fonte: PLEIN, 2012. Org. BASTOS, T. L.

Nem todas essas espécies são produzidas continuamente, a sua produção depende principalmente da procura desses produtos no mercado. Assim, quando não há procura as espécies já cultivadas são secadas e estocadas até que possam ser comercializadas.

Os agricultores trabalham nas áreas de produção, baseados nos conhecimentos agroecológicos promovido pelo apoio técnico do IAF. O IAF busca promover o conhecimento dos agricultores sobre processos produtivos orgânicos e com treinamentos práticos acerca da agroecologia.

O principal e mais importante benefício é o conhecimento [...] é a oportunidade de nós podermos saber quais as melhores formas de preparar a terra [...] adubar [...] fazer cursos [...] tudo que tem a ver com o trabalho no campo e sobre o cultivo orgânico [...] então pra mim o mais importante mesmo foi o conhecimento que eles nos passam (COOPERADA 1, 2013).

Observa-se que os agricultores familiares valorizam o apoio técnico e a formação promovida pelo IAF. Assim os agricultores adquirem os conhecimentos necessários para intensificar o processo produtivo, dentro dos moldes da agroecologia, em suas propriedades. Como consequência disso agregam valor aos seus produtos.

A foto 10 mostra os tambores de compostagem que são utilizados para produzir adubos orgânicos com substâncias que podem ser encontradas dentro das propriedades dos agricultores. Essas substâncias podem ser fezes de animais, restos de vegetais e alimentos que são misturados e transformados em adubos orgânicos. O processo de compostagem é uma das etapas de produção que os técnicos do IAF ensinam a realizar.



Foto 10 - **Tambores de compostagem de adubos orgânicos.**
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

No sentido de promover a produção agroflorestal, as áreas de cultivo de plantas medicinais dividem espaço com as demais culturas desenvolvidas pelos agricultores e também com o restante do espaço natural, como mostra a foto 11.



Foto 11 - **Produção de Alcachofra e feijão em conjunto.**
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Os alimentos produzidos pelos agricultores familiares cooperados, são basicamente os mesmos produzidos pelos povos faxinalenses, considerando que muitos cooperados são membros de comunidades faxinais.

Quanto às espécies medicinais, após o cultivo, serão ensacadas e depois coletadas pela cooperativa, que as mantém estocadas (foto 12) até a comercialização ou processamento.



Foto 12 - **Estoque de plantas medicinais secas** – Sede Coopaflores
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

O local onde as plantas medicinais são estocadas é pequeno (foto 12). Algumas vezes, essas espécies ficam estocadas por longos períodos devido à falta de procura no mercado. Os cooperados afirmam que quanto mais tempo algumas espécies permanecem estocadas, menor será a sua qualidade. Portanto, os cooperados e principalmente os membros da diretoria da cooperativa atuam na intensificação do comércio, priorizando as espécies em estoque.

Na maioria das vezes os agricultores picam as plantas com facão. No entanto, alguns agricultores possuem em suas propriedades máquinas de moer (foto 13) que ajudam a processar as plantas para posteriormente ensacá-las.



Foto 13 - **Máquina de moer plantas.**
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Em geral as espécies chegam a Coopaflora ainda verdes, sem serem secadas. Contudo, existem alguns cooperados que investiram na construção de estufas de secagem em suas propriedades.

Dentro da estufa as plantas medicinais ficam suspensas em prateleiras organizadas por espécies. Essas estufas são rústicas, e realizam um processo de secagem mais rápida, sem regulagem de tempo ou temperatura. Funciona com a queima de lenha ou carvão do lado de fora, esquentando a parte de dentro, assim desidratando a planta. (foto 14).

Os produtores que possuem as estruturas de secagem em sua propriedades e entregam as espécies já secas, agregam valor ao produto quando entregue à cooperativa.



Foto 14 - **Estufa para secagem de plantas medicinais e condimentos.**
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Na sede da cooperativa, existem estufas maiores que são constituídas por um material que facilita o aquecimento, além de possuir um medidor/controlador de temperatura (foto 15).



Foto 15 – **Estufa de secagem de plantas medicinais/Sede Coopaflores.**
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Nas estufas da sede as plantas ficam expostas ao calor durante um tempo pré-determinado. Nessas estruturas a secagem é realizada de maneira mais lenta, ao contrário das secagens feitas nas estufas das propriedades.

De acordo com os cooperados, o processo de desidratação mais demorado promove a intensificação da qualidade da espécie, conservando melhor o aroma e o sabor. Assim, essas espécies ficam “no ponto” certo de desidratação. Para isso, existe um controlador e medidor de temperatura (à esquerda – foto 16) que indica a temperatura da estufa na parte interna, permitindo assim, que se possa ter a noção de quando a planta está pronta para o processo de seleção.

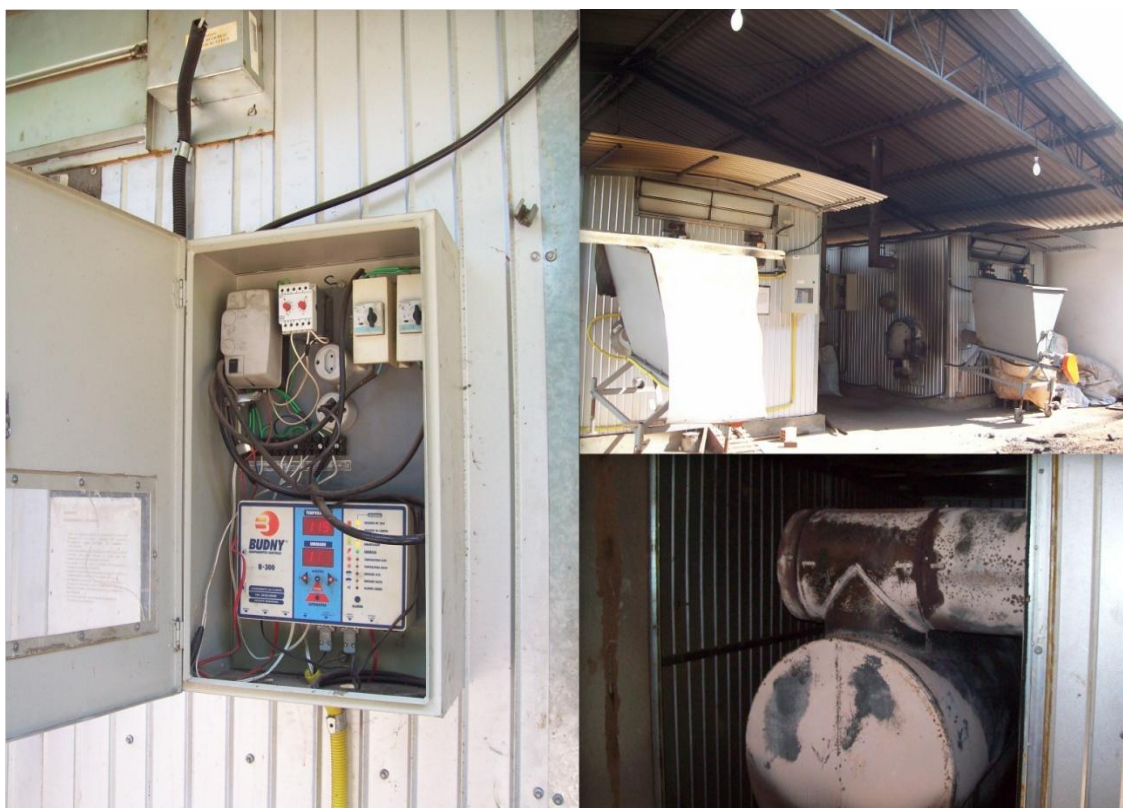


Foto 16 – Estufa de secagem de plantas medicinais/Sede Coopaflores.
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Depois de desidratadas, as plantas passam por um processo de seleção (foto 17) para a retirada das impurezas que acabam se misturando à elas durante o processo de extração e secagem.



Foto 17 - **Seleção de plantas.**

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Integrado, ainda, ao processo produtivo da cooperativa, está a agroindustrialização dos produtos, etapa em que o produto final recebe a marca da cooperativa. Nesse contexto, a agroindústria que faz parte da Coopaflora pode ser caracterizada como uma agroindústria familiar.

Wesz Jr apud Mior (2005) concebe a agroindústria familiar como uma organização em que a família produz, processa e transforma parte de sua produção com o objetivo de agregar valor na comercialização do produto.

Na agroindústria da Coopaflora (foto 18) existem equipamentos de pesagem e embalagem dos produtos, que ficam estocados na agroindústria até que sejam comercializados.



Foto 18 - **Agroindústria Coopafloresta.**

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

Ao incorporar uma pequena agroindústria familiar, a Coopafloresta consegue agregar valor aos seus produtos e a partir desse processo é possível identificar inovações nas técnicas produtivas promovidas pelos agricultores, revelando certo nível de independência produtiva.

Como já foi mencionado, de acordo com o INCRA, a agricultura familiar possui três estágios específicos, que a definem de acordo com a sua consolidação e representatividade, inclusive, no mercado.

Assim o INCRA considera a agricultura familiar consolidada como um modelo, no qual, os produtores estão integrados ao mercado, tendo acesso às inovações tecnológicas produtivas.

A incorporação de inovações, tanto no que se refere às técnicas de produção quanto no processamento, pode representar o diferencial que leva de volta a pequena produção familiar ao mercado. No caso da Coopafloresta, a agricultura familiar se consolida pela incorporação de técnicas um pouco mais avançadas no processo de secagem e a existência da agroindústria familiar. São iniciativas, que de acordo com os próprios cooperados, conseguem agregar maior valor ao produto final (foto 19).



Foto 19 - Embalagens de produtos beneficiados.

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

De modo geral, os agricultores possuem conhecimento de todas as etapas produtivas, tendo em vista que são eles que realizam as diferentes tarefas que dão origem ao produto final da Coopaflores.

Ao orientar esses agricultores familiares, o IAF procura promover a conservação e enriquecimento dos remanescentes florestais com araucária e dos ambientes já degradados, buscando a melhoria das condições de vida das famílias de agricultores residentes em Turvo em seu contexto ambiental.

Os cooperados estão em processo de formação continuada, participando de cursos e de treinamentos proporcionados pelo IAF e parceiros. Os agricultores veem nesse processo, uma forma de aperfeiçoar o seu crescimento profissional, como reflexo disso está o aumento do número de famílias envolvidas com os objetivos do IAF (tabela 13).

**Tabela 13 – AUMENTO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS
PELO IAF DE 1998 À 2009**

Ano	Número de famílias produtoras	Produção anual de plantas desidratadas (Kg)	Renda média mensal (R\$)
1998	31	240	53,51
2000	52	364	57,80
2002	68	541	82,56
2004	94	813	262,50
2006	136	15.323	306,64
2007	170	16.992	338,90
2008	170	48.553	346,80
2009	170	63.428	459,70

Fonte: PLEIN, 2012. Org. BASTOS, T. L.

A partir do gradativo aumento das famílias incorporadas à produção de plantas medicinais, por meio do IAF, é que se pode identificar o momento em que o instituto começou a estabelecer laços com as comunidades de agricultores familiares locais.

Observa-se, a partir da tabela 13, que no ano de 2006, justamente o ano em que a Coopaflores foi fundada, foram incorporadas 42 famílias produtoras e de 2004 à 2006 a produção anual passou de 813 kg de plantas desidratadas para 15.323 Kg. Nesse sentido, o aumento das famílias envolvidas com o IAF e a cooperativa certamente implicou no aumento da produção anual, que também exerceu reflexo na renda média mensal desses produtores.

O aumento das famílias incorporadas pelo IAF pode estar associado ao redirecionamento da missão do IAF.

No início o IAF trabalhava apenas com os grandes produtores pensando na questão maior da conservação, quando a gente reestruturou, nós já tínhamos percebido que onde se conservava mais era onde estavam também as pequenas propriedades e aí é que começou o cultivo de plantas medicinais, elas são uma das alternativas pra garantir a preservação dos remanescentes florestais [...] (COOPERADA 2, 2013)

Sendo assim, a ideia de conservação ambiental gerada pelo IAF e incorporada pelos agricultores, fortaleceu a agricultura familiar desenvolvida nessas pequenas propriedades por meio da geração de renda. Além disso, a inclusão dessas propriedades ao processo de recuperação e conservação das florestas intensificou o processo de conservação ambiental em Turvo. Com isso, aumentaram também os parceiros envolvidos com o IAF e Coopaflores, possibilitando a criação de novos canais comerciais para a cooperativa.

3.4 PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES

A manutenção da Coopaflores depende, dentre outras coisas, da sua inserção no mercado. Para tanto, a atuação da cooperativa em função da manutenção da agricultura familiar na região pode ser atribuída às suas atividades comerciais. Por sua vez, as relações comerciais estabelecidas pela cooperativa também se devem à certificação agroecológica que os produtos recebem, por meio da Ecocert. A Ecocert Brasil (figura 10) é uma certificadora de produtos orgânicos, originária da França, que possui articulação com o Brasil (ECOCERT BRASIL, 2013).



Figura 10 - **Selo de certificação orgânica da ECOCERT.**
Fonte: Ecocert Brasil, 2013. Org. BASTOS.

Ao longo dos anos, por meio do trabalho da Coopaflores, do IAF e do apoio e parceria de terceiros a cooperativa passou a conquistar alguns

mercados. A exemplo da Natura, empresa brasileira de cosméticos, possui a Coopaflores como um de seus principais fornecedores de matéria prima.



Foto 20 - **Produtos da Natura fabricados com espécies da Coopaflores.**

Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

A Natura utiliza as espécies produzidas pela Coopaflores principalmente na fabricação de cosméticos como sabonetes e perfumes (foto 20). A Coopaflores também foi fornecedora de produtos para a fabricação de chás para a *Linha Frutífera* da Natura. Entretanto, segundo alguns cooperados o fornecimento de espécies para os chás (principalmente a macela) foi interrompido, porque não houve considerável geração de lucro³⁴.

O cooperado 6, vice-presidente da Coopaflores, descreve que com essa redução houve perda de mercado dessas espécies, mas a comercialização dos produtos possui altos e baixos, enquanto algumas espécies saem de mercado outras começam a ser procuradas e comercializadas.

[...] algumas das nossas espécies perderam mercado, e outras que estavam sem comércio voltaram para o mercado também, o mercado tem altos e baixos, mas também depende muito do compromisso de cada um (COOPERADO 6, 2013).

³⁴ Informações coletadas em conversas informais com membros da diretoria da Coopaflores.

De acordo com a cooperada 2 (2013), membro da diretoria da cooperativa, a princípio a valorização dos aspectos agroecológicos e sociais da Coopaflores recebeu o incentivo da Natura, que criou todo o *marketing* em cima desse processo de produção agroecológico.

O *marketing* promovido pela Natura, certamente acaba promovendo a própria empresa também, considerando que a Natura é uma empresa baseada em propostas de produção sustentável. A empresa procura promover um discurso no qual “a sustentabilidade aparece como um pilar de inovação e geração de novos negócios” (NATURA, 2013).

Essa inovação e geração de novos negócios, associada a um contexto rural com um potencial natural consideravelmente rico gera a oportunidade de criar novos produtos com espécies da região, divulgando, dessa forma, o potencial natural que ela oferece.

Além da Natura a cooperativa possui outros parceiros como a TNC - The Nature Conservancy, uma organização que visa proteger e preservar a natureza, atuando em diversas partes do mundo.

No Paraná a TNC criou o projeto “Florar” que objetiva incentivar a geração de renda às comunidades rurais do interior por meio da parceria com o IAF. Dessa forma contribui para manter os agricultores em suas propriedades, ao mesmo tempo em que desenvolve atividades de restauração e conservação das florestas com araucária (TNC, s/d).

Iniciativas como essas abriram portas ao comércio das espécies produzidas pelas comunidades rurais da região. Assim, a aproximação dos agricultores familiares às propostas produtivas do IAF proporcionou inicialmente a intensificação do comércio da cooperativa.

Segundo informações do entrevistado 1, que atuava na área de finanças da cooperativa e na execução de projetos até meados do ano de 2013, a Coopaflores/IAF conta com o desenvolvimento de alguns projetos que recebem o apoio de parceiros como a Natura, a TNC e o SEBRAE Paraná - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná.

A cooperada 2 (2013) relata que os projetos financiados por esses parceiros têm um período de durabilidade curto, e com isso há a necessidade de elaborar e executar projetos constantemente.

Para compreender até que ponto estas iniciativas podem ser consideradas efetivamente alternativas viáveis de geração de renda é necessário identificar os meios pelos quais a cooperativa atua, através das suas relações comerciais e das relações econômicas estabelecidas com os agricultores associados.

A cooperativa possui vários clientes espalhados por todo Brasil e exterior, possui uma clientela fixa o que facilita e dá segurança ao agricultor familiar quanto ao retorno recebido pela sua produção. A tabela 14 demonstra os principais clientes da Coopaflores no Brasil.

Tabela 14 – PRINCIPAIS CLIENTES E CIDADES BRASILEIRAS DESTINATÁRIAS DOS PRODUTOS DA COOPAFLORES

Cidade	Cliente	Estado
São Paulo	LRCP Comercial de Produtos Naturais LTDA - ME	SP
Osasco	Companhia Brasileira de Distribuição	SP
Cajamar	Natura Inovação e Tec. Pro. LTDA	SP
Rio de Janeiro	Ripnik Band Com de Prod Naturais LTDA	RJ
Porto Alegre	Nutriamo Prod. de Bem Estar LTDA	RS
Belo Horizonte	EmporioYogi Comercio de Alimentos LTDA	MG
Balneário Camboriú	Nicole Maluf Giovanelli - ME	SC
Joinville	Verde Capim Mercearia Orgânica LTDA - ME	SC
Nossa Senhora do Socorro	Da Terra Agroindústria LTDA	SE
Fortaleza	Ana Maria Gomes Mata- ME	CE
Brasília	Marilia Miranda Costa Manso - ME	DF
Recife	Machado Comércio de Alimentos LTDA	PE
Primavera do Leste	FavarinAndreatto& CIA LTDA - ME	MT
Curitiba	Vila Viela Hortifrutigrangeiros LTDA	PR

Fonte: Coopaflores, 2013
Org. BASTOS, T. L.

No Estado do Paraná, a Coopaflora comercializa com clientes dos municípios de Guarapuava, Curitiba, Campo Largo, Maringá, Pato Branco, Laranjeiras do Sul, Londrina, Chopinzinho, Cascavel, Pitanga, dentre outros.

Além do Brasil, a Coopaflora ainda exporta seus produtos para os Estados Unidos, França e Suíça, tendo como principal produto de comércio internacional a erva-mate.

Em alguns casos os produtos da cooperativa são vendidos a granel para o exterior recebendo a marca do produto estrangeiro, como a erva-mate *Maté Vert* e a menta *Menthe Poivrée* da França (foto 21). No entanto, a matéria prima é fruto da produção dos agricultores da Coopaflora.



Foto 21 – Produtos de Marca Francesa/Cliente Coopaflora
Fonte: BASTOS, T. L. 2013.

O processo de comercialização dos produtos da Coopaflores é realizada por vários canais, tanto dentro como fora do Brasil, dentre eles estão:

- CENTROFLORA Anidro do Brasil Exportação Ltda;
- Baldo S. A., Comércio Industria e Exportação;
- CERCOPA Comércio de Produtos Alimentícios Ltda;
- Da Terra Agroindústria Ltda;
- Fazenda Alpina;
- Natura;
- MN Própolis Industria Comércio e Exportação Ltda;
- Duas Rodas Industrial;
- Solabia Biotecnológica Ltda;
- Teakettle Comércio de Produtos Alimentícios Ltda;
- Tribal Brasil Alimentos Ltda;
- INCON Indústria de Condimentos Ltda;
- Leaves For Life Comércio de Produtos Naturais Ltda;
- Namastê Orgânico do Brasil;
- Guayaki Sustainable Rain Florest Products INC (EUA);
- RDV PRODUCTS (França) (PLEIN, 2012).

Esses canais de comercialização promovem a divulgação e distribuição dos produtos da Coopaflores, e, certamente, sem o estabelecimento desses laços comerciais e sem a atuação da cooperativa e do instituto a Coopaflores não teria se consolidado dentro do mercado.

Os cooperados e a diretoria da cooperativa consideram atualmente a erva-mate como sendo o carro-chefe da cooperativa. “Hoje a erva-mate é o produto que é o carro-chefe da Coopaflores, vendida tanto no Brasil quanto em outros países” (COOPERADO 6, 2013).

Considerando o período entre dezembro de 2010 a abril de 2013, a erva-mate orgânica gerou uma saída de R\$ 269.020,91, e a erva-mate cacheada gerou um total de R\$ 253.118,81 de maio de 2011 a junho de 2013 (COOPAFLORES, 2013), ambos somados representam mais de 30% da produção nesses últimos anos.

Embora a erva-mate seja o produto mais rentável no momento, as outras variedades de espécies contribuem para a geração de renda e a criação de vias de comercialização, como mostra o quadro1.

<i>Produto</i>	<i>Preço* (R\$/Kg)</i>	<i>Produção (Kg/ha)</i>	<i>VBP** (R\$/ha)</i>	<i>Demanda (Kg)</i>	<i>Produção Atual (Kg)</i>	<i>Demanda** Atendida (%)</i>
Alcachofra	4,10	3.900	15.990,00	19.000	8.000	42,1
Alecrim	5,00	3.000	15.000,00	6.000	1.000	16,7
Alfazema	7,00	3.000	21.000,00	400	100	25,0
Calêndula	12,00	750	9.000,00	1.000	200	20,0
Camomila	21,26	800	17.008,00	5.000	1.000	20,0
Capim Limão	7,14	3.000	21.420,00	8.000	8.000	100,0
Carqueja	7,15	2.500	17.875,00	8.000	9.000	112,5
Cavalinha	5,00	3.000	15.000,00	500	700	140,0
Chapéu de Couro	4,50	1.750	7.875,00	3.000	4.200	140,0
Endro	10,00	2.000	20.000,00	500	125	25,0
Espinheira Santa	8,00	670	5.360,00	500	700	140,0
Funcho	19,80	2.000	39.600,00	3.000	800	26,7
Guaco	10,00	3.200	32.000,00	1.500	200	13,3
Macela	18,42	600	11.052,00	4.000	920	23,0
Manjeriçã	8,00	3.000	24.000,00	300	250	83,3
Manjerona	8,00	2.500	20.000,00	300	400	133,3
Maracujá	7,50	1.200	9.000,00	1.000	500	50,0
Melissa	9,00	4.000	36.000,00	20.000	20.000	100,0
Menta	8,71	4.000	34.840,00	7.000	3.050	43,6
Mil Folhas	5,00	1.000	5.000,00	400	400	100,0
Orégano	8,00	1.500	12.000,00	2.000	800	40,0
Pata de Vaca	5,00	5.000	25.000,00	300	2.500	833,3
Perpétua	20,97	600	12.582,00	800	320	40,0
Pitanga	12,82	800	10.256,00	2.000	2.500	125,0
Poejo	6,00	4.000	24.000,00	200	340	170,0
Salvia	9,00	4.000	36.000,00	2.000	2.000	100,0
Sete Sangrias	6,00	1.000	6.000,00	200	380	190,0
Tansagem	5,00	1.600	8.000,00	200	430	215,0
Tomilho	8,00	800	6.400,00	500	300	60,0

Fonte: Pesquisa AFNM (2012). Dados fornecidos pelo IAF. (*) Preços relativos ao mês de março de 2011. (**) Adaptação do autor.

Quadro1 - Relação de plantas medicinais, preço, rendimento por hectare, demanda e produção das famílias atendidas pelo IAF no município de Turvo.

Fonte: PLEIN, 2012.

A princípio pode-se verificar a partir do quadro 1 a grande variedade de espécies produzidas pela cooperativa, e também a discrepância no que se refere ao valor atribuído a elas, que vai de R\$ 4,10 à R\$ 21,26. Há também uma grande variação na produção e renda por hectare, revelando que algumas vezes o rendimento bruto por hectare passa de R\$ 30.000,00. Além disso, é possível averiguar que a demanda de produtos na maioria das vezes é maior que a produção, portanto há uma grande procura por essas espécies no mercado.

A Coopaflores adota a marca ARVOREDO BRASIL³⁵ para os produtos que são comercializados pela cooperativa, principalmente os que são comercializados com a Natura, mantendo um projeto social com as comunidades faxinalenses.

³⁵ Arvoredo é uma localidade situada na região do município de Turvo (www.arvoredobrasil.com.br).

Esse aspecto revela o potencial do ramo em que a cooperativa atua. Com isso, as perspectivas de manutenção da cooperativa aumentam, considerando os canais comerciais criados e estabelecidos pelo IAF e Coopaflora.

Segundo a cooperada 2 a Coopaflora não almeja se tornar uma grande cooperativa, ela diz que a cooperativa visa “fortalecer o comércio de caixinhas e o comércio de exportação de erva-mate [...] mas ele vai até onde dá a própria capacidade dos cooperados” (COOPERADA 2, 2013). Portanto, a Coopaflora mantém seu foco no apoio à agricultura familiar, respeitando os limites da produção que a agricultura familiar regional pode oferecer.

3.5 GESTÃO DA COOPERATIVA

Para compreender até que ponto a Coopaflora e o IAF podem ser consideradas efetivamente iniciativas viáveis para a geração de renda aos agricultores familiares, é necessário identificar os meios pelos quais essas entidades atuam analisando as relações comerciais e econômicas estabelecidas com os agricultores associados.

Até meados de 2013, sabe-se que a Coopaflora e o IAF atuavam em conjunto, executando funções como captação de recursos e dividindo a mesma estrutura física de gestão. Isso gerou problemas quando ao gerenciamento dos gastos da cooperativa.

Segundo o cooperado 6 (2013), atual vice-presidente da Coopaflora,

Os problemas vêm se acumulando, durante dois a três anos funcionou muito bem, mas as antigas diretorias buscavam cobrir algumas dívidas fazendo outras, há mais ou menos 4 anos a cooperativa vem somando problemas e no final de 2012 e início de 2013 chegou ao máximo de dificuldade [...]. Foram pegos recursos do PAA³⁶, agora por ultimo, e não conseguiram pagar. Para pagar essa dívida foi solicitado crédito à CRESOL, mas a situação foi se acumulando tanto e não teve mais jeito (COOPERADO 6, 2013).

³⁶ PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Para o cooperado 6 (2013) “o problema é que se criou uma cooperativa dentro da ONG (IAF), e as administrações eram praticamente as mesmas, os créditos e os projetos eram feitos pelas duas entidades”. Além disso, ele acredita que “faltou acompanhamento da instituição [IAF], do PAA e das entidades de créditos, para que a solicitação de créditos fosse mais rigorosa”.

O fato de ambas as partes (Coopaflora e IAF), desempenharem a função de captação de recursos, pode ser um dos fatores que ocasionou o acúmulo de dívidas ao longo dos anos, principalmente a partir do ano de 2010, como demonstrada a tabela 15.

Tabela 15 – DÍVIDAS CONTRAÍDAS PELA COOPAFLORA

2010	-121.343,09
2011	-36.534,08
2012	- 460.357,93

Fonte: Coopaflora, 2013
Org. BASTOS, T.

A tabela 15 ainda revela que o ano de 2012 foi o que apresentou maior *déficit* econômico nesses últimos anos. Isso devido a um incêndio que ocorreu em uma das unidades de secagem de plantas que ficava na sede da cooperativa.

No entanto, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Coopaflora atualmente, não se devem apenas à captação de recursos de ambas as partes (IAF e Coopaflora). Como o cooperado 6 afirmou, faltou acompanhamento das entidades envolvidas no processo de captação de recursos, tanto da parte do IAF e da Coopaflora, por não se atentarem ao acúmulo de dívidas de solicitações de créditos, quanto da parte das entidades de acesso à crédito pela falta de rigor e fiscalização ao conceder os créditos ao IAF à Coopaflora.

Para amenizar essa condição financeira precária, a cooperativa buscou auxílio por meio de uma campanha de arrecadação, porém só foi possível arrecadar em torno de R\$ 30.000 (COOPERADO 6, 2013).

Além das adversidades nos aspectos financeiros, a Coopaflora ainda não possui condições de ser auto-suficiente no desenvolvimento e manutenção

de técnicas produtivas, pois o IAF, por meio de projetos financiados por parceiros, que concede apoio técnico aos produtores cooperados.

A cooperada 2 afirma que:

[...] a manutenção da equipe técnica pela cooperativa ainda não acontece [...]. Isso é algo que deve ser repensado, os técnicos do IAF são pagos através de projetos. [...] Atualmente o IAF é sustentado através da captação de recursos, elaborando projetos pra ministérios, organizações internacionais e outras instituições. Porém esses projetos têm um período de durabilidade curto, então tem que estar sempre elaborando projetos [...] (COOPERADA 2, 2013).

Com isso, fica evidente a dependência que a Coopaflores possui em relação ao IAF, porque é através do instituto que são elaborados projetos para manutenção da equipe técnica, que orienta os agricultores cooperados na realização do processo produtivo.

O cooperado 6 (2013) diz que a cooperativa obteve “lucros” efetivos só nos primeiros anos de atuação e que ao longo dos anos as dívidas foram se acumulando. Embora haja uma grande procura pelos produtos da Coopaflores, e mesmo que os valores das vendas dos produtos sejam elevados, esse *déficit* financeiro teve um aumento gradativo até o ano de 2012.

Esse processo se desencadeou devido, dentre outros fatores, ao modo como a cooperativa era gerida. “O que aconteceu é que a diretoria antiga não conseguiu de alguma maneira recursos financeiros para manter a cooperativa que [...] nesses últimos três ou quatro anos vem somando problemas financeiros” (COOPERADO 6, 2013).

As gestões anteriores buscavam alternativas de créditos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, do Programa de Aquisição de Alimentos e da Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL para tentar sanar suas dívidas. No entanto, essas medidas geravam mais dívidas e os valores foram se acumulando, sem que houvesse formas de resolver essa situação.

Percebe-se que a gestão da cooperativa ficou um tanto confusa. O próprio vice presidente da Coopaflores (cooperado 6) afirma que a atual gestão ainda busca compreender os motivos que levaram à crise financeira da

cooperativa. Com isso, parte dos associados acabou sendo prejudicada, pois o repasse da venda da produção já não ocorria regularmente. “Em Turvo, através de projetos, a situação está controlada. Mas em Boa Ventura de São Roque alguns produtores ficaram mais de oito meses sem receber nada” (COOPERADO, 6).

Outro aspecto que impede a melhor compreensão dos fatos que levaram às dificuldades econômicas da cooperativa é a troca de gestão administrativa em prazos relativamente curtos, impedindo a concretização de planejamentos. As mudanças de diretorias nem sempre obedecem aos prazos estabelecidos no estatuto³⁷.

Na tentativa de melhorar a situação financeira da cooperativa, a partir de maio de 2013, a Coopaflores e o IAF deram início a um processo de reestruturação, que a princípio visava a separação da estrutura física do IAF e da Coopaflores e, conseqüentemente, do seu processo de gestão. Com isso, a partir do mês de maio de 2013, a diretoria da Coopaflores está a cargo dos cooperados apenas, separada da gestão do IAF. O IAF manterá o seu papel de dar apoio técnico aos associados, embora os cooperados almejem que a própria cooperativa possa manter esse apoio. “O nosso objetivo é que a própria produção da cooperativa pudesse bancar o trabalho dos técnicos” (COOPERADA 2, 2013).

Depois do processo de reestruturação, dentre as medidas tomadas para reduzir as dívidas da cooperativa, foi decidido, em assembleia geral, de que os cooperados repassassem 10% de seus rendimentos para amenizar as dívidas da cooperativa. Esse repasse é proporcional a quantidade de produtos entregue à cooperativa e é realizado mensalmente³⁸.

O cooperado 6 (2013) acredita que a separação da Coopaflores e do IAF foi positiva para a cooperativa, e que as ações realizadas pela atual gestão para contornar a situação financeira estão sendo válidas, considerando que essa reestruturação já apresentou resultados positivos para a Coopaflores.

³⁷ Estatuto Social da Coopaflores – Anexo A deste trabalho.

³⁸ Informações coletadas em conversa informal com M. R. N, responsável pelo setor financeiro do IAF até março de 2013.

Foi falado que a cooperativa não conseguiria se manter sozinha, isso não é verdade, porque nós estamos vendo que estamos conseguindo se manter e pagar essas dívidas. Essa melhora aconteceu depois da separação (COOPERADO 6, 2013).

A nova diretoria da Coopaflores vem trabalhando prioritariamente na redução das dívidas, sem recorrer novamente à solicitação de créditos. Acredita-se que esse processo de solicitação de créditos, captação de recursos simultânea entre cooperativa e instituto possa ter sido o responsável por grande parte dos problemas financeiros da cooperativa segundo o cooperado 6.

Apesar de tudo, a Coopaflores, juntamente com o IAF, definitivamente conseguiram ao longo dos anos estabelecer relações comerciais devido ao seu potencial produtivo e a ajuda de parceiros, principalmente a Natura que foi uma das responsáveis pela construção do *marketing* ambiental em torno da Coopaflores e também pelo estabelecimento de canais comerciais para a cooperativa.

Além disso, na visão dos cooperados, há perspectivas de permanecer no campo trabalhando com plantas medicinais, pois com o apoio da cooperativa e a parceria do IAF, são criadas formas de comercialização dos produtos, e orientações quanto ao processo produtivo sustentável e mais rentável.

A cooperada 3 (2013), acredita que é importante o acompanhamento que os técnicos agropecuários do IAF proporcionam aos agricultores familiares, além do auxílio no processo de secagem, quando não existem secadores nas propriedades dos agricultores. “Os técnicos acompanham a gente. [...] Faz a secagem [na cooperativa] quando a pessoa não tem secador [...]” (COOPERADA 3, 2013).

Observa-se, a partir disso, que o IAF possui um papel fundamental na manutenção desses agricultores em suas propriedades. Sem o apoio técnico oferecido pelo IAF e os projetos desenvolvidos e executados pelo instituto, a produção sustentável não poderia ser consolidada. Na visão dos cooperados a cooperativa, é uma fonte viável de geração de renda, sem a qual, os agricultores estariam enfrentando ainda mais dificuldades financeiras.

Apesar dos contratempos financeiros e da atuação ambígua da cooperativa e IAF, a Coopaflora conseguiu estabelecer fortes laços comerciais em favor dos cooperados. Além disso, os agricultores associados se mostram dispostos a colaborar com os objetivos da Coopaflora, pois para eles esta iniciativa representa uma das formas de garantir a sua permanência no campo a longo prazo.

Considerações finais

A área rural de Turvo compreende um contexto extremamente voltado para a agricultura familiar, que coexiste com um acervo ambiental importante e diversificado. Além disso, apresenta áreas de cultivo espécies florestais exóticas que convivem com a agricultura familiar e os remanescentes florestais nativos, o que revela algumas disparidades nesse contexto rural.

Trata-se de um espaço constituído, ao longo dos anos, a partir do desenvolvimento de atividades agrícolas que deixaram marcas nos atuais aspectos econômicos, culturais e sociais do município.

Esses aspectos podem ser percebidos pelo sistema faxinal que fez parte do processo de ocupação de Turvo e que ainda se faz presente no município. Esse sistema foi consolidado pelos imigrantes europeus que passaram a desenvolver na área rural do município um processo produtivo familiar, criando animais nas matas, cultivando alimentos e demais produtos para o seu sustento e comercialização, em contato com um contexto ambiental repleto de matas nativas, representado pela Floresta Ombrófila Mista, bioma típico da região.

Tendo em vista a importância que teve a atividade madeireira desenvolvida na região central do Paraná, essas espécies foram aos poucos sendo reduzidas, revelando a necessidade da preservação de seus remanescentes. A preservação e recuperação dessas florestas nativas em Turvo estão representadas na adoção dos sistemas agroflorestais.

Nesse contexto, a agricultura familiar inicialmente estabelecida no município, contava com um modelo de produção agroflorestal, pois os faxinalenses que residiam na região criavam seus animais e cultivavam suas lavouras por entre as matas nativas. Portanto, a adoção desse sistema de

produção não apresentou problemas ao ser incorporada, ou (re)incorporada, pelos agricultores da Coopaflores.

O sistema faxinal, foi e é um importante aliado à preservação das florestas nativas, isso devido à organização e o processo produtivo que preserva, além dos aspectos culturais e sociais da região, os recursos naturais que os cercam e lhe fornecem a base de sua produção.

Compreende-se que a cooperativa e o IAF, tornaram-se viabilizadores da manutenção de faxinais. Por meio da dinâmica econômica promovida pelo Instituto e pela cooperativa, o faxinalense pôde dinamizar sua produção e comercialização, principalmente de erva-mate. Assim, foi possível, por meio da Coopaflores e do IAF, apoiar a manutenção de aspectos culturais e sociais, que fazem parte da constituição histórica da área rural do município.

A cooperativa devido ao trabalho em conjunto com o IAF, é regida por fundamentos pautados na preservação ambiental, o que auxilia principalmente na preservação e recuperação das matas nativas da região. Devido ao fato de muitas das propriedades destes agricultores comportarem remanescentes de matas com araucária, inclusive nas áreas de faxinais, isso acabou motivando o cultivo de produtos que coexistam com essas espécies nativas.

Com isso, é possível afirmar que a produção de plantas medicinais, por meio da atuação da Coopaflores, contribuiu para o processo de preservação do ambiente local. Considerando que, a princípio trabalhava-se apenas com o extrativismo de plantas medicinais, depois se passou a produção de fato. De qualquer forma tratam-se de espécies nativas, que não alteram o equilíbrio natural do local.

Ao considerar esses aspectos, compreende-se que a Coopaflores e o IAF se “ajustaram” reciprocamente aos faxinais existentes no município. Essa possibilidade é promovida por mecanismos como a agroecologia e os sistemas agroflorestais, modelos de produção rural adotados pelos associados da Coopaflores sob orientação técnica do IAF. Além disso, dentre os objetivos da Coopaflores está a defesa dos aspectos socioculturais que os faxinais conferem ao município de Turvo.

O papel principal da Coopaflores é auxiliar os produtores quanto a comercialização de seus produtos divulgando-os e atribuindo a eles um certo padrão de qualidade e garantido o estabelecimento, inclusive, de uma clientela

fixa. Nesse contexto, a Coopaflora é uma cooperativa que promove a utilização consciente do potencial produtivo da região, porque as próprias espécies destinadas à comercialização são nativas.

Assim, os agricultores familiares possuem a oportunidade de permanecer no campo, “resistindo” ao processo de modernização da agricultura, preservando características específicas culturais e sociais da agricultura familiar, por meio de um processo de apropriação física e ideológica do território.

Compreende-se que os objetivos, da Coopaflora e do IAF, atuando em parceria foram capazes de suprir diversas demandas dos agricultores familiares de Turvo, devido comércio promovido pela cooperativa e o apoio técnico promovido pelo IAF, assim, a agricultura familiar em Turvo se torna consolidada, de acordo com os níveis de desenvolvimento da agricultura familiar estabelecidos pelo INCRA (1994).

Considera-se que os benefícios visíveis que a atuação da Coopaflora propôs aos cooperados e ao meio ambiente local foram frutos não só da ação da cooperativa e do IAF, mas também devido aos propósitos da Coopaflora e do Instituto, de conseguirem se enquadrar às demandas locais, como a preservação dos remanescentes florestais e dos sistemas faxinais. Isso, aliado ao *marketing* ambiental introduzido pela Natura, o apoio de parceiros e evidentemente ao trabalho e comprometimento dos agricultores fortaleceu a cooperativa. Esse fortalecimento levou os produtos da Coopaflora ao mercado e consolidou a geração de renda que é o que promove de fato a fixação desses agricultores no campo.

Essa forma de atuação promoveu uma dinâmica entre os elementos envolvidos com processo de produção e comercialização das plantas medicinais (IAF e Coopaflora). Nesse sentido, a inserção das espécies produzidas pelos agricultores familiares de Turvo no mercado de plantas medicinais, foi possível tanto por ações do IAF quanto da Coopaflora.

No entanto, essa atuação conjunta apresentou problemas quanto à gestão, o que desencadeou um decréscimo financeiro à Coopaflora, pois, não era apenas a cooperativa responsável pela aquisição de créditos ou busca por mercado. O IAF também atuava na gestão da cooperativa, tendo em vista que o IAF foi fundado mais de dez anos antes da criação da Coopaflora.

Embora o IAF e a Coopaflora tenham realizado diversas ações em favor das comunidades de agricultores familiares de Turvo, atualmente, essas ações conjuntas devem ser restringidas. Acredita-se que ações, como a captação de recursos tenham inferido nos *déficits* apresentados pela cooperativa nestes últimos anos.

Portanto, houve a necessidade de “desmembrar” a cooperativa do IAF, porém sua parceria permanece. Com isso, espera-se que a cooperativa a princípio possa se restabelecer financeiramente, para que só então se possa criar um fundo de reserva e continuar promovendo a manutenção da agricultura familiar em Turvo, garantido efetivamente a geração de renda aos associados e contribuindo para a preservação e recuperação dos remanescentes florestais nativos.

Considerando que o objetivo deste trabalho baseou-se na análise da atuação da Coopaflora e conseqüentemente do IAF, em benefício dos agricultores familiares de Turvo, pode-se constatar que a Coopaflora foi e é uma entidade que promove a fixação desses agricultores em suas propriedades. A cooperativa ainda passa por dificuldades, mas percebeu-se ao longo da pesquisa, que mesmo com todas as desordens nos aspectos financeiros, a permanência desses agricultores cooperados na área rural de Turvo se deve à Coopaflora e IAF, e ao comprometimento dos agricultores com a produção e o apego ao seu local de trabalho e vivência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva. Abr/Jun, vol. 11, nº2, p.73-78. 1997.

_____. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia – Vol. 15, nº 1:132-152, jan/abr. – 1998.

ALBUQUERQUE, Jey Marinho. **Análise fitossociológica da Vegetação do Faxinal do Marmeleiro de Cima no município de Rebouças – PR**. 2005. Monografia de especialização (Curso de Pós-graduação em Bioenergia) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – PR – FAFIUVA, União da Vitória, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Terra Livre**. São Paulo. n.15, p. 87-122, 2000.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALVES, Adilson Francelino. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES. A. F; CORRIJO. B. R; CANDIOTTO. L. Z. P. (Org). 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. P. 63-80.

AMARAL, Gilmar Moreira. **Características da agricultura familiar no município de Turvo-PR: Algumas considerações**. Encontro Nacional de Geógrafos, Disponível em: <http://www.eng2012.org.br/trabalhos-completos?download=409:eng-gilmar&start=980>, Acesso em: agosto de 2013.

AMARAL, Inácia Girlene. **Associativismo e cooperativismo**. UFERSA. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br>. Acesso em abril de 2013.

ARVOREDOBRASIL. **Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF)**. Turvo, 2013. Disponível em: www.arvoredobrasil.com.br/iaf/. Acesso em maio 2013.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.43 nº.1 Brasília Jan/Mar. 2005.

BALHANA, A.P. ; MACHADO, B.P. & WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba :Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda., 1969.

BARRETO, Marcelo. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. In: **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.5, n.2, p.249-253, jul./dez. 2011.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. **Faces da autonomia – um estudo de caso na AGAECO**. 2005. Monografia de Graduação (Curso de Ciências Sociais) Universidade Federal do Paraná – PR – UFPR, Curitiba, 2005.

BRITEZ, Ricardo Miranda. **Aspectos ambientais a serem considerados na restauração da Floresta com Araucária no Estado do Paraná**. In: Pesquisa Florestal Brasileira, Colombo, n.55, p.37-43, jul./dez. 2007.

BRACHA, Carlos, J. C. Análise da evolução do reflorestamento no Brasil. In: **Rev. Economia Agrícola**, São Paulo, v.55, n. 2, 5-24, Jul/Dez, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei n.º **5.764**, de 16 de Dezembro de 1971 (Lei do Cooperativismo). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm. Acesso em: 15 de junho de 2013. Acesso em Julho de 2013.

_____, Decreto n.º 59.556, de 14 de novembro de 1966, Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. **Casa Civil Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília**, DF, Capítulo I, art. 1º, Nov. 1966.

_____, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Associativismo. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acesso em Julho de 2013.

_____, **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em Julho de 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez de 2003. p.312-347.

CALEGARI, Elizete Besagio. **Análise Geoambiental da Paisagem e Potencial Geoturístico do município do Turvo – PR**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM, Maringá, Paraná.

CANDIOTTO. Luciano Zanetti Pessôa. *et al.* A agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES. A. F; CORRIJO. B. R; CANDIOTTO. L. Z. P. (Org). 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. p.213-232.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: **Boletim DATALUTA. NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Maio de 2012.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal**: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988, 124f. (Boletim nº 22).

COOPAFLORE - **Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo**. Disponível em: <http://www.arvoredobrasil.com.br/coopaflora>. Acesso em: 24 de março de 2013.

DRUCIAKI, V. P. **A (des)articulação de Guarapuava com Maringá e Londrina: Uma análise a partir da rede de transporte rodoviário de passageiros**, 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM, Maringá, Paraná.

DUARTE, Laura. Maria. Goulart. e WEHRMANN, Magda. Eva. Soares. Farias. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. In: **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Eric Sabourin (Org.) – Brasília, v. 6. n. 23. 2006, p. 13-28. Disponível em: <http://www.neagri.unb.br>. Acesso em Julho de 2013.

ECOCERT **BRASIL**. Disponível em: <http://www.ecocert.com.br/quemsomos.html> . Acesso em: 20 de junho de 2013. Acesso em Julho de 2013.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

GHIZELINI, André Augusto Michelato. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos**. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, Paraná.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3 ed. Editora de UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GODOY, Wilson Itamar e ANJOS, Flavio Sacco. Dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. V. 2, n. 1, p. 364-368, fev. 2007.

HAURESKO. Cecília. **Lugares e tradições**: as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. UNICENTRO. Guarapuava, 2012.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES. A. F; CORRIJO. B. R; CANDIOTTO. L. Z. P. (Org). 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. p. 81-93.

HESPANHOL. Rosângela Ap. de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES. A.

F; CORRIJO. B. R; CANDIOTTO. L. Z. P. (Org). 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. p. 117-136.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 24 de março de 2013.

_____. – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em março de 2013.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil: Região Sul**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. V.2

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Turvo**. Curitiba, Junho 2012.

_____. - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico Sócioeconômico do Território Paraná Centro**. Curitiba, 2007.

_____. – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os Vários Paranas**. Curitiba, 2006.

_____. – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais Mesorregião Centro-Sul Geográfica Paranaense**. Curitiba, 2004.

LACEY, H. **Há alternativas ao uso dos transgênicos?** São Paulo, n. 78, Jul 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

LEITE, Rosângela Ferreira . A política Joanina para a ocupação dos sertões (Guarapuava, 1808-1821). In: **Revista de História**, USP, núm. 159, dezembro de 2008, p. 167-187. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2850/285022053007.pdf>. Acesso em Agosto de 2013.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. UFPR. Curitiba, 1968.

MARCONDES, Gracita Gruber. **Imigrantes Franceses em Guarapuava**. Guarapuava 1996.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. In: **Cadernos de Estudos**. Desenvolvimento Social em Debate. n. 1. MDS. Brasília, 2005.

MARTINS, R. **Livro de Árvores do Paraná**. Curitiba: Edição do Diretório Regional de Geografia do Estado do Paraná, 1944.

MAZZALLI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 169-198.

MELO, Nildo Aparecido de. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural - uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná. In: **Geoatos** – Revista Geografia em Atos. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 58-76.

MONTOYA, Marco Antonio; GUILHOTO Joaquim J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Org. João Carlos Tedesco. Passo Fundo-RS: 3. ed. EDIUPF, 2001. p. 179-217.

NATURA, 2013. Disponível em: <http://www.natura.com.br/institucional/sustentabilidade> . Acesso em outubro de 2013.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar** – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997. Assis, 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2000.

NETO, *et al.* **Terras de faxinais**. (Org) ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. Manaus, Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Disponível em: file:///C:/Users/Tatiane/Downloads/Informativo-1_Conhecimentos-Tradicionais-identidade-Benzedeiras-Parana.pdf. Acesso em dezembro de 2013.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2ª edição, IPARDES, Curitiba, 2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMA – **Projeto Paraná Biodiversidade: Verde que te quero verde** - 2009.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. **Bahia: análise e fatos**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 819-831, mar. 2004.

PIRES, Paulo de Tarso de Lara. **Alternativas políticas e jurídicas para a gestão das florestas de araucária no Estado do Paraná**. 2003. 222 f. Tese. (Doutorado em Engenharia Florestal) – UFPR, Curitiba, Paraná.

PLEIN, Clérito. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na**

Microrregião de Pitanga, Paraná. 2012. 266 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RODIGHERÍ. Honório Roque. Rentabilidade Econômica Entre Plantios Florestais e Sistemas Agroflorestais com Erva-Mate, Eucalipto e Pinus, e as Culturas do Feijão, Milho, Soja e Trigo. In: **EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Circular Técnica, 26. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/290842/1/circtec26.pdf>. Acesso em Agosto de 2013.

SANTOS. Boaventura de. Souza. e RODRÍGUEZ. César. As economias populares e o desenvolvimento na periferia e semiperiferia. In: **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Org. Boaventura de Souza Santos, 2ª Ed. Civilização Brasileira, 2005, p. 44-64.

SANTOS, Marcio Pereira. **O espaço humanizado, a paisagem humanizada e algumas reflexões sobre a paisagem em São Paulo no século XVIII e XIX**. 2006, 192 f. Tese. (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAQUET, Adriano Arriel. Reflexões sobre agroecologia no Brasil. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES. A. F; CORRIJO. B. R; CANDIOTTO. L. Z. P. (Org). 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. p. 137-153.

Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo. Regularização Fundiária. Disponível em: http://www.justica.sp.gov.br/novo_site/Modulo=322. Acesso em Agosto de 2013.

SINGER, Paul. 2002. Economia Solidária no Brasil. In: B.S. SANTOS (org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 514p.

SOUZA, Roberto M. De. **Transformações Econômicas e Sociais e Trajetória na Agricultura Familiar: Estudo de Caso Sobre a Desconstrução da Autonomia da Agricultura Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo- PR**. 2001, 135 p. (Dissertação de Mestrado) – UFSM, RS, Santa Maria, 2001.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

TERRA DOS PINHEIRAIS. Disponível em: <http://www.terradospinheirais.tur.br>. Acesso: set/2013.

TURVO, Município. **Turvo (PR) - Cidade dos Pinheirais**: Dados estatísticos, 1987.

_____, Prefeitura Municipal. **Secretaria de Finanças** – Departamento de tributação e fiscalização do município de Turvo – Paraná, Turvo, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Org. João Carlos Tedesco. Passo Fundo-RS: 3. ed. EDIUPF, 2001. p. 21-55.

WESZ JUNIOR. Valdemar João. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? In: **Mundo Agrário. vol. 9, nº 18, primer semestre de 2009.**

UNICAFES. **União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná**. Francisco Beltrão, 2013. Disponível em: <http://www.unicafesparana.org.br/missao.php>. Acesso em outubro de 2013.

Outras Fontes

Estatuto social da Coopaflora

Entrevistas

Cooperada 1– cooperada. Entrevistada em 18/03/2013.

Cooperada 2 – membro da diretoria da Coopaflora. Entrevistada em 22/01/2013.

Cooperada 3 - membro da diretoria da cooperativa. Entrevistada em 22/01/2013.

Cooperado 4 - cooperado. Entrevistado em 29/06/2013.

Cooperado 5 - cooperado de Boa Ventura de São Roque. Entrevistado em 21/01/2013.

Cooperado 6 - vice-presidente da Coopaflora. Entrevistado em 28/10/2013.

Cooperado 7 – representante sistema faxinal na Coopaflora. Entrevistado em 28/10/2013.

Cooperado 8 – cooperado e faxinalense (Faxinal Saudade Santa Anita). Conversa realizada em 28/10/2013.

APÊNDICE A – Transcrição entrevista cooperada 1 – Turvo

1- Como você vê as condições da Agricultura Familiar hoje?

Olha hoje em dia a agricultura familiar melhorou um pouco por causa do conhecimento [...] Hoje os agricultores precisam ter mais conhecimento para trabalhar, antigamente não era tão preciso porque hoje é preciso ter algumas “tecnologias” mesmo em pequenas propriedades e é preciso saber lidar com isso.

2- Você acha que a modernização da agricultura afetou a agricultura familiar?

Afetou sim, porque esses grandes proprietários começaram a comprar as pequenas propriedades para aumentar ainda mais as suas propriedades e o espaço do pequeno produtor diminuiu, isso é ruim porque quem fornece alimento são os pequenos, os grandes trabalham para exportação mesmo e nós aqui, por exemplo, diversificamos a produção [...] tem que aproveitar bem o espaço que nós temos e cultivar de tudo um pouco [...] E por causa desse aumento das grandes propriedades de exportação, as pessoas estão indo embora, os jovens principalmente que não tem perspectiva, é preciso que haja aqui no meio rural formas de divertimento para o jovem e, além disso, o mais importante [...] educação no campo para que o jovem possa ter uma faculdade relacionadas ao trabalho no campo e possa aproveitar a formação que ele tiver para ser usada aqui.

3- Quais foram as principais dificuldades enfrentadas por vocês?

A nossa principal dificuldade mesmo aqui é o transporte [...] aqui as estradas são muito ruins, é tudo muito longe [...] fica difícil de ir na cidade, de estudar [...] tudo é difícil [...] por isso eu acho que os governantes deveriam melhorar as nossas estradas [...] nós aqui da comunidade até temos cobrado isso deles quando dá, mas até agora não foi feito nada [...] Outra coisa, o trabalho no campo é bastante desgastante [...] Então se você trabalha o dia inteiro você cansa muito.

4- Que tipo de benefício a Coopafloza/IAF proporcionou a vocês?

O principal e mais importante benefício é o conhecimento, é a oportunidade de nós podermos saber quais as melhores formas de preparar a terra, adubar, fazer cursos, tudo que tem a ver com o trabalho no campo e sobre o cultivo orgânico [...] Então pra mim o mais importante mesmo foi o conhecimento que eles nos passam.

5- A quanto tempo você é cooperada da Coopaflores?

Desde que a cooperativa foi criada e hoje a maior parte do pessoal da cooperativa são mulheres.

6- Quais os produtos que você produz aqui pra Coopaflores?

Alcachofra, Macela, Salvia, Alecrim, Carqueja, Tomilho, Menta, Lavanda, Sete Sangria, Orégano e Chapéu de Couro.

7- Além das plantas medicinais, o que mais você cultiva aqui em sua propriedade?

Milho, leite, mel, bezerros para venda.

8- Qual é a sua maior fonte de renda?

Aqui o meu esposo trabalha com transporte de pessoas, então as plantas medicinais é um complemento, mas dá uma boa renda também.

9- Aqui em sua propriedade trabalha apenas a família?

Sim, só nós da família mesmo e como eu disse para você o trabalho é muito desgastante e cansativo, mas é nós mesmos que temos que fazer.

10- Usam algum tipo de equipamento?

Para as plantas medicinais tem só o secador que nós temos aqui para desidratar as plantas e mandar lá pro IAF.

11- Qual é a sua renda aproximada vinda das plantas medicinais?

Em torno de R\$ 200, 00 por mês.

12- Vocês possuem mais alguma fonte de renda fora da lavoura?

Como eu falei pra você, né [...] O meu marido trabalha com transporte escolar porque as plantas medicinais é um complemento que nós temos.

13- Você acredita que seja realmente válido manter as reservas naturais?

Com certeza, porque nós não devemos pensar apenas em nós, mas devemos pensar também nos nossos filhos e netos, em como eles vão viver, temos que preservar os rios, as árvores, as matas para que eles possam também conhecer essa natureza. Não se deve pensar só no lado econômico, a vida é mais importante.

14-O que você entende por produção agroecológica?

Eu entendo que é uma coisa muito importante, uma forma de preservar o meio ambiente e de produzir coisas mais saudáveis para as pessoas sem o uso de veneno.

15-Você acha que a ajuda da cooperativa é válida?

Com certeza, principalmente na parte do conhecimento que eles passam pra gente, sem isso ia ser difícil conseguir fazer nossa produção orgânica porque eles vem aqui ensinam a fazer nosso preparo [...] nossa mistura para colocar na terra e ainda tem os cursos lá na sede que nós fazemos [...] então isso ajuda muito, também por causa do transporte [...] se eles não viessem buscar o produto ia ser difícil de a gente levar, e assim também não precisa ficar passando por atravessador que atrapalha muito a gente.

16-Você participa das assembleias e reuniões realizadas na cooperativa?

Sim, vou nas assembleias e reuniões, sempre estamos por dentro das decisões e tudo.

17- Como e de quanto em quanto tempo o senhor recebe o “pagamento” da Coopaflores?

Todo mês eles pagam nós em dinheiro mesmo porque o agricultor gosta de receber em dinheiro mesmo.

18-Qual o seu nível de escolaridade?

Eu tenho só até a quanta série, meus filhos agora tão fazendo faculdade.

19-O senhor já sentiu vontade de arrendar suas terras ou teve vontade de ir embora daqui?

Não penso em sair daqui porque a gente só sabe trabalhar na terra e se for para cidade nós vamos ter dificuldade, então eu prefiro ficar aqui onde a vida é mais tranquila, não tem muita violência, é mais calmo apesar das dificuldades nós conseguimos viver [...] mas os jovens [...]esses pensam diferente, eles querem diversão eles querem garantia de vida e coisas novas, tá difícil de manter o jovem no campo hoje, por isso que preciso que o governo invista mais em nós porque se não o povo do campo vai sumir no futuro.

APÊNDICE B - Transcrição entrevista cooperada 2 – Turvo

1- Qual é a relação existente entre a Coopaflores e o IAF

Na verdade assim, o IAF é uma ONG e foi fundada em 1995, então é bem mais antigo que a Cooperativa, o objetivo do IAF era trabalhar a consciência ambiental das famílias, preservar as florestas e recuperar o que tinha sido destruído, então o IAF tinha um enfoque puramente ambiental quando foi fundado, principalmente por causa da ideologia do fundador do instituto, que era um holandês e ele imaginava que o pessoal tinha que deixar as florestas para o bem da humanidade [...] só que na verdade usava-se muito para fins econômicos, em 2000/2001, com a questão do soja e pinus, a gente perdeu 20% das florestas daqui [...] e nessa época o fundador do IAF já tinha falecido aí a gente repensou um pouco a própria missão do IAF.

Em 2001 o IAF focou bastante o seu trabalho pra questão organizar alternativas que possibilitassem uma renda sem destruir, então focando também para áreas menores, no início o IAF trabalhava apenas com grandes produtores pensando a questão maior da conservação, quando a gente reestruturou, nós já tínhamos percebido que onde se conservava mais era onde estavam também as pequenas propriedades é aí que começou o cultivo de plantas medicinais, elas são uma das alternativas pra garantir a preservação dos remanescentes florestais [...] com o objetivo de preservar a cobertura florestal.

2- Qual é o papel de cada elemento? (Cooperativa)

Na verdade o papel da cooperativa ficou essa questão da comercialização, organizar o processo de comercialização [...] ficou específico isso, na reestruturação da cooperativa a gente está pensando em envolver a questão da produção também, até para facilitar um pouco mais o acesso ao crédito.

3- Qual seria o papel do IAF?

O IAF trabalha toda essa questão da produção, assistência técnica às famílias, pensando nas alternativas de produção, mantendo aquela linha inicial que é pensar o auto-consumo [...] produção de alimentos, trabalhar a geração

de renda e a preservação ambiental, então o tripé é econômico, social e ambiental, esse é o tripé do trabalho do IAF.

4- Sobre o IAF e a Agroecologia.

Todo o trabalho do IAF é feito na base orgânica e agroecológica, a gente tem certificação da cooperativa, a cooperativa é certificada para a comercialização, mas o nosso trabalho, o princípio dele é orgânico, a gente não trabalha com produtos convencionais.

Você tem que ver a propriedade e a comunidade como um todo [...] entra muito essa questão da solidariedade de você fazer as coisas participativas [...] a troca [...] o resgate do conhecimento, da cultura, a questão das sementes das mudas, as sementes crioulas, as variedades, isso tudo compõe um processo diferenciado de produção. Outra questão importante também é a participação das mulheres, que tem como princípio trabalhar bastante a questão de gênero, os jovens. Através desse trabalho, as mulheres envolvidas possuem conta no banco, documento, acesso ao crédito.

E a produção de medicinais não prejudica o meio ambiente, porque é nativo daqui, nós não precisamos de químico para plantar e nem estamos alterando o meio ambiente, tudo é feito de modo orgânico.

A princípio a valorização dos aspectos agroecológicos e sociais recebeu o incentivo da Natura, que criou todo o “marketing” em cima desse processo de produção agroecológico desenvolvido pelo IAF e pela Coopaflores.

5- Qual é o papel dos Agricultores nesse processo?

Na verdade eles são os fatores principais de todo o processo, tudo isso existe em função dos agricultores, eu posso falar isso para você como agricultora, o nosso maior interesse: nós queremos ficar na comunidade, nós queremos é melhorar as condições de vida na comunidade [...] então não é só a questão de renda, o nosso desejo é permanecer na comunidade [...] a cooperativa e o IAF são instrumentos que ajudam a gente a conquistar esse objetivo. Porém as comunidades rurais estão envelhecidas, os jovens não ficam mais, hoje tem muito trabalho na cidade.

O problema hoje não é tanto a questão da renda, porque você tem a possibilidade, às vezes, de você ter um salário melhor do que na cidade,

porque plantas medicinais, o leite hoje tem uma renda bem interessante, é atrativo! Pode-se tirar uma renda líquida, às vezes, em torno de R\$ 4.000, por mês com plantas medicinais e leite, o problema hoje é infraestrutura, pessoal não fica porque não tem *internet*, não tem telefone, não tem um espaço para jogar bola, um espaço para uma dança, as políticas públicas hoje não é voltada para a comunidade rural, nas cidades tem vários centros e canchas, isso se torna um atrativo, para puxar a população pra lá [...] eu acho que não só o governo, mas a própria sociedade tem que repensar o modelo, porque se você não melhorar a infraestrutura, o acesso à isso nas comunidades você vai estar tirando, e aí a minha pergunta [...] quem vai produzir comida? Se houvesse a possibilidade disso o pessoal voltaria. Se de repente tivesse acesso *internet* na comunidade, muitos lugares não tem nem acesso a sinal de celular [...] fica isolado, se essas estruturas existissem os jovens voltariam [...] e a mão de obra hoje tem que ser renovada no meio rural porque quem permanece são as pessoas de mais idade, e muitos desses tem benefícios sociais, aposentados ou tem bolsa família, é um pessoal que não está muito ligado ao trabalho do campo, porque não aguenta mais ou por comodismo mesmo, porque o bolsa família cria algumas dependências, porque não tem nada que exija dele estar envolvido em um processo de geração de renda [...] então uma grande parte dos beneficiários do bolsa família ficaram no comodismo. Se o programa bolsa família trabalhasse um outro lado, de capacitação para receber a renda e a participação como exigência para poder obter a renda.

6- A Cooperativa foi fundada por quem?

Pelos cooperados, lançou-se uma proposta aos agricultores da região, para que tivessem uma alternativa de renda que não prejudicasse as florestas da região envolvendo a necessidade de organizar o processo de comercialização, a primeira sede da cooperativa ficava na cidade do Turvo, depois mudou pra cá [...] o IAF e a Cooperativa um complementa o outro [...] o IAF organiza o processo de produção e a Cooperativa faz o processo de comercialização, a renda da cooperativa [...] é para manter a própria cooperativa e seria para manter a equipe técnica, mas a manutenção da equipe técnica pela Cooperativa ainda não acontece [...] isso é algo que deve ser repensado, os

técnicos do IAF são pagos através de projetos [...] o nosso objetivo é que a própria produção da Cooperativa pudesse bancar o trabalho dos técnicos [...] atualmente, o IAF é sustentado através da captação de recursos, elaborando projetos para ministérios, organizações internacionais e outras instituições. Porém esses projetos têm um período de durabilidade curto, então tem que estar sempre elaborando projetos [...] As fontes de recursos vêm de diversas organizações e parceiros, não somente da produção, por exemplo a Brookfield [...]. eles pagam técnicos, pagam combustível, fornecem transporte para que a gente pudesse executar a geração de renda pra essas famílias. A Natura, O Boticário também são nossos parceiros nesse sentido.

7- A estrutura física da Cooperativa e do IAF é em conjunto?

Sim, mas vai ser diferente, tá assim porque não tá pronto e nós tivemos um problema sério no início do ano passado, tivemos um incêndio (em uma das unidades de secagem de plantas medicinais) com um prejuízo de R\$ 240,00 e nós ainda não conseguimos nos recuperar desse prejuízo, como queimou o produto que proporciona o nosso capital de giro ficou muito difícil de se recuperar, então isso era para estar tudo pronto, mais tarde as unidades vão ser reorganizadas [...] até o final de 2013.

A estrutura física da Cooperativa sempre esteve no mesmo lugar, o IAF antes tinha seu escritório no centro da cidade do Turvo.

8- Os cooperados residem apenas na área rural do Turvo?

Não [...] nós temos cooperados em Turvo (90), Boa Ventura de São Roque (40), Guarapuava, Santa Maria do Oeste (2), Iretama (4) e Palmital (1).

9- Os cooperados possuem por algum tipo de liderança?

A diretoria representa a liderança, diretoria formada pelos próprios agricultores, os membros da diretoria são: presidente, vice, secretário e três vogais [...] são seis membros e tem mais o conselho fiscal que são três pessoas, e eu faço parte do conselho fiscal.

10- Quem tem o direito a participar das assembleias e tem direito ao voto?

Todos os cooperados participam e todos tem direito ao voto (mesmo os que moram em outros municípios) [. ..] as assembleias ocorrem uma vez por ano que são as ordinárias e, algumas vezes ocorrem assembleias extraordinárias para discutir problemas eventuais, como no caso da reestruturação [...] A diretoria é eleita através da assembleia [...] a diretoria geralmente se reúne uma vez por mês.

A Coopaflores é considerada uma cooperativa de comercialização, fundada dentro dos princípios do cooperativismo.

11- Em geral que tipos de assuntos são tratados nas assembleias?

Prestação de contas, apresentação de relatório de atividades realizadas durante o ano. Com relação à diretoria, três pessoas da diretoria se reúnem toda semana, que é a executiva (presidente, vice e diretor financeiro), e a diretoria como um todo se reúne uma vez por mês.

12-Como que ocorre a divisão de lucros e sobras?

Hoje não existem sobras, mas é a assembleia que decide o que é feito com as sobras, então tem alguns fundos, que pelo estatuto são criados, por exemplo o FATS que é o Fundo de Assistência Técnica e Social e o Fundo de Reserva, então quando tem sobra, essa sobra vai para o fundo de reserva ou para os cooperados, mas a decisão disso é tomada em assembleia, esse Fundo de Reserva existe mas não há dinheiro porque hoje nós estamos em prejuízo e não tem dinheiro.

13-A remuneração do produtor é proporcional a sua produção?

É feito de maneira proporcional como uma empresa qualquer.

14-Caso algum cooperado queira se desligar da cooperativa, quais são os procedimentos?

Ele faz um ofício explicando o motivo pelo qual ele está se desligando, isso vai para assembleia, se ele não estiver devendo nada para cooperativa ele recebe o valor da quota (valor simbólico de R\$ 50,00 para que os agricultores possam se associar) de volta, se ele tiver algum débito com a cooperativa ele não pode se desligar enquanto não quitar o débito.

15-Caso haja algum acidente que necessite de recursos financeiros, de onde esses recursos são tirados?

Viria do Fundo de Reserva, mas como não há dinheiro no momento no Fundo de Reserva, no caso do incêndio nós fizemos uma campanha de arrecadação onde arrecadamos em torno de R\$ 30.000, porém o prejuízo foi em torno de R\$ 240.000.

16-Quais são as perspectivas futuras para o IAF e a Coopaflores?

A perspectiva maior, é reestruturar bem a Cooperativa para que ela possa se auto-sustentar [...] hoje em termos de mercado nossa perspectiva é firmar o comércio de caixinhas (caixinhas de chá [...] porque a maior parte dos produtos atualmente é vendido a granel) [...] nós gostaríamos de firmar isso no mercado para agregar valor ao produto [...] a unidade de beneficiamento está quase pronta. Hoje essa unidade de beneficiamento se encontra em uma propriedade rural a 8 km daqui, era uma cozinha comunitária que se transformou em unidade de beneficiamento.

17- A cooperativa almeja alcançar grandes proporções?

No nosso caso não, o que a gente quer é fortalecer o comércio de caixinhas e o comércio de exportação de erva-mate, mas ele vai até onde dá a própria capacidade dos cooperados.

APÊNDICE C - Transcrição entrevista cooperada 3 – Turvo

1- Como que você vê as condições econômicas e sociais da agricultura familiar hoje?

Está um pouco melhor do que antes porque agora nós temos mais acesso aos meios de produção diferentes [...] acesso ao comércio e conhecimento.

2- Você acha que a modernização da agricultura afetou a agricultura familiar?

Afetou porque nós produzimos o orgânico e nas grandes lavouras são usados venenos e muitas vezes, esse veneno atinge a nossa área de produção [...] então afeta muito.

3- Quais as principais dificuldades enfrentadas por você e sua família?

Hoje, pra mim, a principal dificuldade é a saúde, eu não consigo mais trabalhar como antes e também a falta de mão de obra, né para trabalhar no campo [...] o trabalho não rende e os jovens também não querem ficar no campo por não ter uma renda melhor pra ele.

4- Quais foram as alternativas que vocês encontraram para continuar morando na área rural?

Para mim é a cooperativa e o meu marido trabalha fora então nós conseguimos viver [...] meu marido é autônomo, é pintor.

5- Desde quando você cooperada da Coopaflores?

Desde que começou.

6- Quais as espécies que você produz na sua propriedade?

Alcachofra, Menta, Sálvia e Tanchagem, entregamos verde.

7- Além da produção de ervas medicinais o que mais você produz na sua propriedade?

Verduras para o consumo.

8- Na sua propriedade trabalham apenas os membros da família?

Só somos só o casal trabalhando mesmo.

9- Dentro da sua propriedade tem algum equipamento que auxilie no processo produtivo?

Não, temos não, é tudo manual.

10- Qual é a sua renda mensal ou anual vinda das plantas medicinais?

De R\$150,00 a R\$ 200,00.

11- Você acredita que é necessário e válido preservar o meio ambiente?

Sim é muito importante porque se a gente não preservar o meio ambiente o que será do futuro das minhas netas?

12- O que você entende por produção agroecológica?

Eu acho que isso é um benefício para saúde das pessoas que consomem esses produtos. Se você comparar o orgânico com o convencional, a qualidade é melhor, mas é mais difícil de produzir.

13- O que significa a Coopaflora para vocês?

Para mim tem uma importância muito grande [...] eu trabalho com gosto, porque o produto orgânico é reconhecido.

14- Quais são os principais benefícios que a cooperativa traz para vocês?

Tem os técnicos que acompanham a gente [...] faz a secagem quando a pessoa não tem secador [...] e também a comercialização.

15- Qual é a sua relação com a cooperativa?

[...] sempre estou presente nas reuniões, faço reuniões com grupos, trabalho aqui no pátio, isso aqui é a minha casa também.

16-Como e de quanto em quanto tempo você recebe o “pagamento” pela sua produção?

Em média a cada 40 dias, em dinheiro.

17 - Porque você acha que a cooperativa decidiu trabalhar justamente com plantas medicinais?

Olha, é difícil te explicar, mas é uma coisa que vinha há tempos [...] muitas pessoas já produziam [...] começou com 20 associados e hoje nós temos 147.

18 Qual é o seu nível de escolaridade?

Eu tenho até 5ª série.

19 Você já sentiu vontade de ir embora daqui e largar tudo?

Já, várias vezes [...], mas depois eu sento olho para o meu cantinho e penso melhor [...] porque lá é o paraíso [...] tranquilidade, sossego, pretendo continuar aqui até morrer.

20 Como você acha que vai estar a agricultura familiar no futuro?

Eu acho que hoje a agricultura familiar está a tendo muito apoio [...] hoje tem bastantes coisas que ajudam o agricultor familiar [...] como a própria cooperativa que dá um apoio aqui para nós, então, tem muita coisa boa que dá suporte para agricultura familiar.

APÊNDICE D - Transcrição entrevista cooperado 4 – Turvo

1- Como o senhor acha que estão as condições econômicas e sociais da agricultura familiar hoje?

Bom, vendo essa tua pergunta [...] a gente estimula o pessoal e ajuda o pessoal pelo seguinte, a respeito das plantas medicinais é uma renda a mais que você tem na propriedade, é uma coisa que casa bem também com as outras lutas rurais hoje, por exemplo, o leite também é uma coisa que dá pra trabalhar junto.

2- Como estão as famílias agricultoras hoje dentro da realidade atual?

Hoje tem poucas famílias na agricultura familiar porque o pessoal não se adaptou com essas coisas que a gente planta [...] mexer só com milho e feijão hoje não sobrevive mais na agricultura [...] o pessoal resolvei ir para cidade se empregar e *ficou* poucas pessoas na agricultura familiar.

3- Você acha que a modernização da agricultura afetou a agricultura familiar?

Com certeza, porque hoje os grandes produtores eles pegam a máquina e a máquina vai trabalhar por dez “pião”, vamos dizer [...] na agricultura familiar a pessoa já não tem condição para comprar uma máquina [...] aí vem as consequências e vai tirando o pessoal da lavoura [...] então os grandes produtores influenciaram muito.

4- Existem mais coisas em que a modernização da agricultura possa interferir na agricultura familiar?

Existe, por exemplo, hoje tem bastante crédito, mas teria que ter um juro quase que subsidiado para agricultura familiar, com juros reduzidos para agricultura familiar.

5 - Quais as principais dificuldades enfrentadas por você e sua família?

Várias [...] a gente quando chega a hora de colher a gente não acha mais mão de obra, eu dependo de mais pessoas para ajudar, porque duas pessoas não dão conta de colher para encher aquele secador lá se não não compensa, às vezes esse pessoal deixa de trabalhar para gente e vai trabalhar para um fazendeiro.

6 - O senhor acha que as APP's e reserva legal causam algum contratempo para vocês aqui?

Não, inclusive eu reflorestei mais ainda, cerquei tudo, tá tudo legalizado na reserva legal eu tenho erva-mate, mas só que tem que saber manejar inclusive plantando mais nativas.

7- Quais as alternativas que vocês encontraram para permanecer no campo?

Bom, primeiro as plantas medicinais não tinha o trabalho de homens [...] eram só as mulheres, porque há uns 20 ou 30 anos atrás elas tinham o clube de mães, as mulheres faziam artesanato [...] elas faziam chá, então elas estudavam para ver para quê era bom aquele chá, para que servia aquela planta, foi aí que começou, com o clube de mães [...] então de uns 10 anos para cá que surgiu a cooperativa e se teve abertura de comercialização de medicinais e aí é que se incentivou os homens a plantar, porque no meu caso eu plantava só o milho e feijão e leite [...] e aí as gente começou a plantar as medicinais que é uma renda garantida [...] não é mensal [...] às vezes é de 60 a 90 dias, mas isso foi uma alternativa excelente.

8- Desde quando o senhor é cooperado da Coopaflora?

Desde quando foi fundada a Coopaflora.

9- Quais são as espécies que o senhor produz aqui na propriedade?

Hoje eu estou produzindo Alcachofra, Orégano e tomilho, porque é muito difícil controlar as pragas por ser orgânico. Então tem que mudar o lugar, além disso, tem Cavalinha e Funcho.

10- O que mais o senhor produz em sua propriedade?

Tem milho, feijão, abóbora, mandioca, batata doce, verdura, porco, carneiro, e para vender só o leite e medicinais mesmo.

11- O senhor tem algum equipamento em sua propriedade?

Tem o picador e o secador [...] ah, e além das plantas medicinais que eu falei nós temos Pitanga e Carqueja [...] a Carqueja e Alcachofra nós picamos no picador.

12- Qual é a sua renda mensal ou anual de plantas medicinais?

Uns R\$ 13.000 por ano.

13- Vocês possuem mais alguma outra fonte de renda além do trabalho no campo?

Não, nós todos trabalhamos no campo só.

14- O senhor acha necessário e válido preservar a vegetação natural e preservar o meio ambiente?

Acho necessário e muito necessário, não só para os agricultores familiares, mas para os fazendeiros também, se eles reflorestassem uns 20 ou 30 metros para trás das cabeceiras, não trancassem as cabeceiras como acontece eu acho que ninguém vai se arrepender, porque eu não estou pensando só em mim, estou pensando nos meus filhos e netos, porque nós estamos vendo aí a que a questão climática está mudando e, por isso, nós temos que ter a consciência de além de preservar, plantar, ainda reflorestar.

15- O que o senhor entende por produção agroecológica?

Eu entendo que é uma coisa saudável [...] não só a saúde da gente, mas do povo que usa os produtos agroecológicos.

16- O que significa a Coopaflores para você?

É muito importante, porque nós entregamos para eles e vai até para exportação, é uma garantia de comercialização e não tem atravessador [...] então para nós é muito bom.

17- Quais os principais benefícios que a cooperativa traz para vocês?

Por exemplo, o adubo é a cooperativa que financia e nós “pagamos” com a colheita, e na parte técnica também, por causa dos técnicos que orientam na produção.

18- Como é a relação do senhor com a cooperativa? O senhor participa das assembleias e reuniões?

Diretamente, sempre estamos lá.

19-Como e de quanto em quanto tempo vocês “recebem” da Coopaflores?

De 30 a 90 dias, depende também da colheita, geralmente recebemos em dinheiro.

20-Qual seu nível de escolaridade?

Eu tenho 5ª série, os filhos têm faculdade e uns tão se formando.

21-O senhor já sentiu vontade ou necessidade de vender tudo e ir embora?

Várias vezes, porque tivemos problemas familiares [...] vendemos tudo e fomos para cidade e tudo mais [...] mais tarde entramos nas plantas medicinais e foi aí que nós firmamos aqui [...] mas prefiro a vida aqui.

22- O senhor já fez algum curso para trabalhar no campo?

Fizemos bastantes cursos [...] sempre cursos que tem troca de experiência.

23- O que senhor acha que vai acontecer com a agricultura familiar no futuro?

Eu acho que não acaba, mais enfraquece, por que não é fácil viver no campo, começar do zero [...] temos esperança que permaneça mas os filhos estão saindo [...] tinha que ter programas pra manter o jovem no campo [...] diversão e tudo mais [...] tinha que ter mais apoio político para eles.

APÊNDICE E – Transcrição entrevista cooperado 5 – Boa Ventura de São Roque

1- Como o senhor vê as condições da Agricultura Familiar hoje?

Tá bom, porque é uma renda a mais para a família [...] sem a cooperativa ia ser pior para mim porque dobra mais o gasto, com o dinheiro que eu pego do IAF tá me ajudando a investir em mais produtos e adubos [...] esse ano produzi mais de R\$ 2000,00 de “remédio” (plantas medicinais), eu entrego manjerição, salvia, capim-limão, menta.

2- O senhor acha que a modernização da agricultura afetou a agricultura familiar?

Afetou, porque eles colocam muito veneno [...] esses tempos atrás tem um rapaz aqui que plantou soja [...] eu tive que ir lá “prosear” com ele [...] eu disse você não me “ponhe ” veneno a favor do vento que vai me prejudicar aqui [...] ainda bem que o rapaz compreendeu.

3- Quais foram as principais dificuldades enfrentadas por vocês?

No transporte [...] ali com o IAF, eles colaboram mais com nós, eles vem com a camionetinha e levam [...] fica mais fácil pra nós.

4- Que tipo de auxílio a Coopaflores/IAF proporcionou a vocês?

Eles me ajudaram fazendo o adubo [...] fizemos adubo caseiro aqui, e estão ajudando no transporte também.

5- A quanto tempo o senhor é cooperado da Coopaflores?

Desde 2007.

6- Quais os produtos que o senhor produz aqui para Coopaflores?

Alcachofra, Capim-limão, Manjerição e Guaco.

7- Além das plantas medicinais, o que mais o senhor cultiva aqui?

Amora, feijão, milho e o bicho da seda.

8- Qual é a maior fonte de renda?

Pra mim é o bicho da seda [...] a medicinal é uma ajuda a mais, porque o bicho da seda é seis meses para formar [...] a vez passada eu cortei 25 quilos de capim, agora olha aí dobrou então ele aumenta.

9- O senhor trabalha só com a família? Usa algum tipo de equipamento?

Só família, só na enxada mesmo.

10- Qual é a sua renda aproximada vinda das plantas medicinais?

Em torno de R\$ 2000, 00 por ano.

11- Vocês possuem mais alguma fonte de renda fora da lavoura?

Tem o bolsa escola [...] três filhos recebem o bolsa escola.

12- O senhor acredita que seja realmente válido manter as reservas naturais?

Para nós, na verdade, a reserva é bom, mas em último caso falta terra pra plantar, então o governo podia enxergar uma parte da gente [...] fazer uma vistoria e ver que falta espaço para plantar [...] a minha reserva é grande, aqui tem três quartos de reserva, eles falam que é preciso preservar, mas eu acho que falta terra para plantar [...] aí eu tive que registrar essa reserva [...] a maior parte da propriedade é reserva aqui.

13- O que o senhor entende por produção agroecológica?

Se tiver o veneno vai prejudicar a saúde da pessoa de uma vez [...] nenhuma planta medicinal deve levar veneno [...] se tiver o produto químico no “remédio” tira o efeito do remédio.

14- Você acha que a ajuda da cooperativa é válida?

É válida sim [...] se eles não levassem essas plantas aqui “ia” prejudicar e não ia prestar mais [...]. Nós estamos sofrendo agora porque o secador queimou lá agora [...] nós temos o remédio e não tem secador pra secar.

15- O senhor participa das assembleias realizadas na cooperativa.

Sim participo, sempre participo das reuniões lá.

16- Como e de quanto em quanto tempo o senhor recebe o “pagamento” da Coopaflores?

É demorado um pouco, tá difícil de receber por causa do prejuízo que eles tiveram, mas antes disso era bem certinho, eles depositavam o dinheiro na minha conta, mas quando demora eles pagam os atrasados.

17- Qual o seu nível de escolaridade?

Analfabeto, os 2 maiores filhos tem ensino médio, os menores estão no ensino fundamental.

18- O senhor já sentiu vontade de arrendar suas terras ou teve vontade de ir embora daqui?

Não tenho vontade de sair daqui [...] desde que eu comecei a “lidar” com o bicho da seda deu certo aqui.

19- O senhor gosta de viver e trabalhar no campo?

Eu gosto do meu lugar, meu lugar é aqui, mas alguns dos meus filhos não ficam aqui.

APÊNDICE F - Transcrição entrevista cooperado 6– vice-presidente da Coopaflora - Turvo

1- A cooperativa é afiliada á alguma entidade de cooperativismo popular?

No caso a Coopaflora foi filiada à central das cooperativas da agricultura familiar de Francisco Beltrão, a UNICAFES que foi criada em 2006.

2- Como está a situação financeira da cooperativa?

Os problemas vêm se acumulando, e durante dois a três anos funcionou muito bem, mas as antigas diretorias buscavam cobrir algumas dívidas fazendo outras, e há mais ou menos 4 anos a cooperativa vem somando problemas e no final de 2012 e início de 2013 chegou ao máximo de dificuldade.

Por exemplo, foram pegos recursos do PAA, agora por último, e não conseguiram pagar. Para pagar essa dívida foi solicitado crédito à CRESOL, mas a situação foi se acumulando tanto e não teve mais jeito.

Eu acho que faltou acompanhamento da instituição, do PAA e das entidades de créditos, para que a solicitação de créditos fosse mais rigorosa.

Mas na verdade, nós agora ainda estamos tentando entender esse processo, agora existe uma nova diretoria, a cooperativa passou por uma reorganização, na qual o IAF e a Coopaflora se separaram. O problema é que se criou uma cooperativa dentro da ONG (IAF), e as administrações eram praticamente as mesmas, os créditos, os projetos eram feitos pelas duas entidades.

Agora estamos tentando reorganizar a situação financeira, separadamente, mas ainda mantendo a parceria com o IAF, porque é do IAF que vem o amparo técnico, é o IAF que dá a assistência técnica.

3- Como está o repasse dos valores de “lucro” da produção aos cooperados?

Em Turvo, através de projetos, a situação ainda está controlada, mas em Boa Ventura de São Roque alguns produtores ficaram mais de 8 meses sem receber nada.

Em maio começou a se trabalhar com a reestruturação, e foi feita uma dívida de mais de 50 mil com a CRESOL Turvo para pagar o pessoal do Turvo, só que em Boa Ventura nós não conseguimos fazer isso. Foi só agora, depois de umas vendas que nós fizemos é que conseguimos pagar o pessoal de Boa Ventura.

4- Que atitudes estão sendo tomadas neste momento para amenizar a situação financeira da cooperativa?

Reestruturando a cooperativa, fazendo a separação da cooperativa e do IAF e repassando 10% da produção para o pagamento das dívidas, e, além disso, estamos procurando não fazer mais nenhuma dívida.

Foi falado até que a cooperativa não conseguiria se manter sozinha, isso não é verdade, porque nós estamos vendo que estamos conseguindo se manter e pagar essas dívidas, e essa “melhora” aconteceu depois da separação.

5- Nesse momento, a diretoria da cooperativa é composta apenas por cooperados?

Sim, apenas por cooperados.

6- Qual é o produto mais vendido da Coopaflores? Qual produto gera mais lucro?

Na verdade o produto mais rentável que nós temos é o Tomilho, mas nós estamos sem mercado agora, hoje a erva-mate é o produto que é o carro-chefe da Coopaflores, vendida tanto no Brasil quanto em outros países. Principalmente a que é desidratada na estufa aqui da cooperativa, que é feita em um processo lento conservando as substâncias naturais da erva, porque nas “ervateiras” (estruturas de secagem nas propriedades dos cooperados), leva em torno de três horas para ter a erva seca, aqui não, aqui leva em torno de 30/36 horas pra secar a planta, aumentando a qualidade do produto e formando uma grande demanda.

7- Qual é o valor das despesas mensais da cooperativa?

Mais ou menos 6 mil reais com todas as despesas internas, fora as dívidas que foram adquiridas ao longo dos anos.

8- Como é a atuação da Natura em relação à cooperativa? (quais os benefícios que a Natura traz para a cooperativa, o que a Natura recebe em troca).

A Natura pegava boa parte da produção, hoje ela pega muito pouca coisa, hoje está mais ajudando como intermediária entre a cooperativa e outras empresas, indicando os produtos para as demais empresas, com isso nós tivemos grandes perdas de mercado, algumas das nossas espécies perderam mercado e outras que estavam sem comércio voltaram para o mercado também, o mercado tem altos e baixos, mas também depende muito do compromisso de cada um.

APÊNDICE G - Transcrição entrevista cooperado 7 – Representante faxinais na Coopaflora - Turvo

1- Quantos cooperados da Coopaflora são faxinalenses?

Em torno de quinze famílias de faxinalenses fazem parte da Coopaflora, sendo que dez dessas famílias são do Turvo (Faxinal Saudade Santa Anita) e cinco estão em Boa Ventura de São Roque.

2- Como é a atuação dos faxinais dentro da cooperativa? (qual é a relação desses faxinais com a cooperativa, desde quando a cooperativa está associada aos faxinais).

Os faxinais são referência em sustentabilidade, modos tradicionais e práticas que garantem a preservação dos recursos naturais, e como o trabalho da cooperativa é focado nessa questão de sustentabilidade e plantas medicinais, porque os faxinais aqui são áreas que tem muitas plantas medicinais e recursos naturais, deve ser isso que influenciou nessa relação.

Então o trabalho da cooperativa tem pontos em comum com o trabalho desenvolvido pelos faxinalenses, essa relação não existe apenas com a cooperativa e o IAF, mas tem a AGAECO também que trabalha nesse sentido.

3- Qual é a relação dos faxinais com a produção de plantas medicinais?

Os faxinalenses sempre trabalharam com plantas medicinais, porque entre as comunidades sempre existiram as benzedadeiras, as parteiras, que eram os médicos da época, hoje ainda existe, mas nem todo mundo sabe devido à contrariedade da igreja e dos médicos.

4- Desde quando os faxinalenses estão envolvidos com a cooperativa?

Nós temos aqui o Sr Neri, que é um faxinalense que foi também fundador da cooperativa, então o sistema faxinal sempre esteve envolvido com a Coopaflora desde a sua fundação.

5- Houve alguma alteração do perfil do faxinalense e do perfil do trabalho desenvolvido pelos faxinais devido às relações estabelecidas com a cooperativa?

A erva-mate sempre foi produzida para o mercado pelos faxinalenses, o que mudou foi o comércio das plantas medicinais que antes era usada só para o consumo próprio dos faxinalenses.

6- Como é o trabalho do faxinalense no campo? (o que produz, o que produzido de maneira compartilhada, quais são as principais características dos faxinais ainda presentes em Turvo).

Nos faxinais a produção dos alimentos e a criação de animais são feitos tanto individualmente quanto em comunidade. A renda obtida pelos faxinalenses vem da erva-mate, do pinhão e das plantas medicinais.

Então a terra é bem aproveitada, se fosse pra derrubar toda a mata e produzir uma só cultura, como infelizmente vem acontecendo, ia ser bem menos rentável. Dessa forma nós mantemos os aspectos, sociais econômicos e ambientais.

E agora houve um fortalecimento dos faxinais e da questão ambiental por meio da Cartografia Social que buscou identificar as comunidades tradicionais que existem no Paraná, dentre elas os faxinais, que foram identificados e mapeados através deste trabalho de cartografia social, porque antes se dizia que o sistema faxinal estava se acabando, mas depois desse trabalho foram identificados muitos mais faxinais no Paraná.

7- As mulheres possuem um papel importante dentro desse contexto?

As mulheres são bem organizadas nos aspectos sociais, isso é percebido pelo movimento das benzedadeiras.

APÊNDICE H – Termo de compromisso de pesquisa

A Pesquisa **O cooperativismo como base de apoio à agricultura familiar no município de Turvo-PR** visa Realizar uma análise da área rural do município do Turvo-PR, com o intuito de observar os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais dos pequenos produtores do município a partir da atuação da Coopaflora - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo, e do IAF – Instituto Agroflorestral, levando em consideração, a importância que a agroecologia e o cooperativismo possuem no contexto da modernização agrária e na constituição de territórios alternativos no espaço rural.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco ao/a informante.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é a mestranda Tatiane Leal Bastos, do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-UEM, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelo telefone: (42) 99313583/36249498, ou ainda pelo e-mail: thatyxleal@gmail.com.

Turvo, _____ de _____ de 2013

Tatiane Leal Bastos
Mestranda PGE-UEM

Participante da pesquisa

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL DA COOPAFLORA

ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS, FLORESTAIS E ARTESANAIS DE TURVO - COOPAFLOA, APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2006.

CAPÍTULO IDA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E ANO FISCAL

Art. 1 - Com a denominação de COOPERATIVA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS, FLORESTAIS E ARTESANAIS DE TURVO - COOPAFLOA, foi na data de 27 de janeiro de 2006, constituída sob a forma de Sociedade Cooperativa, sem fins lucrativos, que se regerá pelas disposições do presente Estatuto e pelas leis e regulamentos vigentes, tendo:

I - sede e administração na Cidade de Turvo, Estado do Paraná, provisoriamente à Avenida Nossa Senhora Aparecida n° 903, 1° Andar, Sala A, bairro centro, cep 85150-000;

II - foro jurídico na Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná;

III - área de atuação para efeito de admissão de associados neste município, podendo expandir-se a todos os municípios situados na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná;

IV - prazo de duração indeterminado e ano fiscal compreendido no período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO IIDOS OBJETIVOS

Art. 2 - A COOPERATIVA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS, FLORESTAIS E ARTESANAIS DE TURVO - COOPAFLOA, tem como objetivo principal, a organização dos trabalhadores da agricultura familiar, extrativistas e artesanais da região, sem distinção de raça, cor e credo político ou religioso, visando o seu desenvolvimento, a sustentabilidade e a preservação ambiental, na produção, industrialização e comercialização de produtos

SMSPR
O.M.
S.P.O.
A.C.C.
K.H.
Dn R.C.B.
J.R.C.
S.C.C.A.S.
L.C.B.
M.S.C.C.
T.S.S.
A.C.
S.A.C.A.
F.S.R.
E.A.M.C.
S.R.S.
A.S.O.S.
Z.
E.A.C.S.
A.S.O.G.
G.H.
D.W.A.
S.P.B.
P.J.J.
S.A.R.

§ 8º - Usar recursos do FUNDO DE ASSISTENCIA TECNICA. EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES, para a consecução do previsto nos § 1º e 2º deste artigo.

Art. 5 - Para o desempenho dos objetivos e funções que as leis atribuem ou consintam às sociedades desta natureza, a Cooperativa poderá firmar convênios ou parcerias com entidades públicas ou privadas, bem como contratar serviços ou assistências necessárias.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DA ADMISSÃO

Art. 6 - Poderá associar-se à Cooperativa, qualquer pessoa física maior e capaz, que tendo livre disposição de sua pessoa, se enquadre ou venha a se enquadrar nos objetivos da entidade, concorde com as disposições deste Estatuto e que não exerça atividade que possa colidir com os interesses e objetivos da mesma.

Art. 7 - O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, respeitada a viabilidade técnica de prestação de serviços, não podendo, em hipótese alguma, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

§ 1º - As pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e outras cooperativas também poderão ser admitidas como associadas, sendo-lhes no entanto, vedado o acesso aos cargos dos órgãos de administração e fiscalização.

§ 2º - Os funcionários, da Cooperativa poderão associar-se, respeitadas as limitações estabelecidas no artigo 57 deste Estatuto.

§ 3º - A viabilidade técnica a que se refere o “caput” deste artigo, será definida e baixada pelo Conselho de administração na forma do disposto no § 2º do artigo 41 deste Estatuto, levando em conta a capacidade física das instalações e situação financeira da Cooperativa.

Art. 8 - Para associar-se o interessado preencherá e assinará a respectiva proposta de admissão fornecida pela Cooperativa, apresentando no ato da inscrição, cópia do CPF e documento de identificação, bem como o endereço residencial e principal ramo de atividade produtiva.

§ 1º - O interessado, após protocolar a proposta de admissão, deverá frequentar curso básico de cooperativismo ou assistir palestra ministrada pela Cooperativa, para tomar conhecimento das características e os deveres e direitos dos cooperados.

§ 2º - No ato da admissão, o associado firmará documento manifestando concordância com as disposições estatutárias e com as normas internas da Cooperativa, comprometendo-se a não praticar atos que possam colidir com as finalidades, interesses e objetivos da entidade.

§ 3º - Havendo contratos em andamento, o novo associado poderá ser incluído, devendo aderir a todas cláusulas pré-estabelecidas.

§ 4º - No caso de o interessado ser pessoa jurídica, esta apresentará seus atos constitutivos e nomeará o seu representante que, para quaisquer efeitos, terá os mesmos direitos e deveres dos demais associados, exceto o de ser votado.

§ 5º - Verificados todos os procedimentos, o candidato fornecerá todos os dados para o preenchimento de sua ficha cadastral, subscreverá as quotas-partes nos termos deste Estatuto e, juntamente com o Diretor Presidente da Cooperativa, assinará o Livro ou Ficha de Matrícula.

§ 6º - A subscrição das quotas-partes e sua assinatura no Livro ou Ficha de Matrícula, completam a sua admissão como associado.

Art. 9 - Cumprido o que dispõe o artigo anterior e seus parágrafos, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS

Art. 10 - São direitos dos associados:

§ 1º - Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados, respeitando-se as restrições expressamente limitadas por Lei e por este Estatuto.

§ 2º - Participar de todas as atividades que constituem os objetivos da Cooperativa, com ela operando em todos os setores, obedecendo-se as normas operacionais aprovadas pela mesma.

§ 3º - Propor ao Conselho de Administração ou às Assembléias Gerais, medidas

de Interesse da Cooperativa.

§ 4º - Votar e ser votado para cargos do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, respeitadas as limitações contidas na Lei e neste Estatuto.

§ 5º - Examinar na sede social, em qualquer tempo, os registros constantes no Livro de Matrícula.

§ 6º - Demitir-se da sociedade quando lhe convier.

§ 7º - Solicitar a qualquer tempo, esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa, podendo ainda consultar, na sede da sociedade, os Livros Contábeis e o Balanço Geral, a partir da data da publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária.

SEÇÃO III

DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

Art. 11 - São deveres e obrigações do associado:

§ 1º - Subscriver e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos.

§ 2º - Entregar à Cooperativa, sua produção objeto de comercialização desta e com ela realizar as demais operações que constituam seus objetivos econômico-sociais.

§ 3º - Cumprir disposições da Lei, do Estatuto, as deliberações das Assembleias Gerais, bem como se portar dentro dos padrões éticos e morais de conduta, abstando-se da prática de qualquer ato capaz de denegrir a imagem e o conceito da Cooperativa.

§ 4º - Participar ativamente de sua vida societária e empresarial, cumprindo seus compromissos com a Cooperativa.

§ 5º - Prestar à Cooperativa, esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultaram associar-se.

§ 6º - Cumprir pontualmente as obrigações financeiras assumidas direta ou indiretamente com a Cooperativa, acolhendo suas deliberações quanto aos encargos financeiros e demais acessórios que sobre aquelas incidirem.

§ 7º - Comunicar ao Conselho Administrativo, previamente e por escrito, a interrupção temporária das suas atividades, indicando o motivo.

§ 8º - Não ingressar no quadro de associados de outras cooperativas com os mesmos objetivos sociais, dentro da mesma área de ação.

§ 9º - Não exercer dentro da Cooperativa, atividades que impliquem em discriminação racial, política, religiosa ou social.

§ 10º - Participar das perdas ou prejuízos eventualmente apuradas em balanço, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las.

§ 11º - Zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa, colocando os interesses da coletividade acima dos interesses individuais e abster-se de praticar qualquer ato contrário ao espírito e princípios do cooperativismo, usando a estrutura física ou administrativa da sociedade com o propósito de auferir vantagens pessoais.

Art. 12 - O associado responderá subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa, até o valor do capital por ele subscrito e, ao montante das perdas que lhe cabam, na proporção das operações que houver realizado com esta.

§ único - A responsabilidade do associado a que se refere o "caput" deste artigo perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, e só poderá ser invocada, depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 13 - Em caso de falecimento do associado, os seus herdeiros terão direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto e respondem pelos seus débitos existentes na sociedade, assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

§ único - Durante o período do inventário, será permitido ao inventariante realizar operações com a Cooperativa, em nome do espólio, apresentando para tanto a competente autorização judicial.

SEÇÃO IV

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 14 - A demissão do associado que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido dirigido ao Diretor Presidente em documento próprio, sendo por este levada ao conhecimento do Conselho de Administração em sua primeira reunião e averbada no Livro ou Ficha de Matrícula, mediante termo assinado pelo Diretor

Presidente.

§ 1º - O associado demitido poderá reingressar no quadro social, ressalvado os impedimentos legais e estatutários, desde que realize todo capital que detinha na Cooperativa ao deixar de ser associado, devidamente corrigido, nos termos do § 4º do artigo 18 deste Estatuto, em um único ou mais pagamentos, de acordo com resolução do Conselho de Administração.

§ 2º - Caso o capital corrigido, na forma do parágrafo anterior, venha a ser inferior ao capital mínimo previsto para o ingresso de associados, a integralização deverá ser feita com base no valor deste último.

Art. 15 - Além de outros motivos, o Conselho de Administração poderá eliminar o associado que:

- I - venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com seus objetivos quer como pessoa física, ou na qualidade de titular, cotista, acionista ou preposto de pessoa jurídica;
 - II - levar a Cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
 - III - deixar de entregar a sua produção à Cooperativa, desviando-a ao comércio intermediário;
 - IV - deixar de realizar com a Cooperativa as demais operações que constituem seus objetivos econômico-sociais;
 - V - praticar atos que desabonem o conceito da Cooperativa;
 - VI - praticar crimes ambientais em sua propriedade ou na de terceiros;
 - VII - advertido formalmente, pela prática de qualquer ato que implique em violação de seus deveres e obrigações, vier a praticar qualquer outra infração
- § 1º - A eliminação do associado, aplicada em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, sendo que os motivos que a determinarem deverão constar de termo lavrado no Livro ou Ficha de Matrícula e assinado pelo Diretor Presidente.
- § 2º - A comunicação expressa do desligamento será remetida dentro do prazo de 30 (trinta) dias ao interessado, por processo que comprove datas de remessa e de recebimento e caso não seja encontrado o interessado, tal comunicação será suprida por publicação de Edital nas dependências mais comumente frequentadas da Cooperativa.

SINOPR
M. J. M.
C. R. S.
S. P. U.
G. R. C.
M. N. C. G.
J. R. C.
S. C. C. A. L.
L. C. A.
M. S. C. C.
T. S. S.
A. O.
S. A. C. A.
S. S. R.
E. A. M. C.
J. R. S.
A. S. C. S.
E. A. C. G.
A. S. O. G.
J. W. A.
P. J. J.
J. U. C.

§ 3º - O associado excluído poderá, dentro do prazo de no máximo 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da comunicação, ou 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do Edital, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral.

§ 4º - Para os efeitos do que dispõem os incisos III e IV, deste artigo, a Cooperativa com base no histórico das operações realizadas no exercício social, emitirá anualmente relatório conceituando os associados.

Art. 16 - A exclusão do associado será feita:

- I - por dissolução da pessoa jurídica;
- II - por morte da pessoa física;
- III - por incapacidade civil não suprida;
- IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

§ 1º - A exclusão do associado, fundamentada no disposto no inciso IV deste artigo, será feita por decisão do Conselho de Administração.

§ 2º - O associado excluído, depois de cessados os motivos que deram causa ao seu desligamento, poderá reingressar na sociedade, observando-se o processo de admissão, bem como o disposto nos § 1º e 2º do artigo 14 deste Estatuto.

Art. 17 - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado terá direito à restituição do Capital Integralizado, acrescido dos respectivos juros e das despesas que lhe tiverem sido creditadas.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois da aprovação, pela Assembleia geral, do balanço do exercício em que o associado tenha sido desligado da Cooperativa e poderá ser compensada, mediante apropriação, se houver débitos do associado junto à sociedade.

§ 2º - O Conselho de Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição do capital e dos juros sobre o capital, de que trata este artigo, seja feita:

- a) em parcela única, sendo observados os procedimentos para desligamento e os limites de Capital, fixados pelo Conselho de Administração, o que poderá estabelecer deságio em caso de pagamento à vista;

- b) em prazo e valor idênticos ao da sua realização, a partir do exercício financeiro seguinte ao do desligamento do associado.

§ 3º - No caso de morte do associado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma única parcela, mediante apresentação do respectivo Formal de Partilha ou Alvará Judicial.

§ 4º - Quando a devolução for parcelada, as parcelas serão atualizadas monetariamente, até a data de seus respectivos vencimentos, na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, sem a incidência de juros.

§ 5º - Ocorrendo demissões, eliminações e exclusões de associados em número tal que as restituições das importâncias referidas no presente artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem sua continuidade.

§ 6º - Os deveres dos associados perduram, para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 18 - O capital social da Cooperativa, subdividido em quotas-partes, será limitado quanto ao máximo, sendo variável conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a 1000 (mil) quotas-partes.

§ 1º - O valor unitário da quota-parte é de R\$ 1,00 (um real).

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, sendo sua subscrição, realização, transferência ou restituição, escripturada no Livro ou Ficha de Matrícula.

§ 3º - A quota-parte não pode ser objeto de penhor, mas seu valor realizado pode ser usado para um crédito na sociedade e correspondente como segunda garantia pelas obrigações que o associado contrair na Cooperativa.

§ 4º - O Capital Social, será corrigido monetariamente, de acordo com as determinações legais atinentes à correção monetária do balanço, sendo o seu resultado incorporado anualmente após o fechamento do balanço, às Contas de Capital dos Associados.

Art. 19 - Ao ser admitido, cada associado deverá subscrever o mínimo de 50 (cinquenta) quotas-partes e não mais do que 1/3 (um terço) do Capital Social da Cooperativa.

§ único - O associado poderá fazer a integralização de suas quotas-partes a vista ou em parcelas mensais de igual valor no prazo máximo de 5 (cinco) meses, mediante a emissão de Notas Promissórias em favor da Cooperativa, sujeitas a juros e demais encargos fixados pelo Conselho de Administração.

Art. 20 - Para implementar novas atividades, serviços ou investimentos, os associados interessados subcreverão quotas-partes em montante necessário a satisfazer os custos, se assim for deliberado pela Assembleia Geral e nas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21 - A Assembleia Geral dos Associados, que pode ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, com poderes dentro da Lei e deste Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam a todos, mesmo que discordantes ou ausentes.

Art. 22 - A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Diretor Presidente, após a deliberação do Conselho de Administração.

§ único - A Assembleia Geral poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após solicitação não atendida pelo Conselho de Administração.

Art. 23 - Não terá direito a voto na Assembleia Geral, o associado que:

I - tenha sido admitido após a sua convocação;

II - tenha sido formalmente advertido por qualquer ato contrário a seus deveres e obrigações, perdurando o impedimento até a primeira Assembleia Geral Ordinária;

III - esteja com sua eliminação proposta perante o Conselho de Administração.

Art. 24 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo 22 e seu parágrafo único, as

DMSP
SIC
LCC
LCC
M.R.C.
J.R.C.
S.C.C.A.
L.C.A.
M.B.C.C.
T.S.S.
C.O.
S.A.C.A.
J.S.R.
E.A.M.C.
J.R.S.
A.C.S.
S.P.A.
R.P.A.
E.C.C.G.
A.S.O.C.
D.H.
P.W.A.
S.C.C.
S.C.C.
S.C.C.

Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para a primeira convocação, de 1 (uma) hora após para a segunda convocação e de 1 (uma) hora após a segunda, para a terceira convocação.

§ único - As 3 (três) convocações podem ser feitas em um único edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 25 - Devem constar dos Editais de Convocação das Assembléias Gerais:

I - a denominação da Cooperativa, o número do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, seguida da expressão "Convocação de Assembléia Geral" Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;

II - o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social da Cooperativa;

III - a seqüência ordinal das convocações;

IV - a ordem do dia dos trabalhos com as devidas especificações;

V - o número de associados existentes na data de sua expedição, para efeito de cálculo do número legal ("quorum") de instalação;

VI - o nome por extenso, bem como a respectiva assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso de a convocação ser feita por associados, o edital será assinado, por no mínimo, pelos 4 (quatro) signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências da Cooperativa mais comumente frequentadas pelos associados, publicados em jornal, comunicados por circulares aos associados e outros meios de divulgação.

Art. 26 - O número legal ("quorum") para a instalação da Assembléia Geral, obedecido o disposto no artigo 23, será:

I - 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação;

II - metade mais um dos associados em segunda convocação;

III - mínimo de dez associados, em terceira convocação.

§ único - Para efeito de verificação do "quorum" de que trata este artigo, o número de associados presentes em cada convocação, será apurado por suas assinaturas apostas

12

no Livro de Presença, ou controle equivalente.

Art. 27 - Não havendo "quorum" para a instalação da Assembléia nos termos do artigo 24, será feita nova convocação, também com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ único - Se ainda assim não houver "quorum" para a instalação, admite-se a intenção de dissolver a sociedade.

Art. 28 - Quando houver eleição, a Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo observadas as mesmas exigências de "quorum" do artigo 26.

Art. 29 - É de competência das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ único - Ocorrendo destituições, ou vacância, em quantidade que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembleia Geral designar administradores e fiscais provisórios, até a posse dos novos eleitos, cuja eleição para completar o mandato, se realizará dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 30 - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Diretor Presidente, que será auxiliado pelo Diretor Secretário, sendo pelo primeiro, convidados para participarem da mesa os ocupantes de cargos sociais e autoridades presentes.

§ 1º - Na ausência e eventuais impedimentos do Diretor Secretário da Cooperativa e do seu substituto, o Diretor Presidente convidará outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva Ata (secretário "ad-hoc").

§ 2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião, e secretariados por outro associado convidado por aquele, compoando a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 31 - Os ocupantes de cargos sociais, bem como quaisquer outros associados, apesar de não poderem votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, dentre os quais o de prestação de contas, não ficam privados de tomar parte nos respectivos debates.

§ único - O associado, mesmo ocupante de cargo eletivo na sociedade, que em qualquer operação tiver interesses opostos as da Cooperativa, não poderá participar das deliberações que versarem sobre tal operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 32 - Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos o balanço e as contas do

exercício, o Diretor Presidente, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis, do Parecer do Conselho Fiscal e do Laudo de Auditoria, solicitará ao plenário que indique um associado ou uma autoridade cooperativista presente, para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Diretor Presidente, demais Diretores e Conselheiros Fiscais ficam à disposição da Assembleia Geral para esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, dentre os associados presentes, um secretário para aquele ato ("ad-hoc") que auxiliará na redação das decisões a serem posteriormente incluídas na Ata pelo Secretário da Assembleia.

Art. 33 - As deliberações das Assembleias Gerais devem apenas versar sobre assuntos constantes do Edital de Convocação e com os que com eles tiverem direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação é a descoberto, com a manifestação dos contrários à aprovação, fazendo-se a verificação pela contagem dos votos vencidos, podendo a Assembleia optar pelo voto secreto, atendendo-se então as normas usuais.

§ 2º - Cada associado terá direito a um voto, independentemente do número de quotas-partes que possua.

§ 3º - As ocorrências verificadas na Assembleia Geral deverão constar de Ata, lavrada de forma sucinta em Livro próprio, a qual, após lida e aprovada, será assinada pelos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, presentes à reunião, juntamente com uma comissão composta de 8 (oito) associados presentes, designados pela Assembleia Geral para este fim ou ainda por quantos queiram fazê-lo.

§ 4º - Havendo a impossibilidade de registrar-se em Ata, de imediato, todo o trabalho desenvolvido na Assembleia Geral, esta poderá ser gravada em fita magnética, para posterior lavratura da Ata, ficando à disposição da comissão de que trata o parágrafo segundo, bem como dos demais associados interessados, até a aprovação e assinatura daquela.

§ 5º - As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria simples de voto.

Art. 34 - Prescrevem em 4 (quatro) anos, as ações para anular as deliberações da Assembleia Geral viciada de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou deste Estatuto, contando o prazo da data em que a Assembleia tiver sido realizada.

S.M.S.P.R.

S.P.O.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

S.C.C.

SECAO IIDA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 35 - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da Ordem do Dia:

I - Prestação de Contas do Conselho Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório da Gestão;
- b) Balanço
- c) Demonstrativo das Sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;
- d) Parecer do Conselho Fiscal;
- e) Plano de Atividade da sociedade para o exercício seguinte;

II - destinação da sobras apuradas ou ratcio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os fundos obrigatórios;

III - eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso;

IV - quando da eleição do Conselho de Administração, fixar valores dos honorários ou gratificações para os diretores executivos que cumpram tempo integral, o valor das cédulas de presença para os demais membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, pelo comparecimento às respectivas reuniões bem como a forma de reajustamento destes até o término dos mandatos;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluído os enumerados no artigo 37 deste Estatuto.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não poderão participar das votações referidas nos incisos I e IV deste artigo.

§ 2º - A aprovação do Relatório, Balanço, e Contas do Conselho de Administração, desonera seus componentes da responsabilidade pelos atos praticados no respectivo exercício, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou

SNISPR
SPO
M.R.C.
J.R.C.
S.C.C.A.
L.C.A.
M.B.C.C.
E.S.S.
A.C.A.
S.A.C.A.
J.B.R.
F.A.M.C.
J.R.S.
A.C.C.S.
E.C.C.G.
A.S.C.G.
J.W.A.
J.W.B.
J.W.C.

simulação, bem como de infração da Lei e deste Estatuto.

SEÇÃO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 36 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Art. 37 - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - reforma do Estatuto;
- II - fusão, incorporação ou desmembramento;
- III - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- IV - contas do liquidante.

§ único - São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 38 - A COOPERATIVA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS, FLORESTAIS E ARTESANAIS DE TURVO - COOPAFLOTA, será administrada por um Conselho de Administração formado por 6 (seis) membros, composto de uma Diretoria Executiva com funções de direção e por Membros Vogais sem funções de direção, sendo que:

I - a Diretoria Executiva será formada por um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Secretário, cujas atribuições são definidas neste Estatuto;

II - o Conselho de Administração será eleito em Assembléia Geral Ordinária, para um mandato de 3 (três) anos e tomará posse na própria Assembléia que o eleger;

15



SMS PR

M. R. C.

S. R. C.

L. E. C.

F. R. C.

M. R. C.

J. R. C.

S. R. C.

L. E. C.

M. S. C.

T. S. S.

A. C. C.

S. A. C. A.

J. S. R.

E. A. M. C.

J. R. C.

A. S. C. S.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

E. C. C.

16

III - os atos deliberativos do Conselho de Administração serão tomados em reunião na forma prevista no inciso II do artigo 40 deste Estatuto;

IV - os atos administrativos e de direção do Conselho de Administração serão realizados pela Diretoria Executiva.

§ 1º - É obrigatória ao término de cada período de mandato, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) do total dos membros do Conselho de Administração, podendo a Diretoria Executiva concorrer para apenas uma reeleição.

§ 2º - Os diretores eleitos e os administradores contratados não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas respondem solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo, salvo se tais atos tenham sido ratificados pela Assembléia Geral ou a Cooperativa deles tenha logrado proveito.

§ 3º - Os diretores e administradores que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 39 - Os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ único - Sem prejuízo da ação que couber a qualquer associado, a sociedade, por seus dirigentes, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os diretores e administradores para promover a sua responsabilidade.

Art. 40 - O Conselho de Administração será regido pelas seguintes normas:

I - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, da maioria do próprio Conselho de Administração, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal:

II - Delibera validamente com a presença da maioria de seus membros, sendo proibida a representação e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate;

III - As deliberações serão consignadas em Atas, lavradas no Livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

§ 1º - Nos impedimentos e ausências do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor Vice-Presidente, o qual será empossado no cargo em caso de vacância.

1. destinadas a cobrir as despesas dos serviços da sociedade; 2. destinadas a cobrir encargos financeiros das operações que os associados contratarem com a Cooperativa;

d) fixar normas específicas para a comercialização de produtos e fornecimento de insumos para os associados;

e) estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade;

f) deliberar sobre admissão, advertência, demissão, eliminação e exclusão de associados;

g) adquirir e alienar bens imóveis da Cooperativa, com expressa autorização da Assembleia Geral;

h) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

i) contratar profissionais fora do quadro social, sempre que se fizer necessário e fixar valores de honorários e demais normas;

j) abrir, transferir e encerrar postos de recebimento e distribuição de produtos e bens de produção, entrepostos, escritórios e depósitos, de acordo com a necessidade de atendimento aos seus associados;

k) criar ou extinguir Comitês Educativos nas comunidades da área de ação da Cooperativa, bem como o Comitê Educativo Central, inclusive instituir ou alterar seus regimentos;

l) constituir mandatários com limitações de poderes e prazo;

m) instituir o Regimento Interno da Cooperativa, zelando pelo cumprimento da Lei do Cooperativismo e outras aplicáveis;

II - por atos dos diretores executivos:

a) avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros e dos meios necessários para o atendimento das operações e serviços;

b) estimar a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;

c) contratar profissionais qualificados, para as funções de gerência e fixar normas para admissão e demissão de empregados;

SMSPR
SPO
M.R.C.
J.R.C.
L.C.A.
M.S.C.
T.S.S.
S.A.C.R.
J.P.R.
E.A.M.C.
J.R.S.
A.S.C.
R.
E.A.C.
A.S.O.G.
J.W.A.
J.P.B.
P.B.J.
J.P.C.

d) fixar normas de disciplina funcional, estabelecer a política salarial, estipulando os salários e remunerações;

e) fixar, quando conveniente, limites de fiança ou seguro de fidelidade para empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;

f) indicar os bancos nos quais devem ser feitos os depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite máximo que pode ser mantido em caixa;

g) firmar contratos ou convênios com órgãos oficiais ou particulares, para prestação ou recebimento de assistência técnica, social, educacional, financeira ou outros de interesse da sociedade;

h) fixar critérios para a liberação de verbas, empréstimos e adiantamentos a associados, por conta da produção entregue ou a entregar;

i) participar de seminários, cursos e eventos, representando a sociedade, ou designar representante;

j) viajar para tratar de assuntos de interesse da Cooperativa ou designar representante.

§ 1º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de seu pessoal contratado, para auxílio no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que o mesmo apresente, previamente projetos sobre questões específicas.

§ 2º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de resoluções ou instruções que poderão ser incorporadas ao Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 42 - Ao Diretor Presidente competem, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - presidir o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva e supervisionar as atividades da Cooperativa;

II - assinar juntamente com outro Diretor Executivo ou procurador, cheques e outros documentos bancários;

III - assinar juntamente com outro Diretor Executivo ou procurador, correspondências, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

IV - convocar e presidir as reuniões do conselho de Administração, e, normalmente as Assembléias Gerais;

V - apresentar à Assembléia Geral a prestação de contas do Conselho de

19

SPR

M. T. de A. G.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

S. P. C.

Administração, de que trata o inciso I do artigo 35 deste Estatuto:

VI - representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo e fora dele;

VII - proferir o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração.

Art. 43 - Ao Diretor Vice-Presidente competem, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - assessorar e assistir permanentemente o trabalho do Diretor Presidente, substituindo-o nas suas eventuais ausências ou impedimentos;

II - assinar juntamente com outro Diretor Executivo ou procurador, cheques bancários, contratos, correspondências e demais documentos constitutivos de obrigações.

Art. 44 - Ao Diretor Secretário competem, dentre outras as seguintes atribuições:

I - secretariar e lavrar as Atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes às suas atribuições;

II - assinar juntamente com outro Diretor Executivo ou procurador, cheques bancários, contratos, correspondências e demais documentos constitutivos de obrigações;

III - substituir o Diretor Vice-Presidente em suas eventuais ausências ou impedimentos.

Art. 45 - Os atos e operações da Cooperativa serão realizados mediante assinatura conjunta de:

I - dois Diretores Executivos; ou

II - um Diretor Executivo e um procurador legalmente constituído pelo Conselho de Administração; ou ainda,

III - dois procuradores, se tais poderes lhes forem outorgados.

SEÇÃO V

DO COMITÊ EDUCATIVO

SMS PR

Am

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

SPC

Art. 46 - O Comitê Educativo será formado oportunamente, por 3 (três) associados, nomeados pelo Conselho de Administração, sem que possua, entretanto, qualquer poder de ação ou de deliberação administrativa.

Art. 47 - O Comitê Educativo visa:

I - a promoção constante da educação cooperativista nas seguintes bases:

- a) difundir entre os associados os princípios do cooperativismo, sua história e filosofia;
- b) esclarecer aos associados quanto a seus direitos e deveres e obrigações na Cooperativa, ao funcionamento e à administração da mesma;
- c) orientar os associados com relação às operações e serviços da Cooperativa e à forma de como de como podem ser utilizados;
- d) colaborar na promoção das Assembléias Gerais, encarregando-se especialmente dos programas que devem merecer exame;
- e) promover a Cooperativa e o cooperativismo entre os associados;
- f) promover o cooperativismo junto a outras entidades e o público em geral, difundindo as realizações, possibilidades e projetos da Cooperativa;

II - ser o principal elo de comunicação dos associados com a administração da Cooperativa e vice-versa, devendo para isso:

- a) levar à administração as aspirações, opiniões, pareceres ou reclamações dos associados, sobre a atuação da Cooperativa;
- b) levar aos associados o pensamento da administração sobre medidas que foram ou serão tomadas, divulgando junto aos associados, com as necessárias explicações, as decisões administrativas da Cooperativa;
- c) promover a harmonia entre os associados e a administração e entre os associados e os funcionários, criando um clima de cooperação necessário ao desenvolvimento perfeito das atividades da Cooperativa;
- d) assessorar o Conselho de Administração em decisões, quando for consultado;
- e) apresentar à administração, sugestões para soluções de problemas.

SEÇÃO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 48 - A Administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Art. 49 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de, no mínimo 3 (três) de seus membros, sejam efetivos ou suplentes.

§ 1º - Em sua primeira reunião, depois de eleito, escolherá dentre seus membros efetivos, um coordenador incumbido de convocar e presidir as reuniões e um secretário para lavratura da Ata.

§ 2º - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

§ 3º - Quando da convocação dos Conselheiros Fiscais para reuniões, serão também convidados os suplentes para assisti-las, sem direito a voto, podendo entretanto, exercê-lo quando convocados para suprir falta do titular.

§ 4º - Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

§ 5º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de Ata, lavrada no Livro próprio e assinada em cada reunião pelos 3 (três) conselheiros presentes.

§ 6º - O membro do Conselho Fiscal que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, perderá o cargo automaticamente.

Art. 50 - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração convocará a Assembléia Geral para o devido preenchimento dos cargos vagos.

Art. 51 - Ao Conselho Fiscal compete exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I - conferir, mensalmente, o saldo de numerário existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

II - verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da

SIMPOR

M. S. C.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

S. P. O.

Cooperativa:

- III - verificar se os montantes das despesas e das inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- IV - verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem, em volume, qualidade e valor às previsões feitas e as conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- V - verificar se o Conselho de Administração vem se reunindo e se existem cargos vagos na sua composição;
- VI - averiguar se existem reclamações de associados quanto aos serviços Prestados;
- VII - verificar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- VIII - averiguar se há problemas com empregados;
- IX - verificar se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem quanto aos órgãos do cooperativismo;
- X - averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros, estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;
- XI - dar conhecimento expresso ao Conselho de Administração e quando necessário, à Assembléia Geral, das conclusões de seus trabalhos, apontando as irregularidades constatadas;
- XII - estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais e o balanço, emitindo pareceres sobre estes para a Assembléia Geral.
- § único - Para a verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, pode o Conselho Fiscal contratar assessoramento técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

CAPÍTULO VIDAS ELEIÇÕES

Art. 52 - Os associados interessados em concorrer a cargos do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, que preencham os requisitos legais e estatutários,

43

SINSPR
Amador
C.R.S.
gfo
aac
htw
m.R.C.B.
J.R.C.
S.E.C.I.
L.C.A.
M.B.C.C.
T.S.S.
A.O.
S.A.C.R.
J.P.P.
E.A.M.C.
J.R.S.
A.S.G.S.
W.
E.A.C.S.
A.S.O.S.
J.H.
J.W.A.
S.C.B.
P.F.F.
Jac

deverão apresentar suas candidaturas sob a forma de chapa.

Art. 53 - A chapa deverá ser protocolada por requerimento acompanhado dos documentos mencionados no artigo 55, junto ao Diretor Secretário, até 4 (quatro) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral.

§ 1º - Para efeito da contagem do prazo de que trata este artigo, exclui-se o dia da realização da Assembleia Geral.

§ 2º - O prazo de que trata este artigo expirar-se-á às 18:00h (dezoito horas) do quarto dia útil antecedente à realização da Assembleia Geral.

§ 3º - Não se consideram dias úteis os sábados, domingos e feriados.

Art. 54 - O registro da chapa deverá ser requerido por escrito à secretaria, contendo o nome da chapa, a sua composição, com os nomes dos membros e respectivos cargos e assinado por 2 (dois) destes, devendo um deles ser o candidato à presidência quando se tratar de eleição para o Conselho de Administração.

§ único - Os candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal compõem chapa única sempre que houver eleição para o primeiro.

Art. 55 - Somente poderá integrar a chapa e concorrer aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Cooperativa, o associado, pessoa natural, que além dos requisitos legais, comprovar:

I - ser associado à Cooperativa há mais de 1 (um) ano, mediante declaração firmada pelo próprio candidato;

II - estar em dia com seus deveres e obrigações sociais, mediante declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da lei

III - não ter exercido, nem concorrido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, a cargo público eletivo, mediante declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da lei;

IV - mediante declaração firmada pelo próprio candidato, sob as penas da lei, não ser pessoa impedida por lei, ou condenada à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

V - mediante declaração, assinada pelo próprio candidato, que não é parente ou afim, até o segundo grau, em linha reta ou colateral, de quaisquer outros componentes de órgãos de administração ou fiscalização da Cooperativa;

VI - mediante declaração firmada sob as penas da lei, não ter exercido cargo

24
SME-PR
MT-PR
SPO
EAC
M. R. R.
JRC.
S. C. C.
L. C. H.
M. S. C.
T. S. S.
A. O. S.
S. A. C. R.
F. S. R.
E. A. M. C.
J. R. S.
A. S. S.
E. A. C. G.
A. S. O. G.
J. W. A.
P. J. J.
J. R. C.

público não eletivo, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores às eleições; SMS.P.R.

VII - mediante declaração, assinada pelo candidato sob as penas da lei, que não está impedido de operar com o sistema bancário.

§ único - Será indeferido o registro da chapa que não atender às disposições deste artigo.

Art. 56 - Encerrado o prazo para registro das chapas, de que trata o artigo 53, o Diretor Secretário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, publicará Edital a ser afixado na sede e em todos os entrepostos da Cooperativa, se existirem, em local visível, nas dependências mais comumente freqüentadas pelos associados, homologando ou indeferindo o registro das chapas.

§ 1º - Do indeferimento do registro, caberá recurso devidamente fundamentado à Assembleia Geral, que deverá ser interposto no prazo de 24:00h (vinte e quatro horas), contadas da publicação do Edital.

§ 2º - Formalizado o registro, não será admitida a substituição do candidato, salvo em caso de morte ou invalidez comprovada até o momento da instalação da Assembleia Geral, aplicando-se ao substituto, o disposto no "caput" e incisos do artigo anterior.

Art. 57 - São inelegíveis, além das pessoas legalmente impedidas, os candidatos que:

I - houverem sido condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

II - estiverem inadimplentes com suas obrigações financeiras para com a Cooperativa;

III - houverem recebido alguma advertência, formalmente, nos últimos 3 (três) anos, pela prática de qualquer ato que implique em violação de seus deveres e obrigações;

IV - estiverem com processo de eliminação, ou exclusão proposto perante o Conselho de Administração;

V - seja ou tenha sido empregado da Cooperativa até a aprovação pela Assembleia Geral das contas do exercício fiscal em que tenha deixado as funções.

§ 1º - Não podem fazer parte dos Conselhos de Administração e Fiscal, além dos inelegíveis mencionados neste artigo, os parentes e afins dos Diretores, até o

15

SMS.P.R.
MULHER
SPE
G.R.C.
M.R.C.H.
J.R.C.
S.A.C.A.J.
L.C.H.
M.B.C.C.
T.S.S.
A.C.P.
S.A.C.A.
J.S.R.
E.A.M.C.
J.R.S.
A.S.C.S.
E.C.G.
A.S.O.S.
D.H.
V.W.A.
S.C.B.
P.S.S.
Zeu

segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - Não poderão ser exercidos, cumulativamente, cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 58 - O processo eleitoral será disciplinado através de regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual poderá estabelecer as normas de procedimento e a forma de votação.

SEÇÃO I

DO VOTO

Art. 59 - Cada associado terá direito a apenas um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes, não sendo admitida nas Assembléias Gerais, a representação por meio de mandatário.

§ 1º - O voto será único, pessoal e intransferível, independentemente da quantidade de matrículas das quais o associado participe.

§ 2º - As pessoas jurídicas matriculadas como associadas, terão direitos a voto, exercido por seu representante legal.

CAPÍTULO VII

DO BALANÇO, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 60 - O Balanço Geral, incluído o confronto das receitas e despesas, será levantado no dia 31 do mês de dezembro de cada ano.

§ único - Os resultados serão apurados separadamente, segundo a natureza das operações ou serviços.

Art. 61 - As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados, mediante rateio, na proporção direta do uso dos serviços.

Art. 62 - Das sobras verificadas em cada setor de atividade, serão deduzidas as seguintes taxas:

I - 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva - FR;

SIMP R
M. de J. g.
S/A
f. l. e
M. R. e
J. R. e
S. e. e. d.
L. C. A.
M. S. e. c.
T. S.
A. O.
S. A. C. R.
J. S. R.
E. A. M. C.
J. R. S.
A. G. S.
M.
R. e. g.
E. a. c. g.
A. S. O. g.
M.
R. W. A.
J. R. e.
P. J. S.
J. R. e.

II - 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;

III - 35 % (trinta e cinco por cento) para o Fundo de Desenvolvimento - FD.

§ 1º - As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os fundos, serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos da Cooperativa no período, salvo deliberações diversas da Assembléia Geral.

§ 2º - Para amortizar ou liquidar débitos de qualquer origem, com a Cooperativa, poderá esta reter total ou parcialmente, o montante das sobras a que tenha direito o associado faltoso.

§ 3º - O resultado da correção monetária do balanço, se credor, será transferido para a conta de "Reserva de Sobras Inflacionárias".

§ 4º - O saldo da correção monetária do balanço, se devedor, será transferido para a conta de "Reserva de Sobras Inflacionárias" e não existindo esta ou sendo ela insuficiente, será efetuado o lançamento do total ou da diferença, conforme o caso, nas contas de "Reserva de Equalização", ou de "Sobras e Perdas".

Art. 63 - O Fundo de Reserva destina-se a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

§ 1º - Sendo o Fundo de Reserva insuficiente para cobrir as perdas referidas neste artigo, serão as mesmas rateadas entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos.

§ 2º - Além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras apuradas no balanço do exercício, reverterem em favor do Fundo de Reserva:

- a) os créditos de associados, não reclamados, decorrido 1 (um) ano;
- b) os auxílios e doações sem destinação específica;
- c) capital a restituir, não reclamado após 1 (um) ano do desligamento do associado.

Art. 64 - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destina-se à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

§ único - Os serviços de que trata este artigo podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não.

S.M.S.P.R.
M.C.A.
S.P.C.
C.C.
M.R.C.A.
F.R.C.
S.C.C.A.
L.C.A.
M.S.C.C.
T.S.S.
C.C.C.
S.A.C.A.
S.S.R.
E.A.M.C.
J.R.S.
A.S.C.S.
E.C.C.S.
A.S.C.S.
P.J.B.
P.J.B.
P.J.B.

Art. 65 - Além da taxa de 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço do exercício, reverterem em favor do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES:

- I - os resultados de operações com não associados;
- II - os eventuais resultados positivos decorrentes de participação em sociedades não cooperativistas;
- III - os créditos de não associados, não reclamados decorridos 1 (um) ano;
- IV - outros eventuais resultados positivos, com não associados.

Art. 66 - O Fundo de Desenvolvimento destina-se à ampliação de setores operacionais existentes ou à criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou em inversões.

Art. 67 - A Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

CAPÍTULO VIII

DOS LIVROS

Art. 68 - A Cooperativa deverá ter os seguintes Livros:

- I - de Matrícula;
- II - de Atas das Assembléias Gerais;
- III - de Atas das Reuniões do Conselho de Administração;
- IV - de Atas das Reuniões do Conselho Fiscal;
- V - de Presença dos Associados nas Assembléias Gerais;
- VI - outros obrigatórios, Fiscais e Contábeis.

§ único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 69 - No Livro ou Ficha de Matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

SINSPR
M. S. P. R.
C. R. S. P.
S. P. O.
C. C. C.
M. R. L. U.
J. R. C.
S. C. C. A. E.
L. C. A.
M. S. - C. C.
* S. S.
C. C. O.
S. A. C. A.
* S. R.
E. A. M. C.
J. R. S.
A. S. C. S.
C. C.
E. A. C. S.
A. S. O. G.
D. H.
V. W. A.
S. O. B.
P. S. S.
S. E. C.

- I - o nome, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- II - a data de sua admissão e, quando for o caso, a de sua demissão, eliminação ou exclusão;
- III - a conta corrente das respectivas quotas-partes de Capital Social, exceto quando forem contabilizadas individualmente.

CAPÍTULO IX

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 70 - A Cooperativa dissolver-se-á de pleno direito:

- I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por este Estatuto, não se dispuserem a assegurar a sua continuidade;
- II - devido à alteração de sua forma jurídica;
- III - pela redução do número mínimo de associados ou do Capital Social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- IV - pelo cancelamento da Autorização de Funcionamento;
- V - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ único - Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida poderá ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer associado.

Art. 71 - Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação.

§ único - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, de que trata este artigo, designando os seus substitutos.

Art. 72 - O liquidante deverá proceder à sua liquidação de conformidade com os dispositivos da Lei Cooperativista.

MSR
M. S. R.
C. R. S.
S. P. C.
L. C. A.
M. S. R.
S. R. C.
S. R. C.
L. C. A.
M. S. R.
S. S.
A. O.
S. A. C. A.
S. S. R.
E. A. M. C.
S. R. S.
A. S. C. S.
E. C. C. S.
A. S. C. S.
S. W. A.
S. P. S.
P. J. S.
J. A. C.

CAPÍTULO XDAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 73 - Os fundos referidos nos incisos I e II do artigo 62, deste Estatuto, são indivisíveis entre associados, mesmo no caso de liquidação da sociedade, quando terão estes fundos, juntamente com o remanescente, destinação determinada pela Assembléia Geral, em conformidade com as leis vigentes na época da dissolução.

Art. 74 - Os mandatos dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, perduram até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de que trata o artigo 35 deste Estatuto, que corresponde ao ano social em que tais mandatos se findam.

Art. 75 - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, que pretenderem postular cargos públicos eletivos, deverão renunciar aos cargos que exerceram na Cooperativa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data para a eleição.

Art. 76 - O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado que foi pela Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa, podendo sofrer alterações ou emendas pela Assembléia Geral Extraordinária, somente após o segundo ano de vigência e desde que não sejam modificados os objetivos sociais da sociedade.

Art. 77 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração "ad referendum" da Assembléia Geral, observando-se os dispositivos legais e os princípios doutrinários, e ouvidos os órgãos assistenciais e de representação do Cooperativismo.

Turvo Pr, 27 de janeiro de 2006.

IVONE DE CAMARGO DE OLIVEIRA Ivone de Camargo de Oliveira

JOÃO NERI KUASNHAKI João Neri Kuasnaki

INÊS RUTES DA SILVA Inês Rutes da Silva

MARIA LUCIA CORREA CARRIEL Maria Lucia Correa Carriel

ALDA ARGENTINA CONRADO Alda Argentina Conrado

DEVONSIR KRIKOVSKI Devonsir Krikovski

SMSPR

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

S.P.O.

JOAO ANDILSON CREVELIN João Andilson Crevelin
LUIZA CARRIEL DE ALMEIDA Luiza Carriel de Almeida
MARIA VALDICE DE M. GARCIA Maria Valdice de M. Garcia
PAULO FERNANDES FIEKER Paulo F. Fieker
VALDOMIRO WEBER DE ALMEIDA Valdomiro W. de Almeida
ADELINA DOS S. C. DA SILVA Adelina dos S. C. da Silva
AMÉLIA DOS SANTOS Amélia dos Santos
ANADIR RIBEIRO DA SILVA Anadir Ribeiro da Silva
ANAIR SANTANA OLIVEIRA GOES Anair Santana O. Goes
EGLECI AP. MACIEL CARRIEL Egleci Ap. Maciel Carriel
EVA AP. CARNEIRO GOES Eva Ap. Carneiro Goes
FRANCISCA DOS SANTOS RUTTES Francisca dos Santos Ruttes
GERALDO DE OLIVEIRA BAHLS Geraldo de Oliveira Bahls
JOAQUINA RUTTES CARRIEL Joaquina Ruttes Carriel
MARIA PEREIRA MACIEL CARRIEL Maria Pereira Maciel Carriel
MARILDA RUTTES C. DE ALMEIDA Marilda Ruttes C. de Almeida
ROSELI AP. DE LIMA JOBA CORREA Roseli Ap. de Lima Joba Correa
SILVIA DA AP. C. DE A. LOURENÇO Silvia da Ap. C. de A. Lourenço
SILVIA PEREIRA DE OLIVEIRA Silvia Pereira de Oliveira
SIRLEI AP. CORREA DE ALMEIDA Sirlei Ap. Correa de Almeida
TEREZINHA DA SILVA DOS SANTOS Terezinha da Silva dos Santos
SANDRA MARA S.P. REGAUER Sandra Mara S.P. Regauer

